

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

DANIELLE CRISTINA SANTOS PENHA

**DE TAPUITAPERA À CONSTRUÇÃO DO CLA – CENTRO DE LANÇAMENTO DE
ALCÂNTARA: *Metamorfozes no universo quilombola.***

São Luís

2017

DANIELLE CRISTINA SANTOS PENHA

**DE TAPUITAPERA À CONSTRUÇÃO DO CLA – CENTRO DE LANÇAMENTO DE
ALCÂNTARA: *Metamorfozes no universo quilombola.***

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Federal do Maranhão, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Me. Manoel de Jesus Barros
Martins.

São Luís

2017

DANIELLE CRISTINA SANTOS PENHA

**DE TAPUITAPERA À CONSTRUÇÃO DO CLA – CENTRO DE LANÇAMENTO DE
ALCÂNTARA: *Metamorfozes no universo quilombola.***

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciada em História.

Aprovada em 14/08/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Manoel de Jesus Barros Martins.
ORIENTADOR

Prof.^a Dr.^a Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo

Prof.^a Me. Isabella Alves Silva

Dedico esse trabalho à minha família pela fé e pelo apoio incondicional nesta trajetória e a todos que tornaram de alguma forma esse caminho mais fácil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de estar realizando este trabalho, pois só o Senhor tudo vê, tudo sabe, tudo cuida e por me ter dado saúde e energia para percorrer esse longo caminho.

À minha família, pela compreensão da ausência física durante esta jornada, em especial aos meus pais Silvia e Emilson, minha avó Cleudes, meu irmão Sérgio e meu tio Mauro, pelo incentivo e colaboração, principalmente nos momentos de dificuldade, pois sem eles não teria chegado até aqui.

Ao meu orientador Prof. Me. Manoel de Jesus Barros Martins, por ter acreditado na proposta do meu tema e que desde o início se mostrou disposto a me ajudar com brilhantes orientações.

Aos meus colegas da UFMA – Universidade Federal do Maranhão do Curso de História pelas palavras amigas nas horas difíceis, em especial a Rejiane Trindade pela ajuda e compreensão quando não podia estar presente em sala de aula e por estarem me acompanhando nesta caminhada tornando-a mais fácil e agradável.

Ao meu amigo Zé de Légua por ter estendido a mão nos momentos de dificuldade e por terem me ajudado quando mais precisei. Epa Babá, meu pai Oxaguiã!

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

Theodore Roosevelt.

RESUMO

A proposta deste trabalho monográfico é analisar os alcances, limites e desafios da luta pela garantia dos direitos territoriais quilombolas. Serão estudadas comunidades quilombolas do município de Alcântara, deslocadas compulsoriamente das áreas em que viviam para dar lugar à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, na década de 1980. O trabalho resultou organizado em três partes. A primeira parte engloba três capítulos, onde a proposta é oferecer uma visão panorâmica da trajetória histórica de Alcântara, desde os primórdios de Tapuitapera, passando pelos momentos de prosperidade e de decadência econômica, dos tempos coloniais aos tempos republicanos. A segunda parte do trabalho tem por objeto analisar o processo marcado pela chegada da Aeronáutica e pela construção do CLA em Alcântara. Já na terceira parte, inicialmente foi discutido o acompanhamento dos conceitos que historicamente foram utilizados para dar conta do fenômeno do quilombo, tanto durante a vigência da escravidão brasileira quanto como no momento republicano, quando voltou a ser objeto de definição conceitual na Constituição Federal de 1988. Posteriormente foi investigado o processo de desapropriação e de remanejamento das comunidades quilombolas, o processo de luta pelos seus direitos, o plano de Recolocação, a descrição das agrovilas, o pagamento das indenizações e o processo de sorteio das casas e, por fim, as condições do solo, da água e da agricultura, em face do choque de desconstrução cultural, social e religioso ocorrido.

Palavras-chave: Tapuitapera. Alcântara. Quilombo. Centro de Lançamento de Alcântara. Conflitos Territoriais.

ABSTRACT

The purpose of this monographic work is to analyze the scope, limits and challenges of the struggle for the guarantee of territorial rights quilombolas. Quilombola communities from the municipality of Alcântara, compulsorily displaced from the areas where they lived, will be studied to give place to the implementation of the Alcântara Launch Center - CLA, in the 1980. The work was organized in three parts. The first part includes three chapters, where the proposal is to offer a panoramic view of the historical trajectory of Alcântara, from the earliest days of Tapuitapera, through times of prosperity and economic decadence, from colonial times to republican times. The second part of the paper aims to analyze the process of the arrival of the Aeronautics and the construction of the CLA in Alcântara. In the third part, it was initially discussed the follow-up of the concepts that historically were used to deal with the phenomenon of the quilombo, both during the Brazilian slavery period and during the Republican period, when it was once again conceptually defined in the Federal Constitution of 1988. Subsequently, the process of expropriation and relocation of the quilombola communities, the process of fighting for their rights, the Replacement plan, the description of the agrovilas, the payment of indemnities and the process of drawing lots of houses were investigated. Conditions of soil, water and agriculture, in the face of the shock of cultural, social and religious deconstruction.

Keywords: Tapuitapera. Alcântara. Quilombo. Alcântara Launch Center. Territorial Conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES – IMAGENS

Imagem 1: Porto do Jacaré	35
Imagem 2: Notícia do Jornal “O Estado do Maranhão” de 1985	51
Imagem 3: Notícia Sobre inspeção de obras	52
Imagem 4: Notícia Sobre as Lanchas	53
Imagem 5: Lanchas da Aeronáutica denominadas 14 e 18 BIS	54
Imagem 6: CLA – Centro de Lançamento de Alcântara	56
Imagem 7: VLS-1 Destruído em 2003 por uma explosão em sua plataforma	56
Imagem 8: Nova Torre de Lançamento do VLS - 1	57
Imagem 9: Notícia sobre obras do CLA	76
Imagem 10: Notícia sobre a desapropriação.....	78
Imagem 11: Dados da desapropriação dos povoados de Alcântara.....	85
Imagem 12: Notícia sobre aplicação do Estatuto da Terra.....	92
Imagem 13: Casas das agrovilas.....	98
Imagem 14: Casas antes e depois do deslocamento.	99
Imagem 15: Áreas das agrovilas.....	101
Imagem 16: Técnicas de Trabalho na Agricultura	102

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACS	Alcântara Cyclone Space
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AEB	Agência Espacial Brasileira
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CECI	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	Centro de Lançamento Barreira do Inferno
COBAE	Comissão Brasileira de Atividades Espaciais
COLONE	Companhia de Colonização do Nordeste
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPP	Comissão Pastoral dos Pescadores
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA	Centro Tecnológico Aeroespacial
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE – UFMA	Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do MA
DEM	Democratas
DEPED	Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento
DOU	Diário Oficial da União
EDUFMA	Editores da Universidade Federal do Maranhão
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAER	Empresa Brasileira da Aeronáutica
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
FASE	Federação dos órgãos de Assistência Social e Educacional
FCP	Fundação Cultural Palmares
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

FITERT	Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão
FTI	Foguete de Treinamento Intermediário
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GICLA	Grupo para Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara
IAE	Institutos de Atividades Espaciais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
IPD	Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
MAer	Ministério da Aeronáutica
MECB	Missão Espacial Completa Brasileira
MOMTRA	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NUCLA	Núcleo do Centro de Lançamento de Alcântara
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OXFAM	Oxford Committee for Famine Reliefe
PCDs	Plataforma de Coleta de Dados
PDS	Partido Democrata Social
PT	Partido dos Trabalhadores
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.
SARA	Satélite de Reentrada Atmosférica

SBDP	Sociedade Brasileira de Direito Público
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCD	Satélite de Coleta de Dados
SECMA	Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial
SETOP	Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SIOGE	Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHN	Serviço de Patrimônio Histórico Nacional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Alcântara
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Sociais Soviéticas
VLS	Veículo Lançador de Satélites

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 ITINERÁRIOS DE ALCÂNTARA.....	19
1.1 Tapuitapera: de residência dos tapuias para fundação de Alcântara.....	19
1.2 A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em Alcântara.....	24
1.3 Do apogeu à decadência: a produção agrícola em destaque no cenário econômico.....	28
2 O CLA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS.....	34
2.1 Alcântara, um ponto estratégico.....	34
2.2 O Centro de Lançamento de Alcântara.....	41
3 METAMORFOSES QUILOMBOLAS.....	59
3.1 Quilombo: uma questão histórica e contemporânea.....	61
3.2 Desapropriação e remanejamento das comunidades quilombolas.....	74
3.3 A organização dos remanescentes quilombolas no processo de luta.....	88
3.4 Comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade e ameaça.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar os alcances, limites e desafios da luta pela garantia dos direitos territoriais quilombolas, tomando como base o estudo de caso de comunidades quilombolas de Alcântara que foram deslocadas compulsoriamente devido à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, na década de 1980. O trabalho foi dividido em três unidades.

A primeira unidade “Itinerários de Alcântara” trás em seu primeiro capítulo, que tem por título “Tapuitapera: de residência dos tapuias para a fundação de Alcântara”, que segundo D’Abbeville (1975, p. 146) a nomenclatura “Tapuitapera” significa: “[...] *Tapuitapera*, nome também de toda a região, e que significa *residência dos tapuia* ou cabelos compridos. Tem dois chefes: *Avattion* ou alpiste preto e Caí-açu, macaco grande ou macaca”. Foi elaborado com a preocupação de descrever a trajetória histórica de Alcântara, a partir de 1612, quando nativos e franceses mantiveram relacionamento em vários âmbitos, principalmente no religioso, passando pela descrição da região de Tapuitapera, da relação dos tapuios com D’Abbeville, da relação de amizade com os padres capuchinhos, do processo de batismo e ensino do catolicismo.

Além disso, segue dando conta do processo de colonização realizado pelos franceses e, posteriormente, pelos portugueses, sendo este último sob o governo de Jerônimo de Albuquerque, momento em que Tapuitapera foi ganhando paulatino destaque, passando a ser considerada como uma das capitanias de Cumã e servindo de apoio para as rotas entre São Luís e Belém.

Tapuitapera teve sua denominação substituída por “Alcântara”, graças ao taumaturgo Santo Antônio de Lisboa e Pádua devido as lembranças da quinta real de Alcântara, momento em que a nomenclatura “Alcântara”, e cada vocábulo foram devidamente explicados, assim como os motivos da fundação e do processo de reestruturação local e demais construções que se tornaram cruciais para o seu desenvolvimento.

O segundo capítulo “A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em Alcântara” descreve sobre a criação dessa Companhia, o processo de exploração de Alcântara como colônia, porque era conhecida como “celeiro do Maranhão”, sobre a expulsão dos jesuítas, sobre os reflexos econômicos que a Companhia trouxe para Alcântara, sobre a mudança na mão de obra e como o Maranhão passou a ser um dos maiores adquirentes de escravos no século XVIII.

O terceiro capítulo “Do apogeu à decadência: a produção agrícola em destaque no cenário econômico” trás em seu corpo a trajetória de produção agrícola em Alcântara a partir da segunda metade do século XVIII, sobre a produção e exportação do algodão, do arroz, açúcar e sal.

Esse terceiro capítulo procura comentar sobre o comportamento produtivo de Alcântara, sobre a influência que essa produção trazia para as famílias alcantarenses, sobre o processo de independência do Maranhão e como a população de Alcântara se comportou com esse evento, ou seja, foi comentado sobre o processo de apogeu a decadência dos anos de 1865 a 1870.

Sobre o processo de decadência, foi discutido sobre seus principais fatores tais como: a necessidade do aumento da produção de açúcar e as terras de Alcântara serem areentas para esse tipo de cultivo, a proibição do tráfico negreiro, a crise dos fazendeiros com seus escravos, o advento da Lei Áurea e posteriormente as formações de quilombos.

A segunda Unidade “O CLA e suas implicações sociais e políticas” em seu primeiro capítulo cujo tema é Alcântara, o ponto estratégico, está voltada para a descrição territorial de Alcântara, destacando os motivos geográficos e climáticos para a instalação do CLA, pois com o golpe militar de 1964 o governo brasileiro implementou vários projetos de caráter modernizador com o propósito de industrializar o país, no bojo dessas políticas a comissão interministerial sediada no EMFA – Estado Maior das Forças Armadas denominada COBAE - Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, planejou a implantação da base espacial de Alcântara.

Essa instalação é justificada em função da localização privilegiada do município devido sua proximidade com a linha do Equador, proximidade marítima, condições meteorológicas e territoriais favoráveis fazendo com que houvesse uma significativa economia de combustível além de oferecer condições de segurança quando realizado as operações de lançamento.

O segundo capítulo desta unidade descreve a criação do CLA sendo destacado as Notícias do Jornal “O Estado do Maranhão” da década de 1980 mostrando como a imprensa local dava publicidade sobre o assunto e como as comunidades quilombolas reagiram. Será relatado a impressão inicial até o processo de confirmação da construção da tecnologia espacial. Ao questionar esse assunto seria impossível não falar sobre o processo de desapropriação e remanejamento dessas comunidades, fruto do objeto de estudo deste trabalho.

Sobre o processo de Criação do CLA, o presente trabalho procurou descrever sobre o comportamento da Aeronáutica e a tática do silêncio adotada em relação a criação da Base, sobre o Decreto N° 7820 que autorizava sua instalação, além de que foi feita uma descrição sobre as três fases do processo de criação.

Ainda foi comentado sobre o Decreto Federal n° 88.136, sobre a construção das obras, a presença do militares na região de Alcântara, a necessidade de construção de lanchas melhores já que a travessia era considerada precária e demorada pelos militares, das promessas de construções que iriam levar Alcântara ao desenvolvimento e o que realmente foi construído, sobre a atual disposição do CLA e suas instalações e sobre o que é trabalhado e desenvolvido na Base Espacial.

A terceira unidade composta por quatro capítulos, trás logo de início a discussão: “Quilombo: uma questão histórica e contemporânea” tem como escopo apresentar os vários conceitos da nomenclatura “quilombo” ao longo do período do Brasil Colônia, Império e República, sob a perspectiva de vários autores, ou seja, apresentar as modificações que esse conceito sofreu ao longo desses anos, até chegar a definição atual graças a Constituição de 1988 e os direitos reconhecidos com o artigo 68° do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, do Decreto n° 4887/2003 e da Convenção 169 da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Além disso, será comentado sobre o critério antropológico da auto identificação e auto definição, sobre a definição de quilombo para a ABA – Associação Brasileira de Antropologia e sobre o direito e titulação de terras de comunidades quilombolas, sendo destacado a IN – Instrução Normativa N° 49 e o processo de delimitação e demarcação pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária até chegar ao processo de titulação das terras.

O segundo capítulo cujo tema é “Desapropriação e remanejamento das comunidades quilombolas” tem como assunto a desapropriação de 62 mil hectares que representa mais da metade das terras do município de Alcântara, ou seja, neste capítulo será trabalhado todo o procedimento de desapropriação a partir do Decreto N° 7.820 assinado pelo Governador da época João Castelo.

Será comentado a divisão do território, as limitações da região, a forma como o Jornal O Estado do Maranhão apresentou a notícia, as promessas feitas pelos militares, o sofrimento dos moradores ao saber que teriam que sair de seus lares, sobre a Operação “Juntos Venceremos”, o depoimento de moradores, o problema da AEB – Agência Espacial Brasileira em conceber o lote de terras que os quilombolas queriam além de outros benefícios,

a influência dos militares na esfera política e territorial e os dados sobre a área desapropriada e a quantidade de habitantes deslocados.

O remanejamento trouxe diversos problemas de ordem cultural, social, econômico, político e religiosos, pois nada disso foi pensando quando ocorreu o deslocamento compulsório, ou seja, não houve preocupação com os modos de subsistência das famílias assim como o crescimento populacional no decorrer dos anos, uma vez que as famílias são impedidas de construir casas aos arredores para seus filhos, e isso trouxe complicações de cunho social já que estes tiveram que ir morar longe de seus pais quebrado com tradições e costumes herdados ao longo dos tempos.

Diante desses abusos foi necessária “A organização desses remanescentes no processo de luta” tema do terceiro capítulo desta unidade, já que desde o início a aeronáutica manteve como estratégia o uso do sigilo na implantação do projeto espacial pegando de surpresa a população local.

Com isso os remanescentes contaram com o apoio do STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, FASE - Federação dos Órgãos e Assistência Social e Educacional, CPT – Comissão Pastoral da Terra, SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos dentre outras unidades para informar que as propostas oferecidas pela aeronáutica estavam muito abaixo do que as famílias deveriam ganhar sendo a partir de então orientadas por essas organizações que passaram a questionar as propostas oferecidas pelos militares.

Nesse processo o STR se tornou referência no processo de luta e defesa dos moradores atingidos pela instalação da Base, percebendo a dificuldade no processo de desapropriação, o CLA começou a trilhar por caminhos fora da lei, incentivando os moradores a assinarem documentos e pagando indenizações irrisórias. Dentro desse assunto ainda será comentado a posição do INCRA e sobre o golpe dado pelos militares com o Decreto N° 92.571 de 1986.

O quarto e último capítulo “Comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade e ameaça” tem como escopo descrever sobre o Plano de Recolocação instituído pelos militares, sobre o processo de colheita de assinaturas, pagamento de indenizações e construção das agrovilas. Neste ponto foi apresentado aos moradores a casa modelo e a região para ao qual seriam deslocados.

O próximo passo foi o sorteio das casas que não foi levado em consideração as relações de vizinhança e familiares, desconstruindo todo um processo cultural, social e religioso. Além disso, foi descrito as condições do novo local, do solo, da água, da criação de animais, da mudança da agricultura local para a hortigranjeira, da mudança na pesca, da

ruptura dos padrões de identidade dentre outros fatores negativos que vieram como herança para os moradores.

O estudo e a análise desse assunto é de grande relevância, pois atualmente o governo brasileiro se encontra em um dilema com relação à base espacial de Alcântara já que o mesmo está sendo cobrado na esfera internacional sobre a garantia e defesa dos direitos quilombolas, uma vez que, estes não foram respeitados na época.

Por isso que o objetivo deste trabalho é demonstrar os dados e fatos que ocorreram com a instalação da base e como as comunidades quilombolas se comportaram após sua chegada, mostrando as transformações e os impactos no cotidiano dessas famílias que foram deslocadas para agrovilas e tiveram seu modo de vida modificado sendo alvos de um conflito insuperável.

A preocupação de se sistematizar uma abordagem historiográfica sobre esse município, o surgimento dessas comunidades quilombolas, o processo de criação, implantação e impactos provocados pelo CLA no território, assim como a análise de atores fundamentais na tentativa de minimizar os danos causados e reduzir os conflitos existentes, não esgotou o assunto desta pesquisa, pois até o presente momento essa temática ainda espera vários desfechos.

As fontes utilizadas para esse trabalho partiram de documentações históricas próprias de Alcântara no que tange a chegada do CLA, jornais, artigos para ajudar no entendimento sobre as definições de quilombo, livros e textos, além de relatórios com depoimentos de lideranças comunitárias e moradores de vários polos de Alcântara sobre a real e atual situação da expansão da base espacial.

A metodologia a ser adotada consiste na troca de saberes e experiências construídas diretamente com as comunidades afetadas, como forma de possibilitar maior articulação entre a teoria e a prática. O tipo de pesquisa a ser adotada é a aplicada, pois é necessário gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigida à solução do problema específico que no caso é a demonstração dos direitos lesados aos moradores das comunidades quilombolas com a instalação da Base de Lançamentos.

É importante destacar que será adotada a pesquisa qualitativa, já que o ambiente natural é fonte direta para a coleta de dados sendo o pesquisador o instrumento chave, será ainda realizada uma análise descritiva dos fatos de forma indutiva, assim será realizada uma pesquisa descritiva, quantitativa e explicativa.

São 153 comunidades remanescentes de quilombos que vivem em Alcântara no entorno do CLA vinculado à AEB. O CLA, implantado em 1982, resultou na remoção de

várias comunidades de quilombolas forçando-as a se mudarem. Muitas delas não se adaptaram às agrovilas para as quais foram removidas e preferiram ir para a sede do município ou para as periferias de São Luís onde vivem em condições bastante precárias.

Portanto o objetivo do estudo é fazer uma explanação e posteriormente uma discussão sobre a chegada do CLA no Município de Alcântara e os impactos que sua criação trouxe para as comunidades quilombolas, além de demonstrar o conflito fundiário local instalado a partir da implantação da Base Espacial na década de 1980, e por último destacar as violações de direitos fundamentais decorrente desse processo.

1 ITINERÁRIOS DE ALCÂNTARA

A história de Alcântara sempre foi marcada por muita luta e resistência, no que tange sobre sua fundação não é possível precisar uma data específica, mas em 1612 quando a expedição de Daniel de La Touche, desembarcou nas terras dos índios, descobriram que havia várias aldeias e que seu aglomerado era chamado de “Tapuitapera”.

A partir desse momento ocorreu o processo de colonização pelos franceses e posteriormente dos portugueses, onde Tapuitapera passou a categoria de “Vila” e mudou sua nomenclatura para “Vila de Santo Antônio de Alcântara”, passando mais tarde a se chamar apenas de “Alcântara”, momento em que a província passou por grande desenvolvimento, abordagens que serão demonstradas a seguir.

1.1 Tapuitapera: de residência dos tapuias para fundação de Alcântara

Para estudar a trajetória histórica de Alcântara é necessário primeiramente destacar o valor que essa terra (revestida de uma densa mata com nome de Tapuitapera ou terra dos Tapuios) teve para os integrantes da expedição de La Ravardière quando desembarcaram, pela primeira vez no porto de Jevirée, na ilha grande do Maranhão, em 1612.

As primeiras descrições de Tapuitapera podem ser encontradas em cartas ou em outras informações escritas pelos franceses quando foi dado início a colonização da terra maranhense.

Num desses registros, D’Abbeville (1975, p. 146) pincelou o seguinte cenário:

Tapuitapera é outra residência dos índios tupinambás. Situa-se próximo à Ilha do Maranhão, ao lado oeste, na terra firme. Descortina-se com facilidade do Forte de São Luís e dele é separada por três ou quatro léguas de mar. Não é ilha como o Maranhão, mas terra firme, embora por vezes se cerque de água, o que só ocorre na maré alta; em baixando a maré porém, retira-se a água e fica a terra, cercada pelo mar tão somente do lado da Ilha do Maranhão; o resto ou é terra ou areia que se atravessa a pé enxuto.

Em sequência, o autor comentou ainda que essa região era mais agradável, rica e fértil do que a Ilha do Maranhão, possuindo de quinze a vinte aldeias ocupadas por índios tupinambás, sendo que Tapuitapera era a mais famosa e importante, D’Abbeville (1975, p. 146) prosseguiu comentando: “[...] *Tapuitapera*, nome também de toda a região, e que significa *residência dos tapuia* ou cabelos compridos. Tem dois chefes: *Avattion* ou alpiste preto e Caí-açu, macaco grande ou macaca”.

Vainfas (2001, p. 544) explica a denominação “tapuia”:

Desde o início da colonização, os portugueses dividiram os ameríndios em dois grupos: tupi e tapuia. Se o primeiro possuía alguma unidade linguística, os tapuias eram os povos que possuíam línguas e culturas diversas. O termo *tapuia* não constituía portanto, um etnônimo.

Segundo a classificação dada pelos tupi, Tapui significa o bárbaro, o gentio, e tapera significa o lugar. Os tupi utilizavam essa classificação para diferenciar os inimigos que falavam outras línguas, considerado que os tapuias pertencem em boa parte à família jê ou a grupos linguísticos isolados, é o que destaca Vainfas (2001).

Ainda chegou ao conhecimento de D’Abbeville que logo após Tapuitapera havia uma aldeia chamada Cumã que também era habitada por índios tupinambás cuja amizade e aliança com essas duas aldeias foi visto com bons olhos pelos franceses que mandaram os locotenentes-gerais de La Ravardière para ambas com o propósito de saber se os tupinambás aprovavam o trato feito pelos seus irmãos da Ilha Grande.

Tapuitapera possuía a preferência dos franceses, sendo possível provar este fato através do Padre Ives d’Evreux responsável pela Missão dos Capuchinhos na Expedição Francesa, em seu livro “Viagem ao norte do Brasil”, já que este frade não escondia suas preferências por essa aldeia em suas descrições. Diante das relações de amizade e da influência dos capuchinhos na região ocorreu o batismo do primeiro tapuitaperense, sobre essa ocorrência Lopes (2002, p. 45) relata:

Durante a missa dos catecúmenos, em São Luís, quando o padre aspergia água benta, “caiu uma gota sobre o índio e penetrou-lhe de tal maneira a alma que percebeu claramente ser necessário o Cristianismo para salvar-se...e, desde essa hora, de dia e de noite não pensou noutra coisa”. Regressando à terra firme, adoeceu e mandou buscar água benta. A noite via o céu todo coberto e ouvia uma voz dizer-lhe que, se quisesse salvar-se, devia lavar-se com aquela água benta. O padre Ives mandou um dos missionários visitá-lo, com a ordem de o batizar, se o encontrasse em artigo de morte, mas o índio ficou tão contente que veio para São Luís com o capuchinho e recebeu no crânio a água lustral do batismo, mudando-se o nome para Martinho Francisco.

Ives d’ Evreux colocou em suas descrições que na verdade a doença do ex-pagão Martinho foi uma disenteria, mais este ganhou a estima dos franceses e veneração entre os tupinambás já que era auxiliar dos missionários nos trabalhos da catequese, passando a ser chamado de Pai-mirim ou Padre Pequeno.

Retornando para Tapuitapera passou a fazer propaganda do batismo e muitos índios foram mandados para São Luís com este propósito, mais tarde o número de candidatos ao

batismo aumentou tanto que o padre frei Arsène de Paris teve que se deslocar para Tapuitapera e fazer este sacramento.

Ao chegar ao local, os índios já haviam erguido uma capela e uma casa para a residência do missionário que o benzeu e ali foi realizada a primeira missa nas terras de Alcântara. Na batalha de Guaxenduba os franceses foram expulsos e o domínio português foi instalado, mais diante desse evento os tupinambás não foram deixados de lado, pois as terras de Tapuitapera foram doadas a Jerônimo de Albuquerque como recompensa pela conquista do Maranhão diante dos franceses.

A mando de Jerônimo de Albuquerque a administração de Tapuitapera passou para seu filho caçula Matias de Albuquerque que foi nomeado Capitão da infantaria dessas terras com a incumbência de aquietar os índios. A colonização portuguesa de Tapuitapera sob o governo de Jerônimo de Albuquerque foi marcada pelos anos de 1616 e 1618 quando um pequeno presídio de 30 soldados foi construído e depois destruído pelos tupinambás. Sobre a capitania de Cumã Viveiros (1977, p. 21) comenta:

Compunha-se o novo Estado de duas capitanias principais, Maranhão e Grão Pará, que foram subdivididas em outras secundárias. Destas, João Felipe Bettendorf, que aportou em 1661, enumera, na sua *Crônica da Missão da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, as dez seguintes: Tapuitapera, Itapecuru, Icatu, Ucari, Gurupi, Vigia, Joanes, Cometá, Gurupá e Norte.

Diante do que foi exposto na citação de Viveiros, foi possível perceber que entre 1621 e 1622 Tapuitapera era considerada uma das capitanias secundárias passando a fazer parte da Capitania de Cumã, ou seja, Cumã era o nome da Capitania e Tapuitapera o nome da aldeia que lhe servia de cabeça.

Nesse contexto Tapuitapera acabou ganhando um governo especial passando a se destacar como ponto importante e de apoio das rotas fluviais entre São Luís e Belém. Tapuitapera também foi destaque como base portuguesa utilizada nas lutas contra os holandeses no período de 1641 e 1644. Referente ao primeiro donatário de Alcântara, Lopes (2002, p. 181) enfatiza:

[...] foi a 24 de dezembro de 1648 que, presenteado desde 1627 pelo governador e capitão-geral Francisco Coelho de Carvalho com a capitania de Cumã, o doutor Antônio Coelho de Carvalho erigiu em vila a antiquíssima Tapuitapera. Implantou-se-lhe na praça principal o pelourinho, monumento simbólico da autoridade das câmaras e prerrogativas dos municípios portugueses, e institui-se a Câmara Municipal.

Antônio Coelho de Carvalho foi o primeiro donatário de Alcântara já que seu irmão Francisco Coelho de Carvalho que foi o primeiro governador do Maranhão lhe doou as terras conforme a confirmação régia de 15 de abril de 1644. Tapuitapera foi então elevada à categoria de vila, recebendo o nome de “Vila de Santo Antônio de Alcântara”. A vila só não foi fundada antes de 1648, pois em 1641 os holandeses invadiram o Maranhão e só depois de restaurado o domínio português em 1645 que foi confirmada a doação do território de Cumã. Sobre a extensão da área dessa doação Lopes (2002, p. 141) comenta:

Limitava-se, pois, ao norte com o oceano Atlântico (golfo do Maranhão, baías de São Marcos, Cumã, Cabelo de Velha e até à do Turiaçu); a leste com a capitania do Maranhão, da qual a separavam os rios Mearim e Pindaré; a oeste com a capitania do Caeté, da qual a dividia o rio Turiaçu.

Dessa forma pode-se presumir que quase todos os municípios da Baixada faziam parte dessa Capitania, mais pelo lado oeste não se sabia de forma precisa aonde acabava a área devido à reivindicação da Capitania do Caeté por Álvaro de Sousa, já que ela pertencia ao seu pai Gaspar de Souza doada pelo Rei Felipe de III de Portugal em 09 de fevereiro de 1622, servindo como recompensa pela expulsão dos franceses.

Em 1639 Felipe III confirmou as doações fixando as fronteiras, ficando Caeté como capitania de Álvaro de Souza abrangendo do Turi ao Caeté de 40 a 45 léguas de costa e Cumã como capitania de Antônio Coelho de Carvalho da ponta de Tapuitapera para boca do Mearim e do Pindaré acima a 50 léguas de costa.

Em relação à denominação de Alcântara, Lima (1998, p. 60) explica que se “Deve o nome ao ilustre taumaturgo Santo Antônio de Lisboa e Pádua e às gratas lembranças da quinta real de Alcântara, nos arrabaldes lisboetas, onde Antônio tinha casa de campo”.

Como é possível se observar o nome deve-se ao primeiro donatário de Alcântara, Antônio Coelho de Carvalho que fez essa homenagem, onde a denominação Alcântara trata-se de um vocábulo árabe e significa “al = A”, e “kantara= ponte”, ou seja, trata-se de um sítio que ficava próximo a Lisboa e ali havia uma ponte romana anterior ao século IV.

Em 1648, além de Alcântara ter sido elevada a condição de vila estava sendo erguidos os primeiros engenhos de cana, um dos quais pertencia a Antônio Roiz Gouveia, sendo que em 1650, Alcântara já possuía cerca de 300 habitantes e a produção já exigia um barco para ser transportado entre a vila e a capital. Esse negócio serviu de fonte de renda por quase um século ao donatário da capitania e ao Senado da Câmara de São Luís que desfrutavam de privilégios legais diante desse tipo de exploração.

Nesse período Alcântara passou a ter uma Câmara, um pelourinho, sua matriz e seus conventos, sobre o pelourinho é importante destacar que este tem lavrado com primor as armas de Portugal em um belo relevo e foi erguido em 1648 pelo primeiro donatário de Alcântara, já sobre a Câmara Viveiros (1977, p. 29) diz que “[...] era, como as demais, uma corporação, que se compunha de um presidente, quatro vereadores, um procurador, dois almotacéis e um escrivão”.

Sobre a composição de Alcântara nesse período, é importante destacar que ela apresentava os requisitos indispensáveis para fundações de vilas d’el-rei de Portugal, ou seja, uma igreja, casa para cadeia e um governo político. No que tange sobre as Igrejas e Conventos Pflueger (2008, p. 283-284) destaca:

Em 1648 o donatário Antonio Coelho de Carvalho e sua esposa Maria Manoela Vilhena resolveram doar por alvará um sítio de sua propriedade para a construção do Convento das Mercês. O convento foi inaugurado entre os anos de 1658 e 1659. O primeiro padre a receber o hábito das Mercês foi o Frei João Cerveira, natural de Tapuitapera que, junto ao frei Marcos da Natividade, natural do Grão-Pará, fundaram o convento e atenderam aos habitantes da Vila instruindo e catequisando.

Não se sabe o motivo desse convento ter passado 30 anos fora do poder da Ordem das Mercês e o seu fechamento segundo Viveiros (1977) não foi motivado por falta de meios de subsistência, pois os alcantarenses eram fervorosos com o que diz respeito à religião, mas o convento foi reaberto por ordem do rei de Portugal onde se manteve ainda por quase 2 séculos quando foi fechado em definitivo em 1850.

Também foi erguido nesse mesmo período O Convento da Ordem Carmelitana sendo extinta do Maranhão por volta de 1891. Segundo Pflueger (2008) no final do século XVI Alcântara ainda teve a presença das ordens religiosas dos carmelitas e dos franciscanos, da ordem dos jesuítas e dos mercedários.

Ao longo dessa trajetória histórica de Alcântara ficou claro que Tapuitapera foi um território de extrema importância durante os séculos XVI a XVII, uma vez que foi alvo de luta entre os franceses, portugueses e holandeses. De aldeia indígena passou logo após a conquista dos portugueses para uma aldeia religiosa sendo elevada a categoria de Vila de Santo Antônio de Alcântara, prosperando anos depois de forma contínua em vários setores tornando-se o maior centro produtor da Província.

1.2 A implantação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em Alcântara

Para a Coroa portuguesa, a exploração da colônia em terras americanas, de um modo geral, interessava as grandes produções que proporcionassem grandes lucros. Em virtude das iniciativas e investimentos recebidos, Alcântara pode, segundo Viveiros (1977), ostentar o título de “celeiro do Maranhão”. Esse título foi alcançado no período imperial e foi explicado de forma clara por Lima (1997/1998, p. 386-387):

Relembremos as estatísticas do Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial de 1850: 81 sítios de lavoura, 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado e mais de 100 salinas. Em 1858: primeiro produtor de sal, 2º de açúcar, aguardente, carne e couros, 3º de algodão, milho e farinhas, fazendo-se a devida ressalva de que o legendário “celeiro do Maranhão” [...].

No século XVIII, o Estado do Maranhão possuía fundamentalmente dois centros de produção: a Ilha de São Luís e Tapuitapera. Como o centro da Ilha de São Luís era pequeno, foi constatado que o celeiro do Maranhão estava situado mesmo em Alcântara. Lima (1998, p. 386) desta que Alcântara era “Ponto natural de articulação de trânsito, rota de abastecimento da capital, ali se cruzam as estradas com as vias de cabotagem fluvial e litorânea”.

Ainda no século XVIII, os frutos eram escassos e a província estava em situação de emergência já que o modelo de exploração se confrontava com as necessidades da produção, uma vez que havia a necessidade da capitalização mais a mão de obra era carente e isso acabava influenciando na produção tornando-a deficiente e dificultando no desenvolvimento da colônia.

Diante da falta de mão de obra e de capital, os colonos então apelaram para a Coroa. A solução para esse momento complicado foi encontrada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então na chefia do governo do Maranhão, que escreveu para seu irmão Marquês de Pombal, à época ministro do Reino português, explicando a situação delicada. Viveiros (1977, p. 57) registrou um trecho dessa comunicação: “Este Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à extrema miséria. Todos seus moradores estão na última consternação. São poucos os que ainda cultivam algum gênero”.

Pombal aceitou ajudar, pois percebeu que poderia servir de arma contra os jesuítas uma vez que essa ordem estava lutando cada vez mais para proteger os índios contra a escravidão. Em virtude disso foi formada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com um capital de 1.200.000 cruzados.

Quando foi especulada a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão se tornou evidente de que os pequenos negociantes locais seriam afetados, da mesma forma que o comércio de exportação que era mantido pelos jesuítas.

Segundo a exposição de Viveiros (1977, p. 47-48):

Os comerciantes prejudicados, que residiam no Reino, aliaram-se aos jesuítas, e recorreram à Mesa do Bem Comum, em Lisboa. Esta, julgando procedente o protesto, apelou para o Rei, lembrando o sucedido, há setenta anos passados, com a Companhia do Maranhão e recordando a revolução de Manuel Beckman. A coroa considerou ofensivo o recurso e puniu a maioria dos membros da Mesa do Bem Comum com prisão e exílio.

Após cinco anos de criação da Companhia, os jesuítas foram expulsos de Alcântara e o povo reagiu com surpresa e pasmo quando essa ordem religiosa foi presa e deportada. Lima (1998, p.293), entretanto, relativiza o fato registrando: “[...] porém não há bases para se dizer se o fato causou indignação, pesar ou contentamento”.

Vale destacar, porém, que a ordem inaciana teve um bom relacionamento com o povo de Alcântara. Quando os jesuítas foram expulsos os alcantarenses consideraram a desgraça dos jesuítas a sua própria desgraça, uma vez que gozavam de uma boa amizade. Sobre o contato entre jesuítas e os alcantarenses é importante destacar que essa ordem teve sem dúvida um bom relacionamento com o povo de Alcântara e quando foram expulsos os alcantarenses consideraram a desgraça dos jesuítas a sua própria desgraça uma vez que gozavam de uma boa amizade.

A criação da Companhia de Comércio foi efetivada por intermédio do Decreto de 6 de junho de 1755. Era uma empresa privada que recebia a concessão do Estado Português para ter o monopólio de navegação, do comércio externo e do tráfico de negros africanos.

Discorrendo sobre o modelo de produção implantado pela Companhia de Comércio, Feitosa (1998, p. 32) assevera que:

Com a Companhia Geral de Comércio, estrutura-se um modelo de produção no qual o fator terra é preponderante, promovendo conscientemente a organização da produção nas grandes propriedades rurais, para o mercado externo; passa a contar com um sistema de transporte de longo curso, visto ter essa Companhia se estruturado com frota marítima própria.

Esse tipo de estrutura possibilitou que houvesse um sistema fluvial interno de transporte visando o escoamento da produção. Quando se reportou sobre os impactos que a criação dessa Companhia trouxe para o contexto local, Lima (1998, p. 79) assim se posicionou: “Criou-se a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que

Pombal considerou “fundamento sólido das felicidades espirituais e temporais do estado” e foi, realmente, a responsável pela regeneração econômica da capitania”.

Mesmo sob os protestos de alguns comerciantes locais, a companhia promoveu modificações de vulto na esfera produtiva e comercial do Maranhão e do Pará, as quais permitiram a instituição de um marco para a história da econômica regional. Essa companhia teve atuação marcante ao estimular o crescimento da produção local e resolver o problema da mão de obra com a intensificação do tráfico de escravos negros. Por outro ângulo, os fazendeiros ficaram satisfeitos com o suprimento de implementos e insumos agrícolas que geraram crédito em longo prazo.

Ao se posicionar sobre a introdução do negro escravo africano para a cultura do algodão e do arroz, Vianna (1967, p. 253) destaca: “Era necessário, portanto, o encontro de outra solução para o problema da falta de braços. E esta não seria senão a do recurso do negro africano, cuja escravidão desde o século XV era conhecida na Europa Ibérica e Ilhas do Atlântico”. Reforçando esse argumento, Reis (2008/2010, p. 22) relata:

Foi durante a era Pombalina que medidas como o fim da utilização de mão-de-obra escrava indígena foram discutidas e, em contra-partida, também o período em que se intensificaram o tráfico e a utilização de mão-de-obra escrava africana.

Inicialmente os portugueses utilizaram fundamentalmente o indígena como mão de obra: livre ou escrava. Porém, em decorrência da estimulação da atividade econômica em Alcântara, a partir de 1755 essa realidade foi sendo mudada progressivamente. Desde então, houve como que um reconhecimento da incapacidade do nativo para o trabalho, mesmo que isso não tenha significado que os indígenas teriam sua liberdade. Na prática, eles apenas passaram a ter uma escravização mais branda. É nesse sentido que temos a discussão de Almeida (2006, p. 99), quando ele assevera que:

O sistema de capitanias com "colonos" escravizando índios em estabelecimentos de pequena exploração, com fazendas de ordens religiosas e com as atividades comerciais controladas pelos clérigos, que caracterizava Alcântara até 1755, é transformado radicalmente pela governação pombalina. Financiando o tráfico de escravos da África, ampliando a capacidade produtiva e vinculando, através de frotas regulares, a região ao mercado europeu, o regime pombalino cria condições de possibilidade para o advento de uma camada de "lavradores”.

Os nativos eram considerados fracos para o serviço rural e os africanos começaram a serem vistos pelos portugueses como uma opção mais lucrativa, fazendo com que arrefecesse

o interesse em utilizar a mão de obra indígena, uma vez que passaram a serem considerados inúteis e inclusive representarem um obstáculo na corrida pela prosperidade econômica.

Ao se debruçar sobre o tipo de trabalho que os nativos desenvolviam e o motivo de terem sido substituídos, Viveiros (2006, p. 58) foi incisivo no quadro que pintou:

Também muito cedo, os colonos de Coelho de Carvalho compreenderam que, enquanto o esforço exigido pelo escravo índio foi o de abater árvores, transportar os troncos aos navios, caçar, pescar e guiar os exploradores na mata virgem, ele foi dando conta do trabalho servil, mas no dia em que foi arrancado do seu meio físico e do seu ambiente moral, para as tarefas dos canaviais, dos algodoads e dos mandiocais, ele deixou-se abater, envolvendo-se numa tristeza de introvertido e ficando inútil e incapaz, dentro do sistema de colonização que ia criar a economia brasileira.

A introdução dos negros africanos na Capitania do Maranhão acabou gerando uma mudança significativa na composição étnica e no padrão fisionômico local. Antes de a política pombalina ser implantada, segundo assegura Dias (1970), não havia escravatura africana nas capitanias do Pará e do Maranhão. Todavia, em apenas 20 anos, entre 1757 e 1777, foram introduzidos mais de 25 mil escravos pela Companhia de Comércio.

Prado Júnior (2008, p. 82) produziu uma reflexão aguda a respeito das mudanças ocorridas no Maranhão e em Alcântara em virtude da introdução maciça de africanos escravizados:

Não é somente economicamente que se transforma; a mudança é mais profunda. Com o algodão vieram os escravos africanos – ou vice-versa, preferivelmente-; modifica-se a feição étnica da região, até então composta na quase sua totalidade, salvo a minoria dos colonos brancos, de índios e seus derivados mestiços. O algodão apesar de branco, tornará preto o Maranhão.

O Maranhão se destacou como maior adquirente de escravos durante o final do século XVIII devido à produção de algodão ter aumentado, isso ocorreu devido o regime pombalino ter preconizado a formação de fazendas para que ocorresse uma produção agrícola de forma permanente e comercial.

Para alcançar essa meta foi implantado o sistema de concessão de datas e sesmarias para aqueles que estivessem nas circunstâncias de implantar grandes estabelecimentos de agricultura com objetivo voltado para o mercado metropolitano.

Em relação à mão de obra, era necessário que cada sesmeiro possuísse pelo menos seis escravos africanos para instalar essas fazendas. Ou seja, para promover o funcionamento

produtivo do estabelecimento o uso de escravos recrutados da África se tornou uma prática muito lucrativa, pois acabou gerando negócios como a compra e venda dos escravizados.

Esse negócio foi incrementado de tal sorte que chegou ao ponto de haver uma cartilha compartilhada entre os escravocratas brasileiros, na qual eram apontados os escravos mais aconselháveis para o investimento da aquisição. Essa cartilha era *O Manual do Fazendeiro*, que segundo Viveiros (2006, apud Leduar, 1977, p. 50), descrevia pormenorizadamente o escravo passível de aquisição:

[...] seja o pé redondo, a barriga da perna grossa, e o tornozelo fino, o que a torna firme; que a pele seja lisa, não oleosa, de uma bela cor preta, isenta de manchas, de cicatrizes, e de odor demasiado forte; que as partes genitais sejam convenientemente desenvolvidas, isto é, que nem pequem por excesso, nem por cainheza, que o baixo ventre não seja saliente, nem o umbigo mui volumoso, circunstancias em que se originam sempre as hérnias; que o peito seja comprido, profundo, sonoro, as espáduas desempenadas, sem todavia estarem mui desvia das do tronco, sinal de não estarem os pulmões bem colocados; que o pescoço esteja em justa proporção com a altura do individuo, e que não ofereça aqui e ali, mormente sob a queixada tumores glandulosos, sinal evidente de afecção escrofulosa, que conduz cedo ou tarde a uma tísica, que os músculos dos membros, do peito e das costas, sejam bem salientes; que as carnes não sejam moles, e sim rijas, e compactas; e que o negro em fim deixe entrever no seu semblante o aspecto, ardor e vivacidade: reunidas todas estas condições, teri-se-a hum escravo, que apresentará a seu Senhor, todas as garantias desejáveis de saúde, força e inteligência.

Essa descrição era importante na época já que o valor do escravo era decorrente de seu porte físico e a mercadoria era valorizada caso apresentasse as características a cima citadas, características que garantiriam uma boa compra além de proporcionar uma ótima mão de obra, por um vasto período, além de reduzir gastos com saúde e se obter altos investimentos. Em verdade, foi mesmo criado o tipo-padrão de um bom negro para a venda e compra de escravos.

1.3 Do apogeu à decadência: a produção agrícola em destaque no cenário econômico

Na segunda metade do século XIII, o destaque foi a expansão da produção agrícola baseada primordialmente em dois produtos: o algodão e o arroz. Quanto a este último, vale registrar que o arroz dos nativos, de cutícula vermelha, não foi bem aceito pelo mercado europeu, não servindo, portanto, como gênero de exportação. A solução foi promover a substituição pelo arroz branco da Carolina do Norte.

Quanto à produção do algodão, Feitosa (1998, p. 33-34) registrou a produção sempre crescente desse produto a partir de 1760:

As exportações de algodão começaram em 1760, com um carregamento inicial de 651 arrobas ou 0.562 kg ou, ainda, como queiram, 9 e ½ toneladas, atingindo o ano de 1900 com a exportação de 2.458 toneladas. De 1760 até as proximidades dos anos 20 do século XIX a produção e as consequentes exportações, excetuando cerca de uma dúzia de anos, foram crescentes, principalmente no que se refere às últimas. O ciclo todo, 1760 a 1870, abstraindo-se o fato da falta de informações para alguns anos, garantiu a exportação de cerca de 125 mil toneladas de algodão, fora arroz, couros e atoados.

A exportação do algodão só ganhou força entre os anos de 1760 e 1771 quando aumentou de 661 arrobas para 25.473, sendo relevante frisar que somente quando se tornou mercadoria internacional que esse produto passou a ser uma das principais riquezas da colônia. Viveiros (1977) comenta que o movimento do porto aumentou de 3 para 10 navios, assim como passou a ser usado navios maiores.

Conforme relata Prado Júnior (2008), o algodão acabou em pouco tempo dando vida e transformação para o Maranhão. Quando analisou essa questão, Tribuzzi (1981) concluiu que a população em 1822 era assim constituída: 85.000 eram as pessoas livres enquanto que 90.000 eram escravos.

Como fica demonstrado, a população escrava era bem maior e a vida econômica nesse período girava em torno de algumas centenas de famílias que monopolizavam as terras e os escravos. Ou seja, o número de cativos correspondia a uma proporção quase 40 vezes maior do que os dos proprietários rurais.

Sobre a exportação concebe Viveiros (1977, p. 58-59):

Em 1788, exportavam-se, em 26 navios, valores na importância de 687 contos! Neste total, o algodão entrava com 11.351 sacas, pesando 63.510 arroba, no valor de cerca de 444 contos, e o arroz com 56.510 sacos, que pesavam 313.744 arrobas e valiam 176 contos. A arroba do algodão em pluma contava-se a 7\$500 e a do arroz a 550 réis.

A produção do algodão colocava o Maranhão em 4º lugar em relação às outras Capitâneas, sendo que 1818 o Maranhão ultrapassou Pernambuco e ficou equiparado com a Bahia. Já em relação aos navios, havia uma variação de 80 a 155 por ano. Quanto aos escravos o Maranhão importava cerca de 2.000 escravos africanos por ano.

Ao analisar o desempenho da economia maranhense, Tribuzzi (1981, p. 17) concluiu:

A expansão econômica do período 1756-1820, que evidenciava a viabilidade de desenvolver-se uma economia no trópico úmido, fez-se a taxas de crescimento realmente espetaculares e possibilitadas pelo ingresso de massas de trabalhadores escravos, cuja força de trabalho era intensivamente

explorada, pela ampla disponibilidade de terra (a densidade populacional, em 1822, mal alcançava 0,5 hab/ km²) acessível, graças à navegabilidade dos grandes rios convergentes ao Porto da Capital.

Além de algodão e arroz, Alcântara também era centro produtor de açúcar e sal sendo famosas as salinas de Alcântara. Sobre a produção agrícola de Alcântara, Viveiros (1950, p. 186) pontua: “Nos anos de 1850 e 1860, havia aproximadamente 81 fazendas de cereais, 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado e para mais de 100 salinas”.

A produção do açúcar foi largamente estimulada no governo do alcantareense Joaquim Franco de Sá (1846-1847), que impulsionou o plantio com a distribuição de mudas vindas de Caiena, além de construir estradas para o escoamento da produção. Lima (1998, p. 383-384) registra ainda que esse governante “estimulou-se ao máximo a substituição da tração animal pela máquina a vapor, nos engenhos”.

Além disso, foram prometidos prêmios aos lavradores que produzissem mais de 1.000 arrobas de cana, elementos que serviram para multiplicar os engenhos, criando uma nova aristocracia em Alcântara que passou a ostentar luxo e riquezas iguais aos da corte.

O comportamento de Alcântara no cenário produtivo do Maranhão era o de uma ponte entre o continente, a capital e o exterior, tanto por meio do seu porto quanto também das linhas terrestres, quando queria transportar para outras regiões.

A produção agrícola era tão influente para a elite das famílias alcantarenses que no tocante à educação de seus filhos queriam que fossem estudar na Europa, se formando geralmente em Filosofia, Matemática, Direito ou Medicina. Contudo, muitos desses filhos ao retornarem para Alcântara em vez de trabalharem em suas respectivas áreas de formação acabavam se tornando fazendeiros.

O Maranhão apesar de ter sido considerado tardio em relação à sociedade escravista, tendo a comercialização de escravos acentuada somente na segunda metade do século XVIII, Assunção (1996, p. 434) acrescenta:

A importação de 12 mil escravos na época da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) iniciou um tráfico humano intenso, que culminou com a importação de 41 mil ‘peças’, só entre 1812-20. Como resultado o Maranhão apresentava, às vésperas da Independência, a mais alta porcentagem de população escrava do Império (55%), concentrada nas fazendas de algodão e arroz, mais tarde também de açúcar, situadas nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré e na baixada ocidental.

Conforme destaca Assunção logo a cima, mesmo que tenha tido a incorporação de alguns escravos africanos desde o século XVII, foi somente no último quartel do século XVIII

que o Maranhão realmente passou a apresentar todos os traços de uma sociedade escravocrata totalmente desenvolvida.

Em relação à Independência do Brasil, ao analisar esse período, Viveiros (1977, p. 71) registra o estado de espírito alcantareense sendo alterado:

Calmos e desprevenidos estavam os alcantareenses quando, no dia 24 de julho de 1824, chegou o destacamento do Alferes Lindoso, com o fim de guarnecer a vila, propósito que mudava horas depois para o de reprimir as conspirações dos portugueses. Para prendê-los, começaram os soldados de Lindoso as buscas nos domicílios, os arrombamentos das casas comerciais, saque de mercadorias e dinheiros.

A sensação de pânico foi estabelecida na vila de Alcântara. Famílias fugiram para o interior e por vários dias o caos foi instalado. Com a proclamação da Independência, Alcântara aderiu de forma imediata e sem revolta, pois o derramamento de sangue entre parentes e amigos era algo repugnante para essas pessoas.

No período entre 1865 a 1870, Alcântara foi do apogeu a decadência, pois ficou marcada por ser uma crise definitiva do sistema monocultor exportador, ou seja, não fora apenas uma crise econômica como tantas outras, foi uma crise que atingiu a própria estrutura do sistema.

Vários são os fatores que explicam a ocorrência desse abatimento. Para Viveiros (1977, p. 89), o maior deles foi “o incremento da indústria açucareira da Província. As Terras de Alcântara, por serem areentas, são impróprias á lavoura canavieira...”. As lavouras tinham seu habitat no Pindaré, Mearim e Baixo Itapecuru mais sofriam com as dificuldades de transporte.

A navegação fluvial a vapor melhorou de algum modo esse problema. Progressivamente a produção maranhense foi se deslocou do litoral para os rios. Alcântara aos poucos começou a ser abandonada. Lima (1998, p. 380) enumera outros fatores que contribuíram de forma circunstancial para a decadência econômica do Maranhão:

[...] esgotamento de solo pelos métodos primitivos de lavoura, a exigir sempre novas terras; o alto preço alcançado pelos escravos com o desenvolvimento da indústria açucareira do nordeste e da mineração do sul; a queda do preço do algodão em virtude da nascente concorrência; as constantes execuções de dívidas justamente pelo encarecimento do escravo além da progressiva proibição do tráfico negreiro.

A produção que era baseada na força de trabalho escrava teve um freio fortíssimo com a proibição do tráfico, já que a escravidão era a sustentação do modelo econômico. Segundo

Tribuzi (1981, p. 23) “a Abolição, transformação radical nas relações de trabalho, encontrou despreparados para a mudança senhores e escravos”.

No aspecto político outro fator que contribuiu para a decadência foram os resultados da Balaiada. A esse respeito, Coelho (1990, p. 40) defende que:

As consequências da Balaiada foram graves para a economia. Muitos fazendeiros, para superar o momento difícil, haviam se endividado com comerciantes portugueses. Por outro lado, a queda do preço do algodão em função da concorrência norte-americana, reduziu mais ainda a possibilidade de recuperação dos fazendeiros. Para saldar suas dívidas foram forçados a vender seus melhores escravos para as Províncias do Sul.

O quadro dos fazendeiros foi se agravando cada vez mais diante das lutas abolicionistas, uma vez que os proprietários rurais estavam unicamente apoiados no braço escravo e em suas técnicas consideradas primitivas, não sendo possível reagir e de oferecer condições de adaptação para o novo modelo de exploração econômica.

Os escravos possuíam uma condenação subcultural e os senhores os consideravam meros instrumentos de produção com um nível tão baixo de sustentabilidade que gerava lucros satisfatórios mesmo com todo aparato tecnológico apresentado na época.

A solução de muitos proprietários foi vender e aumentar o preço dos seus escravos, Almeida (2008, p. 86-87) diz que “O elevado preço obtido pelos escravos negociados possibilitava isto, nutrindo também um contrabando constante de escravos, que burlava os registros provinciais”.

Alguns proprietários encontraram no tráfico interprovincial de escravos uma alternativa para conseguir recursos financeiros ao menos para quitar as dívidas com credores, como consequência alimentou as ocorrências de contrabando, é o que comenta Gaioso (1970, p. 260) relando o seguinte:

Crescendo por tanto cada vez mais a abundância do gênero, e sendo menos os compradores por uma parte, e crescendo também pela outra necessidade de vender, infalivelmente se havia de sujeitar o vendedor ao sacrifício, e ver aumentar a impossibilidade do seu desempenho.

A ocorrência maior de contrabando era por parte dos ingleses, que tinham sua entrada forçada nos portos brasileiros, onde descarregavam e enchiam os navios com produtos da colônia usando o artifício de suborno com as autoridades administrativas. A taxa de exportação de escravos neste período estava bastante alta conforme os motivos já esclarecidos. Discorrendo a respeito, Almeida (2008, p. 85) destaca que:

Com os contingentes de escravos que “diariamente se exportam” e que não são repostos, conforme atestam Ferreira Penna, em 1849, e Marques, em 1876, tem-se subtraída, em números absolutos, a força de trabalho na agricultura. Atente-se que são exportados os mais vigorosos e moços, em idade adulta, que auferiam melhores rendimentos.

Havia um imposto referente à exportação de escravos a ser pago quando ocorria à saída de uma província para outra. Muitos desses impostos previstos na legislação provincial eram sonegados e também não consistiam em obstáculos para as evasões. Com isso, as fazendas foram ficando despovoadas de escravos e levando seus proprietários a falência.

A verdade é que durante o período em que Alcântara estava gozando de relativa prosperidade econômica e política, muitos proprietários se entregaram ao luxo, às compras de escravos em grandes quantidades visando sempre aumentar a produção. Entretanto, com o advento da Lei Áurea e a consequente perda de sua mão de obra, os senhores ficaram perdidos devido aos gastos excessivos, além de compras fiadas, que mais tarde se tornaram muito difíceis de quitar e consequentemente contribuíram para o declínio de muitos.

2 O CLA E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

Por volta da década de 70, durante o período do regime autoritário, o Brasil passou a atuar de forma mais expressiva na região da Amazônia visando a partir de projetos modernizadores consolidar a industrialização no país e ampliar para todo território nacional o sistema capitalista.

As regiões norte e nordeste, principalmente nos Estados do Pará e Maranhão se tornaram alvos para a implantação de grandes projetos, visando a exploração natural, segurança nacional e colonização, os militares estavam sobretudo com os olhos voltados para a ideologia desenvolvimentista, tendo como escopo a gradual e contínua ocupação da Amazônia.

Foi neste ambiente que Alcântara ganha destaque no cenário nacional, com a chegada do CLA e posteriormente com a instalação da Base Espacial. Diversas mudanças sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e morais foram geradas com a chegada dos militares.

2.1 Alcântara, um ponto estratégico

Alcântara está localizada aproximadamente a 22 Km de São Luís, situada na Mesorregião do Norte Maranhense, mais precisamente na Microrregião Litoral Ocidental Maranhense. O município de Alcântara está situado dentro dos limites da Amazônia, pois no que concerne à divisão política e administrativa, graças ao Decreto Lei nº 5.173/1966 e ao artigo 45 da Lei Complementar nº 31/1977, o estado do Maranhão faz parte tanto da região Nordeste pelo lado leste como pelo lado oeste faz parte da Amazônia Legal.

Ao se reportar acerca dos limites municipais de Alcântara, Braga (2011, p. 39) assim os descreve:

Ao município pertencem as Ilhas do Livramento, do Cajual e das Pacas. Como uma península, o município de Alcântara limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico; a Oeste com os municípios de Guimarães, Bequimão, Peri-Mirim e com a Baía de Cumã; ao Sul com município de Cajapió; e, finalmente, a Leste com o município de Cajapió, com a capital São Luís, a Baía de São Marcos e com o Oceano Atlântico.

O município possui uma área de 1.496,5 km² com mais ou menos 114 mil hectares, o que representa cerca de 0,45% da superfície de todo o Estado do Maranhão. O acesso a Alcântara é realizada pela Baía de São Marcos através de lanchas e barcos que partem do Cais da Praia Grande da cidade de São Luís.

É de suma importância destacar que os horários de partida são variáveis, pois dependem da tábua das marés, o percurso vai até a sede do município ou até os portos de alguns povoados como São João de Côrtes e Itaúna.

O desembarque na cidade de Alcântara é feito no porto do Jacaré, o qual apresenta instalações muito precárias (Imagem 01). A seguir, adentra-se à cidade pela ladeira do Jacaré, logradouro em que é possível encontrar ambulantes e pequenos barzinhos, bem como lojas especializadas em artesanato local. No geral, trata-se de um ambiente bastante rústico e desprovido de muitos recursos.

O acesso ao município e à sua sede também pode ser feito por via terrestre, Correia Filho (2011, P. 14), saindo de São Luís, se percorre “137 Km pela BR -135 até a cidade de Miranda do Norte, 42 km pela BR-222 até a cidade de Vitória do Mearim, 124 km pela rodovia estadual MA - 014 até a cidade de Bequimão e 67 km pelas rodovias BR - 308 e MA - 106 até a cidade de Alcântara.

Imagem 01 - Porto do Jacaré



Fonte: CARVALHO, 2013.

O CLA fica em torno de 7 Km da parte urbana de Alcântara e grande parte de seus funcionários moram em São Luís e fazem a travessia diariamente. Um dos fatores que faz com que Alcântara tenha ausência de uma base de sustentação econômica municipal diz respeito ao seu isolamento geográfico em relação a capital e isso faz com que o município passe por situações precárias a nível socioeconômico.

Apesar de todas as dificuldades a cidade como forma de reconhecimento e preservação do seu legado cultural, foi tombada em 1948 pelo SPHN - Serviço de Patrimônio Histórico Nacional por possui 370 prédios, 10 ruas, três praças e oito travessas sendo toda ela revestida por pedra tipo cabeça de negro.

Sobre o assunto Meirelles (1983, p. 12-13) enfatiza:

E exatamente por possuir um dos conjuntos arquitetônicos mais harmoniosos do país, Alcântara, foi escolhida em outubro de 1980, para sediar o 5º Curso Interamericano Sobre Política e Administração Cultural, organizado pela OEA e SPHN. Nesse curso, 20 técnicos renomados, representando vários países da América Latina, sugeriram em documento que o governo brasileiro pedisse à OEA e a UNESCO o tombamento de Alcântara como “patrimônio histórico e artístico da humanidade”.

O tombamento histórico não tinha como principal alvo manter intacto os casarões e todo o acervo histórico do local, já que Alcântara possui um dos conjuntos arquitetônicos mais ricos do Brasil. Esse tombamento, para alguns, significaria que a cidade ficaria mais preservada, porém o que aconteceu foi o contrário o município se tornou neste momento preocupação, pois havia um projeto aeroespacial a ser instalado.

Com um mês após técnicos brasileiros e estrangeiros terem solicitado seu tombamento junto a OEA (Organização dos Estados Americanos) e à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Alcântara acabou entrando para a era espacial, pois estava sendo forjado, nos bastidores políticos do Estado brasileiro, um empreendimento que viria transformar a vida da população alcantareense.

A Aeronáutica foi criada em 1941 durante o Estado Novo, na gestão de Getúlio Vargas. A partir da criação desse organismo, nos anos seguintes foram feitos vários investimentos nos setores de pesquisa e defesa do país. Em decorrência desses investimentos surgiram o CTA - Centro Tecnológico Aeroespacial, o ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o INPE - Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, o IPD - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e, por último, a EMBRAER - Empresa Brasileira da Aeronáutica.

O Brasil vivia um momento em que os investimentos militares tinham prioridade, um deles era o programa nuclear e o Aeroespacial, o segundo estava sendo desenvolvido no Rio

Grande do Norte, na chamada Barreira do Inferno, esta foi a primeira base de lançamento de foguetes do Brasil.

Um dos motivos que levaram Natal a vir a ser escolhida para ser implantada uma base de lançamento de foguetes diz respeito às condições que apresentava: a área estava estrategicamente inserida em uma península que ficava mais próxima de outros continentes como o africano e o europeu. O problema era que o local estava situado em uma área urbana em que a população apresentava um crescimento acelerado, o que acabava comprometendo as questões de segurança do projeto.

Nos anos 1970 e durante os anos 1980, a lógica militar perdia espaço devido à Guerra Fria estar se dispensando, a democracia pedia destaque e os governos ditatoriais estavam perdendo a força autoritária. Foi a partir desse raciocínio que Alcântara surgiu no contexto para lançamento de satélites na órbita terrestre. Sobre o assunto Sant’Ana Júnior (2006, p. 149-150) esclarece:

No bojo destas políticas de modernização e desenvolvimento, na década de 1970, uma comissão interministerial sediada no EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), denominada COBAE (Comissão Brasileira de Atividades Espaciais), planejou a implantação da base espacial de Alcântara. Integrando a MECB (Missão Espacial Completa Brasileira) e o Programa Espacial Brasileiro e com a denominação oficial de CLA (Centro de Lançamentos de Alcântara), sua implantação foi justificada tecnicamente em função da localização geográfica privilegiada do município, cuja proximidade com a linha do equador e com o mar, bem como suas condições meteorológicas, permitiriam colocar artefatos espaciais em órbita com significativa economia de combustível e com condições privilegiadas de segurança nas operações de lançamento.

A construção de um novo centro de lançamento foi necessária para atender às necessidades do MECB – Missão Espacial Completa Brasileira devido apresentar falhas no CLBI – Centro de Lançamento Barreira do Inferno em questões de segurança no momento dos lançamentos do VLS – 1 – Veículo Lançador de Satélites, a COBAE constatou que apesar de vários problemas, o CLBI possuía características bem vantajosas. Discorrendo sobre essa matéria, Costa Filho (2002, p. 141) relata:

[...] experiência acumulada em lançamentos de pequeno e médio porte, qualidade comprovada no monitoramento e rastreamento de foguetes e no auxílio aos lançamentos do Centro de Korou na Guiana Francesa, apresentava importantes restrições para lançamentos de veículos maiores, do porte do atual VLS-1 e superiores.

Apesar das vantagens enumeradas, as desvantagens eram bem maiores e preocupantes. Por exemplo, a reduzida área de segurança, já que Natal cresceu bastante após a criação do

CLBI e acabou atingindo áreas que antes eram desabitadas. Isso significou um sério risco para a população residente nas proximidades. Outro fator foi a limitação de setores livres, o que obrigaria a realização de manobras que não estariam previstas no planejamento e isso poderia influenciar no rendimento do veículo.

Por último, outro fator de desvantagem eram os impactos ambientais, pois, caso ocorresse algum acidente ou algum veículo lançador se autodestruísse, poderia causar prejuízos de grande escala em nível de poluição nas regiões próximas, que são habitadas. Devido às condições impróprias do CLBI, as condições do CLA se tornaram bem mais vantajosas para as necessidades da MECB.

Segundo Choairy (2000, p. 65) “Apresentando pelo MAer como o mais ambicioso projeto científico elaborado por um país em desenvolvimento, o CLA é parte de um Projeto maior, denominado Missão Espacial Completa Brasileira (MECB).” O CLA era um projeto de responsabilidade do MAer - Ministério da Aeronáutica, estava vinculado a MECB e ligado ao Estado Maior das Forças Armadas.

O CLA foi um projeto pensado no âmbito da ideologia de segurança nacional. A Aeronáutica justificava e incentivava essa pesquisa buscando independência tecnológica para o Brasil. Assim, foi então firmado um protocolo de Cooperação entre o MAer, o Estado do Maranhão e o município de Alcântara visando a implantação do Centro de Lançamento.

A COBAE estava ligada ao EMFA e a implantação e consolidação do projeto foram gerenciado pelo GICLA – Grupo para Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara sendo este um órgão criado em 1982 que estava subordinado ao DEPED- Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento. A COBAE desenvolveu vários estudos formalizados pela MECB com a finalidade de verificar as vantagens da instalação do CLA.

Apesar dos impasses e das indefinições sobre a construção do VLS, o MAer, visando o treinamento da equipe, os testes de equipamentos e a qualidade operacional do CLA, realizou base no diretor do GICLA, 18 operações, sendo lançados 216 foguetes com um aproveitamento de 90%, ou seja, excelentes dados de aproveitamento. Segundo Nascimento (2005. p.59):

Alcântara está a 2° 18’S do Equador, o que lhe garante posição privilegiada para lançamento de foguetes e satélites. Isto faz com que seja aproveitado o máximo de rotação da terra para impulsionar os lançamentos, cujo alvo está em órbita equatorial. Para lançamentos polares, o litoral maranhense, de Alcântara, também se apresenta favorável, permitindo inclusive economia significativa de combustível. Assim o lançamento de satélites se tornaria mais barato, independente do peso. Seria a mesma quantidade de combustíveis para satélites mais pesados.

A localização de Alcântara próxima à linha do Equador segundo os técnicos do CLA garantiam melhor precisão e segurança para o lançamento de foguetes, essa argumentação está ligada ao efeito da “catapultagem”, que daria maior velocidade a um veículo lançado próximo a linha do Equador, isso geraria redução dos custos com combustíveis.

Essas economias representavam vantagens de 13 a 31 por cento a menos que os lançamentos de bases mais famosas como: Baikonur na URSS – União das Repúblicas Sociais Soviéticas, no Casaquistão e Cabo Canaveral nos Estados Unidos, uma redução de pelo menos um terço do consumo caríssimo do combustível espacial.

Para ter uma ideia do que significa a redução de 30%, é necessário esclarecer que os investimentos em tecnologia espacial são bastante vultuosos. Na época, com essa redução dava para custear um projeto ítalo-brasileiro de construção de um caça AMX, uma aeronave de guerra cujo valor era de 2,5 bilhões de dólares. Essas circunstâncias tornaram o CLA o centro mais competitivo do mundo, devido à redução da porcentagem de margem perdida.

Ainda sobre essa questão, Costa Filho (2002, p. 142) destaca outra vantagem que Alcântara oferece para um projeto dessa magnitude. Ela está em:

Posição próxima do mar, o que impedirá que futuros crescimentos urbanos prejudiquem a capacidade operacional do centro. Além disso, permite condições excepcionais de segurança. As melhores condições de segurança reduzem os custos de seguro nos lançamentos.

A proximidade com o mar também apresentava outras vantagens competitivas: na hipótese da ocorrência de um momento mais crítico durante os lançamentos em sua fase inicial da trajetória do veículo, este evolui sobre o mar, circunstância que minimiza sobremaneira o uso de manobras para desviar de áreas habitadas.

Correia Filho (2011, p. 24) destaca a importância dos recursos hídricos de Alcântara:

O município de Alcântara pertence às pequenas bacias do norte que reúnem rios de pequeno trajeto, a maior parte deles perenes, entre os quais destacam-se o Preguiças, o Barro Duro, o Piriá, o Mapari, o Grande, o Negro, o Formiga, o Carrapato, o Axuí, o da Ribeira e o Coqueiro. Drenam a área do município os rios do Explendor, Peri -Açu, Pratitá e os igarapés: do Alegre, do Pepital, do Peru, Caiuana, Baiado Grande, Imbuaçu, Itauaú, do outeiro, do Castelo, Peri-Mirim, da Fontinha, da Esperança, dentre outros.

Em relação aos recursos hídricos em Alcântara, foi possível notar que são fartos. Essa disponibilidade hídrica era favorável tanto para o projeto na instalação do CLA como para os habitantes dos povoados, que, em grande maioria, retirava o seu sustento desse meio, já que não faltava água e havia abundância de peixe e outros tipos de mariscos. Convém registrar, a

pesca era e ainda é a principal atividade de sobrevivência das famílias que moravam nessas proximidades.

As condições meteorológicas e climáticas regulares também facilitaram a instalação do CLA em Alcântara. O centro limita-se com ao norte e a leste com o oceano Atlântico, gerando climas favoráveis com o regime de chuvas bem definido. O município é caracterizado por um regime pluviométrico com duas estações bem definidas, com o período chuvoso se concentrando durante os seis primeiros meses do ano: de janeiro a junho. Por outro lado, o período seco compreende os meses de julho a dezembro.

A altitude da sede de Alcântara é de 32 metros acima do nível do mar com variações térmicas entre 25°C e 29°C e os ventos estão dentro dos limites aceitáveis para a realização de lançamentos com baixas rajadas. Esses fatores climáticos possibilitam que a prática de lançamento de foguetes seja realizada durante quase todo ano.

Alcântara também apresenta estabilidade geológica e facilidade de suporte logístico devido à facilidade de acesso por via aérea, marítima e terrestre. Isso gera maior rapidez ou disponibilidade em relação aos outros centros de grande porte. Além disso, também foi analisada a possibilidade de utilização de técnicos formados pelo CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão com a finalidade de garantir apoio logístico ao CLA.

Outro elemento que chamou bastante a atenção para a implantação do CLA foi a baixa densidade demográfica, o que permitia a implantação de diversos sítios de lançamento e também garantiria um baixo custo no processo de desapropriação. Foram essas questões favoráveis que levaram o Brasil a não pensar duas vezes em evitar problemas de segurança e decidir pela implantar o CLA.

O CLA além de oferecer uma posição geográfica privilegiada para lançamentos, também é considerado um importante ponto para recepção de dados dos satélites, já que os microsatélites SCD-1 - Satélite de Coleta de Dados e SCD-2 coletam dados das PCDs - Plataforma de Coleta de Dados.

As PCDs são pequenas estações automáticas que são geralmente instaladas em locais remotos, os dados coletados são enviados para satélites e são retransmitidas para regiões como Alcântara que tem o escopo de fornecer dados ambientais diários coletados na região.

Esses dados coletados pelos satélites servem para várias utilidades como a previsão do tempo, estudos sobre correntes oceânicas, das marés, da química da atmosfera e também de planejamentos agrícolas.

A localização do CLA em Alcântara favorece uma maior recepção de dados, tanto que foi instalado no local um Centro de Controle de Satélites pertencente ao INPE. Ainda versando sobre as vantagens do local Costa Filho (2002, p. 144) esclarece:

Em relação ao Centro propriamente dito, a facilidade para efetuar lançamentos em praticamente qualquer época tem facilitado a realização de pequenos experimentos científicos, principalmente aos ligados à pesquisa básica. Devido as facilidades do Centro, até o ano de 1993, não havia registros de perdas de cargas dos foguetes SONDA em Alcântara.

Alcântara era considerada pelos militares como um vazão demográfico mais acabou se tornando personagem principal de um longo enredo. Várias circunstâncias apareceram durante a implantação desse grande projeto. Os defensores previam que seria um instrumento de resgate para o município, que estava quase um século na obscuridade. Andrade e Souza Filho (2009, p. 64) asseveram que:

Essa super valorização de aspectos fisiográficos e técnicos em detrimento aqueles de natureza social e ambiental, revela uma visão e uma divisão do espaço social e natural que esconde os verdadeiros interesses dos empreendimentos projetados para a região, apagando da “paisagem” os agentes sociais que ali estão há mais de dois séculos.

Diante do que foi apresentado em relação às vantagens na instalação do CLA em Alcântara, foi possível constatar, que após uma análise comparativa que os benefícios eram reais, pois a incorporação de tecnologias em um Centro de lançamento é fundamental para proporcionar grandes oportunidades comerciais. Essa era proposta formulada pela Aeronáutica ao chegar ao local e apresentar o projeto aos moradores como um signo do progresso estava chegando.

2.2 O Centro de Lançamento de Alcântara

Apesar de todos os benefícios e vantagens apresentados em relação à instalação do CLA, a área escolhida pela Aeronáutica para implantação do centro não estava tão deserta como muitos acreditavam. No período, a área abrigava aproximadamente 312 famílias, distribuídas em 21 povoados. A Aeronáutica preconizava que o município de Alcântara voltaria a experimentar suas glórias do passado, por se tornar uma cidade da Era Espacial.

As 312 famílias acima mencionadas estavam distribuídas em 21 povoados, dos quais ganham destaque as comunidades de Marudá, Cajueiro, Peru, Espera, Ponta Seca, Só Assim (são povoados com mais de centenas de anos), Baixada Grande [ou Baixa Grande], Espírito

Santo, Rio Grande e Nova Belém (terras de parentes ou terras de herança), Itamatatiua (terras de santo), Canelatiua e Retiro (conhecidas como terras de pobreza), Oitiua, Manival, São João de Cortês, Prainha, Ponta d'Areia, Peptal, Santa Maria, Samucangaua e Itapera. Todos esses povoados estavam situados em uma região denominada de “Área de Segurança”.

A Área de Segurança compreende uma extensão de cerca 25 mil hectares. Mesmo com todo esse espaço as famílias começaram a ser remanejadas compulsoriamente para sete agrovilas. Estas eram uma espécie de vilas residenciais construídas pelos militares, tema este que será mais bem abordado no transcorrer do trabalho.

Segundo a avaliação de Pereira e Sousa (2007, p. 21):

A discussão social acerca das possíveis perdas sócio-culturais, nunca foi levada em conta por parte dos militares, nem tão pouco por outras esferas do poder público federal, estadual ou municipal. Por parte das próprias comunidades, a dimensão destas perdas era incipiente, os movimentos eram poucos e desocupados, visto que as famílias que habitavam secularmente aquela região foram pegadas de surpresa e não estavam informadas suficientemente do que realmente significaria o projeto em suas vidas.

Alcântara entrou na era espacial em 1980, após os técnicos brasileiros e estrangeiros, com a permissão da OEA e dos organismos culturais do Brasil, solicitarem seu tombamento universal no 5º Curso Interamericano sobre política e cultura. No dia 12 de setembro de 1980, o então governador do Estado do Maranhão, João Castelo, assinou o Decreto nº 7.820, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra necessária à implantação, pelo Ministério da Aeronáutica, de um Centro Espacial, no município de Alcântara. Esse ato normativo permitiu a desapropriação de quase a metade da área total de Alcântara.

O desenvolvimento do projeto de lançamento de foguetes na região Alcantareense construído com tecnologia nacional estava neste período praticamente paralisado, devido à falta de recursos orçamentários provenientes da União, assim como estava pendente a inclusão do Brasil no Missile Technology Control Regime.

Este último é um programa instituído pelo G7 que agrega os sete países mais poderosos, industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, que dominam tecnologia de mísseis e que barravam de forma sumária a transferência de tecnologia nuclear a países subdesenvolvidos que queriam entrar no caminho espacial de lançamento de mísseis.

O Brasil só foi incluído devido a uma indefinição e o desconhecimento da real utilização do CLA. Ou seja, no que tange sobre a utilização de mísseis e foguetes os oficiais

do projeto insistiam em dizer que o seu objetivo era pacífico e nunca esclareceram de forma clara a sua posição sobre este projeto. Segundo registra Nascimento (2005, p. 61):

Os projetos do Comando da aeronáutica tiveram avanço importante, na década de 80, com a criação do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Situada numa área de 620 km², na península da cidade de Alcântara, no Maranhão, próximo à linha do Equador, o CLA foi projetado para atender à demanda interna e externa de lançamento de foguetes de sondagem e de veículos lançadores de satélites. Foi instituída pela Portaria n° C-012/GM, do ministro da Aeronáutica, no dia 1° de abril de 1982, dois anos depois da aprovação da Missão Espacial Completa Brasileira, cujo objetivo era de enviar ao espaço um satélite pelo VLS-1, Veículo lançador de satélites.

Nesse momento, cientistas do mundo todo voltaram seus olhos para o Maranhão pelo fato de um país de Terceiro Mundo ter conseguido entrar na competição com os oito países detentores de tecnologia espacial: Estados Unidos da América, Rússia, Japão, China, Ucrânia, França, Israel e Índia.

Esses países apresentavam um programa espacial moderno e o projeto do Brasil até então era considerado modesto. Mesmo tendo essa característica, num primeiro momento o CLA seria a base de lançamento dos produtos oriundos da tecnologia brasileira. Assim, como apresenta Nascimento (2005, p. 62):

No dia 14 de dezembro de 1982, foi firmado o Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Aeronáutica, governo do Estado do Maranhão e o Município de Alcântara. Em 1° de março de 1983, o governo federal criou, por decreto, o de n° 88.136, o Centro de Lançamento de Alcântara, com o propósito de executar e apoiar as atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais.

A Aeronáutica adotou a tática do silêncio. Essa é uma estratégia utilizada quando um país quer implantar grandes projetos que no geral podem trazer aspectos negativos para a população e para o ambiente. Essa tática consiste em omitir informações cruciais para não causar impactos desagradáveis e assim dar curso ao projeto.

Junto com a Aeronáutica, as autoridades estaduais e municipais ficaram igualmente em silêncio, sem dar qualquer tipo de informações para a sociedade. Nesse momento surgiram pessoas que se aproveitaram dessa situação para lucrar com a notícia da instalação da Base. Segundo o comentário de Meirelles (1983, p. 126):

Nesse intervalo, aproveitando-se da sua condição de chefe político de Alcântara, e de seu trânsito junto aos camponeses, o promotor público João Leitão, segundo denúncias do então Presidente do Sindicato dos

Trabalhadores rurais de Alcântara, Benedito, serviu de intermediário na venda de terras de Tiquara e Castelo, entre outras naquele município.

Diante do que foi exposto por Meirelles, é possível notar que o momento era propício para serem feitas especulações e negociações na área de Alcântara, devido à valorização das terras com a chegada da Aeronáutica. Assim, algumas pessoas decidiram tirar proveito da situação, sendo o caso do promotor público João Leitão.

Os militares chegaram de forma nada amistosa e sem resistência. Demorou um pouco para que a população notasse que esse projeto espacial estava criando um impacto negativo. Em pleno século XX, Alcântara seria assaltada pelo Estado do Maranhão em um discurso de que o CLA acabaria com a pobreza da maioria dos habitantes e carência de infraestrutura sanitária e educacional.

Sem poder mais conter as informações sobre a instalação do CLA, o comandante do Instituto da Aeronáutica Espacial, brigadeiro Hugo de Oliveira Piva confirmou no começo de julho de 1981, ou seja, quase um ano após a publicação do decreto N° 7820, que haveria em Alcântara a instalação de uma segunda base de lançamento de foguetes do Brasil.

A partir desse momento, o Decreto N° 7820 foi mais divulgado pela imprensa nacional, que passou a analisar as consequências socioculturais e políticas desse projeto. O Jornal do Brasil foi o primeiro veículo de comunicação a divulgar a notícia sobre a instalação da base. Daí em diante, o assunto ganhou as páginas dos jornais nacionais e internacionais.

No meio intelectual, o primeiro a levantar a voz contra o projeto foi o poeta Carlos Drummond de Andrade, por intermédio de sua coluna no caderno B do Jornal do Brasil, no dia 21 de julho de 1981. Nessa coluna, Drummond demonstrou o seu descontentamento com a instalação da base na região de Alcântara, conforme acolheu Meirelles (1983, p. 17):

“Qualquer pessoa que tenha um mínimo de sensibilidade em face das coisas e arte e história (os “bens culturais” que o Governo procura não só defender como incitar a população a fazer o mesmo) arrepia-se ao ler que será instalada em Alcântara a segunda base de lançamento de mísseis brasileiros. A área já começou a ser demarcada e um fato novo, surpreendente, bole com os nervos da pacata população da pacatíssima cidade inscrita nos livros do Tombo do IPHAN como monumento nacional”.

O comentário de Drummond serviu como advertência para que o assunto ganhasse repercussão. Desse modo, acabou despertando uma considerável opinião pública, o artigo do poeta serviu para que os leitores pudessem refletir sobre as publicações futuras e o modo como projeto seria instalado.

Mas esse assunto não atingiu toda sociedade como, por exemplo, as Universidades e outras instituições. Isso pode ser explicado pelo fato através do fato de que a aeronáutica não tinha interesse em esclarecer o seu projeto de modo que a discussões pudessem tumultuar a instalação da Base.

A tática do silêncio ainda perdurava quando as notícias da instalação começaram a ser veiculadas nos meios de comunicação, tanto que as autoridades municipais e estaduais se declaravam totalmente desinformadas sobre o objetivo do projeto. Com todo esse silêncio não foi possível conter as especulações devido à inexistência de dados oficiais. As especulações versavam, principalmente, em torno dos sujeitos que ali habitavam.

Ao se manifestar acerca dessa problemática, Choairy (2000, p. 6) fez um balanço dessa tática do silêncio:

Sendo muito difícil o acesso a qualquer documento oficial, sobre o Projeto do CLA, ainda foi possível, a partir de depoimentos de vários oficiais da Aeronáutica e do EMFA dados à imprensa estadual ou nacional, de ofícios encaminhados ao STR, à CONTAG e demais entidades representativas do segmento atingidos, além de publicações já existentes sobre o assunto, como MEIRELES (1983), FERNANDES (1993) e MARTINS (1994), construir uma representação mais objetiva sobre o que vem a ser, realmente, Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Para maquiar as críticas e tentar passar uma boa imagem da Base, o Coronel Monteiro (Coronel responsável pelo acompanhamento e assessoria de informações no processo de instalação da Base) e seus auxiliares em reuniões com as comunidades, destacaram que o CLA era o mais ambicioso projeto científico até então a ser elaborado por um país que ainda estava em desenvolvimento.

Nesse momento havia boatos de que a Base custaria 50 bilhões e que ficaria pronta em 1986, isso se não ocorresse transtornos em relação aos deslocamentos dos posseiros que viviam na região. O coronel argumentava à época que a conclusão da Base traria para o Brasil sua independência tecnológica, incentivos a pesquisas científicas no setor aeroespacial, assim como segurança.

Com base nos dados publicados pela revista “Ciência Ilustrada”, para a Missão Espacial em Alcântara deveria ser construídos quatro foguetes lançadores no valor de Cr\$ 90 bilhões e quatro satélites no valor de Cr\$ 50 bilhões. Meirelles (1983, p. 29) assim se manifesta acerca da utilização desses foguetes e satélites:

“O primeiro dos satélites” – continua – “servirá de teste para o foguete lançador brasileiro e sua tarefa será a transmitir dados meteorológicos coletados em terra pelas diversas plataformas automáticas espalhadas pelo

país”. “Uma vez no espaço, ele se abrirá, expondo ao sol células fotoelétricas instaladas em todos os lados e que vão fornecer energia durante sua vida útil – cerca de dois anos”. O segundo satélite será do mesmo tipo e terá as mesmas funções, e o terceiro e o quarto satélites subirão mais ou menos dois anos depois do segundo, provavelmente em 1991.

Esses satélites eram considerados mais complexos pelo núcleo de tecnologia da época e forneceriam informações sobre a previsão das safras agrícolas, geadas, inundações, assim como possibilitaria a descoberta de novas jazidas minerais. Ou seja, a julgar pelos dados, esses satélites seriam de grande ajuda para os brasileiros.

Logo no início havia muitas contradições sobre a instalação da Base. Dentre elas, o coronel Monteiro afirmava que a Base não poluía, enquanto que outras fontes da Aeronáutica registravam que a extensão da área possibilitaria o envenenamento por gases tóxicos, caso ocorresse algum acidente.

Outro problema era o perigo de explosão por conta do proponente sólido usado como combustíveis dos foguetes. Isso foi o que alertou o Major-Engenheiro Moisés Castelo Branco (Diretor do Escritório do GICLA), já que o programa espacial brasileiro incluía a fabricação de mísseis militares.

A partir desse comentário surgiu outra contradição, o coronel Monteiro garantiu que a Base de Alcântara não seria de mísseis, contudo segundo as informações publicadas pela Revista Ciência ilustrada a Base de Alcântara seria sim um centro de lançamento de mísseis e foguetes. Essas informações são inverídicas, segundo Choairy (2000, p. 66), pois:

Inicialmente, o Programa Espacial Brasileiro previu a construção do VLS (Veículo Lançador de Satélites), a produção de micro satélites para comunicação em órbitas baixas e a possibilidade de lançar um satélite em conjunto com a China, entendimentos reforçados em 1985 pelo Presidente da República, em viagem àquele país.

Desde o início, a Base estava sendo preparada para ser um Centro de lançamento de mísseis e foguetes, mas essas informações até então estavam sendo mantidas em sigilo ou sendo desmentidas, para evitar maiores alardes entre a população local e também aos meios de comunicação.

Outro ponto discutido na época foi a implantação da Base nas proximidades do porto do Itaqui. Como este porto servia para escoar a produção de minério de ferro do Projeto Carajás, a partir disso havia a presunção de que a Base estava sendo projetada para assegurar a defesa do polo minero-metalúrgico do Maranhão.

Objetivando tirar o caráter militar da MECB ocorreu a criação da AEB. De acordo com o jornal “O Estado do Maranhão”, no dia 7 de março de 1994, a recém criada AEB, não assumiu qualquer compromisso de caráter explícito com o uso pacífico do espaço.

Sobre esse assunto Choairy (2000, p. 67) destaca que

A Lei de criação da AEB, segundo o mesmo autor, não fez referência ao caráter pacífico, ou não, das atividades espaciais brasileiras, limitando-se a definir, como seu objetivo, a promoção de “atividades espaciais de interesse nacional”, o que, para o autor da matéria, é uma “posição pouco sábia para quem tem pressa em alcançar os benefícios da cooperação internacional.”

De início, o projeto do CLA apresentava três fases: a concepção do centro, que consistia na desapropriação, realocação e instalação; a ampliação do centro e, por último, a concepção de instalação e adaptação para veículos recicláveis de grande porte. Ou seja, a implantação do CLA foi prevista para ser realizada progressivamente, sendo prevista sua finalização para 2020.

Costa Filho (2002, p. 144) abordou essa questão:

1º Fase, destinada a atender aos foguetes de sondagem e ao VLS, abrange: a concepção do Centro; a elaboração de projetos; a desapropriação de imóveis; a construção e a realocação dos povoados; e o início da construção da infraestrutura do centro, com as instalações mínimas para as operações de lançamento de veículos a propelente sólido capazes de colocar satélites em órbitas baixas.

O coronel José Celso Lauande na época diretor do GICLA divulgou em uma palestra na Reunião Anual da SBPC - A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em São Luís em agosto de 1995, que o CLA era composto por quatro projetos bem específicos: o Centro de Lançamento, Serviços Públicos, Assentamento em Agrovilas e a Vila Residencial.

Quanto à segunda Fase, Costa Filho (2002, p. 144) assim se posicionou:

2º Fase, compreende os lançamentos destinados à colocação de satélites em órbitas baixas; o início da concepção e dos projetos das plataformas e das instalações especiais para lançadores a propelente líquido; e o início do programa de lançamentos destinados à colocação em órbitas geoestacionárias de satélites de comunicações (tipo BRASILSAT).

Atualmente o CLA encontra-se na segunda fase, o diretor administrativo do Centro destacou que os principais problemas para a expansão dizem respeito as restrições financeiras, para a COBAE a expectativa era de que no futuro o CLA se transformasse em um cosmódromo com características internacionais.

Essas características internacionais eram para que pudessem convergir para o centro artefatos fabricados em outros pontos do território nacional e do exterior. Desde o início, a expectativa era de que fossem construídas no CLA três plataformas, que serviriam, respectivamente, para os artefatos da classe SONDA, da classe VLS e de uma classe Universal.

A terceira fase compreende as novas instalações e a adaptação do centro para veículos recicláveis e de grande porte. COBAE – EMFA (1992, p. 81) diz o seguinte “Tal Centro, além de dotar o país de uma base de lançamento sofisticada para atender às atuais e às futuras exigências de suas atividades espaciais, poderá também ser utilizado comercialmente por outros países”.

Outra empresa que estava envolvida no processo de instalação do CLA era a ATECH Negócios em Tecnologias S/A. A ATECH é uma empresa brasileira de desenvolvimento de sistemas e de aplicação de tecnologias.

Sobre a ATECH, Andrade e Souza Filho (2009, p. 64) comentam:

Dentro desse contexto a fundação Atech tem através de seus próprios colaboradores e de empresas contratadas, a citar Allerce, Terrabyte, Multispectral e GEOCRET/Engenharia, executado trabalhos de visitas e de pesquisas e coleta de dados ambientais dentro da península de Alcântara, assim como sob liderança da Alcântara Cyclone Space, tem-se coordenado com diversos órgãos governamentais que tenham dados e informações concernentes, para conduzir objetivos contratuais.

A ATECH era uma empresa responsável por resolver problemas técnicos, focada em solucionar problemas críticos, ou seja, trabalhos técnicos de pesquisa dentro da área geográfica de Alcântara para a implantação do Complexo Binacional Alcântara Cyclone Space – ACS. Sobre a ACS, Andrade e Sousa Filho (2009, p. 58) comentam:

A ACS – Alcântara Cyclone Space é, segundo seu Estatuto, “uma empresa binacional criada de acordo com os artigos 2º e 3º do TRATADO firmado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia “sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara”, assinado em Brasília, em 21 de outubro de 2003. Embora tenha sido criada em 2003, só é de fato instituída em 2005, como entidade jurídica brasileira, e só teve seu estatuto publicado em 31 de agosto de 2006, conforme o ofício da ATECH em resposta aos ofícios 098/2007 – ASS/PR/Ma e 154/2007-ASS/PR/Ma, de 19.12.2007.

A ATECH tinha a função de intervir na zona física de Alcântara, ou seja, especificadamente no território das comunidades que compunham o território étnico, fazendo

serviços como perfurar, rasgar estradas, derrubar a vegetação e devastar os recursos considerados fundamentais para a reprodução social e física das comunidades que ali viviam.

Do ponto de vista comercial o CLA é o centro de lançamento com maiores perspectivas para o futuro devido as várias vantagens comparativas, pois os outros grandes centros mundiais possuem problemas com altos níveis de saturação de sua capacidade e com pequenas janelas anuais.

Essa vantagem do CLA em comparação aos outros grandes centros é relativa, pois o Centro de Alcântara enfrenta problemas de deficiência tecnológica e isso faz com que importantes contratos não sejam cumpridos, além de que não há a formação de um polo tecnológico em torno do Centro como em comparação aos outros grandes centros internacionais.

De início a intenção do Ministério da Aeronáutica era de fazer com que o Centro se tornasse um polo tecnológico nos moldes internacionais. Pensando nessa perspectiva, o CLA poderia elevar a economia do Maranhão e do Nordeste, mas diante do que ocorreu não há indicação de nenhum esforço de que isso pudesse se tornar realidade.

Dada a largada para a instalação do CLA, o próximo passo foi implantação do escritório de representação do IAE – Instituto de Atividades Espaciais em São Luís, assim como um escritório de campo em Alcântara, com o escopo de apoiar as ações locais e regionais, além de estabelecer um circuito de informações.

Entretanto, várias outras ações foram desenvolvidas por esse organismo. Conforme discorre Meirelles (1983, p. 31):

Executou um levantamento aerofotogramétrico assim como a reconstituição cartográfica de toda a área pretendida; fez sondagens prospectivas para conhecer as condições geomorfológicas da área (resistência de solo, jazidas e mananciais de água); elaborou o cadastramento da população para agilizar o processo de desapropriação. Iniciou os trabalhos topográficos, a construção do quartel (já em estágio adiantado) e da casa modelo da agrovila. Fez ainda sondagens para a construção de um porto.

Além destes feitos, ainda foi encomendado pela COLONE – Companhia de Colonização do Nordeste uma pesquisa sócio - econômica além de que foi contratada uma equipe de assistentes sociais para conscientizarem os lavradores sobre o processo de remanejamento e tentar amenizar o drama de deixarem suas terras.

A implantação do CLA só foi possível graças à edição do Decreto Federal nº 88.136, de 01 de março de 1983, onde em seu artigo 1º (Brasil, 1983) trás a sua finalidade que é “executar e apoiar as atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais,

bem como executar testes e experimentos de interesse do Ministério da Aeronáutica, relacionados com a Política Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial.”.

A data considerada oficial de inauguração do CLA é a mesma da edição do Decreto Federal nº 88.136, momento em que foi ativado o NUCLA - Núcleo do Centro de Lançamento de Alcântara, tendo por finalidade propor um apoio logístico e de infraestrutura local, além de garantir segurança na realização dos trabalhos a serem desenvolvidos no futuro centro.

As operações no CLA foram assim registradas por Nascimento (2005, p. 62 - 63):

No período de 11 a 15 de dezembro de 1989, acontece a primeira operação no CLA. Foram lançados dezessete (17) foguetes de treinamento, sendo quinze (15) foguetes Sbat 70 e dois (2) Sbat 152. O primeiro Veículo de Sondagem lançado em Alcântara ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1990. Foi o foguete Sonda II utilizado na “Operação Alcântara”, Mas o desafio maior estava por vir. No período de 4 de outubro a 2 de novembro de 1997 a expectativa era sobre a Operação Brasil, com o primeiro Veículo Satelizador lançado de Alcântara. Era, na verdade, a primeira data a entrar para a história do programa espacial brasileiro, pelo fracasso. Foi justamente na tarde do dia 2 de novembro que o VLS – 1 foi acionado, com o protótipo 1. Um dos motores de propulsão falhou, sessenta e cinco segundos depois do foguete sair do chão, obrigando os técnicos da CLA a acionarem o mecanismo de autodestruição. Em 1999, em nova operação, mais uma frustração. Desta vez foi um problema surgido na separação dos propulsores do primeiro estágio. O segundo protótipo do VLS- 1 foi destruído três minutos e vinte segundos depois de ser lançado ao espaço.

Como se observa foram exaustivas as tentativas para que as operações dos protótipos dessem certo, as operações dos protótipos 1 e 2 do VLS em 1997 e 1999 ganharam destaque pois o Comando da aeronáutica iniciou investigações para saber o que realmente havia acontecido nas operações e não para averiguar os prejuízos causados ao país.

Na reportagem abaixo do jornal “O Estado do Maranhão” de 1985 mostra a notícia de que Alcântara seria preparada para o desenvolvimento e que o projeto iria proporcionar melhorias de vida aos seus atuais moradores.

As promessas diziam respeito sobre o recebimento de luz elétrica, rede de esgotos e ampliação no sistema de telefonia através de um convênio firmado pelas esferas estaduais e municipais e também do MAer, essas informações foram dadas pelo diretor da época do SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Pró-Memória Ivan Sarney.

Imagem 02 – Notícia do Jornal “O Estado do Maranhão” de 1985.



Alcântara é preparada para o desenvolvimento

Dotar a cidade de Alcântara de uma infra-estrutura necessária, para prepará-la a receber uma demanda populacional que se verificará com a entrada em operação do centro espacial, além de proporcionar melhorias de vida a seus atuais moradores, é o objetivo do convênio firmado por organismos estaduais, municipal, e Ministério da Aeronáutica, o qual se encontra em andamento, segundo informe do diretor regional do SPHAN/Pró-Memória, Ivan Sarney.

O convênio, firmado há aproximadamente um ano, vem se desenvolvendo a contento, segundo Ivan Sarney, e busca atingir uma con-

cretização com a maior brevidade de tempo. E neste sentido, em que se realizam alguns projetos, destacando-se o de tipologia (arquitetura de Alcântara), o de estudos das comunidades negras, o de artes populares e sobre pesquisa cartorial (bens e imóveis do município).

Além disso, garante Ivan Sarney, é grande a preocupação com o patrimônio arquitetônico da cidade com vistas à recuperação e estabilização relativamente a antigos sobradões que ameaçam ruir, mediante obras apoiadas financeiramente pelo Governo Federal, através da Secretaria de Cultura do Estado. Entre outros, é destaque a recupe-

ração da Igreja do Carmo de Alcântara, que esteve fechada durante sete anos, e que agora começa a ser recuperada, com a aplicação de recursos num total de 1 milhão e 800 cruzados.

O diretor do SPHAN/Pró-Memória disse mais que estão sendo mantidos entendimentos com vistas à elaboração de projetos de infra-estrutura da cidade de Alcântara, dotando-a, futuramente, de um sistema de energia elétrica eficiente, rede de esgotos, e ampliando o sistema de comunicações via telefonia, através dos órgãos competentes.

Nessa reportagem também foi comentado que uma das maiores preocupações para a instalação do projeto era com o patrimônio histórico, além de que seriam recuperados e estabilizados casarões que estivessem ameaçados a ruínas. Nesse sentido, o destaque dessa recuperação era a Igreja do Carmo de Alcântara. Todavia, nem todas as promessas foram cumpridas e nem todos os projetos de melhorias foram implantados.

Imagem 03 – Notícia Sobre inspeção de obras



Fonte: Arquivo do Jornal O Estado do Maranhão.

Segundo a notícia do Jornal “O Estado do Maranhão” de 17 de maio de 1985, as obras estavam sendo constantemente monitoradas pelo Ministro-Chefe do EMFA, José Maria do Amaral Oliveira que chegou acompanhado por uma comitiva de oito oficiais gerais e onze oficiais superiores. Na época, o governador era Luiz Rocha os recebeu no Palácio dos Leões.

Alcântara era constantemente visitada pelos militares que monitoravam as obras do Porto da Ponta da Madeira, faziam a inspeção da Capitania dos Portos, da instalação do Centro de Sinalização Náutica de São Luís, no Jenipepeiro e Ponta da Espera além das obras no terminal pesqueiro de Porto Grande e do Porto do Itaqui.

Imagem 04 – Notícia sobre as Lanchas



Fonte: Arquivo do Jornal O Estado do Maranhão.

A matéria do jornal “O Estado do Maranhão”, de 11 de dezembro de 1986, dá conta de que o transporte marítimo para Alcântara era feito diariamente, naquela época, por dois barcos que já estavam se tornando obsoleto e que em breve ficaria apenas na memória daqueles que os utilizavam para a travessia.

Devido às obras para criação do CLA, a EMFA defendeu que com suas constantes visitas necessitava substituir essas embarcações por lanchas velozes e turbinadas, que reduziriam o tempo de travessia de duas horas para apenas 20 minutos.

Essas lanchas seriam colocadas à disposição da COBAE, da população de Alcântara e da tradicional visita de turistas. Na notícia acima citada, havia a informação de que o CLA desenvolveria suas atividades nos três anos seguintes, necessitando, pois, de um transporte seguro e rápido.

Sendo assim, ficou definido que seria elaborado um projeto para a construção de lanchas que atendessem a essas exigências, o projeto previa a construção de cinco lanchas cada uma com capacidade de transportar 140 pessoas.

Imagem 05 – Lanchas da Aeronáutica denominadas 14 e 18 BIS



Fonte: Braga (2011, p. 40).

Na época, já estava em construção duas das lanchas, com peças importadas da Itália, previstas para realizar esse transporte e estavam ganhando destaque por serem modelo único no Brasil, com 24 metros de comprimento, 6 de largura e 1.300 cavalos de força, permitindo uma velocidade média de 22 KM por hora.

Pensando no atracamento das lanchas também estava previsto a construção de um terminal em Alcântara com características próprias e sem interferir no patrimônio histórico com o fim de comportar as novas lanchas, este projeto estava previsto para ficar pronto até junho de 1987.

Do projeto em si só saiu à construção de duas lanchas, conforme se observa na imagem 05. Estas lanchas foram denominadas de 14 e 18 BIS. Diferente do que era previsto, as lanchas não foram colocadas à disposição do público e da população de Alcântara. Como se trata de um transporte mais veloz, eficiente e que oferece condições melhores de conforto, tais lanchas ficaram apenas à disposição exclusiva dos oficiais superiores e civis que exercem cargo de direção e chefia no CLA. Choairy (2000, p. 72) registra que nem todas as promessas feitas pelo CLA foram cumpridas:

Entre as promessas cumpridas estão a construção de um píer para a atracação das lanchas do CLA, que transportavam seus funcionários e técnicos; a construção da rodovia Alcântara -Itaúna, necessária como única via terrestre de acesso para transportes de equipamentos; construção de uma via de contorno, pela encosta do centro histórico da cidade, dando acesso ao porto do Jacaré, cujo, objetivo era poupar a estrutura viária do núcleo histórico de tráfego intenso e pesado. Por último, foram os aspectos de infra – estrutura urbana, como redes de distribuição de água, energia elétrica e telefone, arruamento, transporte coletivo, imprescindíveis à realização do novo empreendimento.

Vale ressaltar que foram vantagens importantes para o município de Alcântara. O problema foi o discurso da Aeronáutica e de seus defensores, se configurando como o próprio poder local, pois as obras feitas pelo CLA se apresentaram como presentes, quando na verdade seriam obrigações do Poder Público tanto municipal como estadual ou federal.

Essas obras criaram no imaginário da população local uma forma de aceitar o Projeto do CLA como uma garantia dos serviços, uma vez que o próprio poder local negou por anos esses serviços considerados essenciais para o povo. Portanto, o CLA chegou ao município de Alcântara como esperança da realização de sonhos.

Considerando a Imagem 6, tem-se a atual disposição do CLA, que já lançou mais de 200 foguetes em Alcântara. A última operação ocorreu no dia 3 de novembro de 2015, quando foi lançado com sucesso o 12º FTI - Foguete de Treinamento Intermediário, fazendo parte da Operação São Lourenço.

No dia 13 de novembro de 2015, ocorreu a explosão de um foguete da operação de lançamento do Satélite de Reentrada Atmosférica - SARA, que explodiu antes de seu

lançamento. Não houve feridos, entretanto a rampa de lançamento ficou destruída por conta da explosão do motor, ficando a área isolada para investigação das causas do acidente.

Imagem 06 - CLA – Centro de Lançamento de Alcântara



Fonte: PIRES (2012)

Imagem 07 - VLS-1 Destruído em 2003 por uma explosão em sua plataforma.



Fonte: REUTERS (2013)

Na imagem 07 é possível visualizar o VLS 1 destruído em 2003 quando três dias antes de sua projeção ocorreu a explosão em sua plataforma de lançamento levando a morte 21 técnicos do Programa Espacial. Já na imagem 08, vê-se a atual Torre Móvel de Integração usada pra lançar o VLS-1, que foi totalmente reconstruída após o acidente.

Imagem 08 – Nova Torre de Lançamento do VLS -1



Fonte: Agência Força Aérea/CLA (2012)

As instalações do CLA são compostas por vários prédios: de preparação motores; preparação da carga útil; carregamento de propelente líquido; de apoio (onde o foguete pode ser guardado); plataformas de lançamento (onde o foguete é lançado); o centro de controle avançado; base com pista de pouso totalmente pavimentada e sinalizada; e o pátio das aeronaves.

Além das instalações acima descritas, o CLA ainda possui um centro de rastreamento, posto de comando, estação de mediações, estação meteorológica e sistema de apoio que inclui fornecimento de energia elétrica, telecomunicações, abastecimento de água, esgotos e recolhimentos de dejetos, estradas internas, comunicações, aeroporto e porto marítimo.

Portanto, para reforçar o que já foi relatado, é importante ressaltar que o CLA é a segunda base de lançamentos de foguetes da Força Aérea do Brasil. Consiste em construções, instalações e equipamentos utilizados para lançar veículos, ou seja, sedia os testes do VLS e tem o escopo de futuramente realizar missões de lançamento de satélites.

3.0 METAMORFOSES QUILOMBOLAS

Sobre as ações quilombolas em Alcântara, é importante destacar que se intensificaram a partir da primeira década do século XIX devido à dissolução das grandes plantações de algodão e açúcar, como o Maranhão possuía uma população escrava muito grande passaram então a se concentrar perto das áreas de fronteira cobertas por matas e como resultado tivemos uma multiplicação considerável de quilombos nesse período. Sobre o favorecimento da área do Maranhão para a proliferação de quilombos, Assunção (1996, p. 434) descreve:

[...] o Maranhão apresentava, em quase toda a parte norte de seu território, abundantes matas com muitos rios e riachos. Isso implicou durante muito tempo uma ocupação mais tênue do espaço e favoreceu o estabelecimento de quilombos nas cabeceiras dos rios, nos locais mais afastados das florestas, zonas não ocupadas pela grande lavoura.

As matas do Maranhão eram extensas e fazia com que o Estado acabasse perdendo o controle, isso facilitava muito para que os quilombolas e outros fugitivos tivessem êxito em suas fugas e se sentissem seguros. Os quilombos eram formações sociais ocultas sendo complicado estabelecer a quantidade que havia em cada região, assim como informações em relação a sua origem e do número de pessoas que viviam ali.

Os quilombos nesse período expandiram o seu processo produtivo e ampliaram suas relações com diferentes mercados de setor alimentício onde marcaram sua presença nos pequenos portos e nas vias que tinham acesso para as vilas incluindo principalmente Alcântara, Guimarães, Turiaçu e Viana. Silva (2010, p. 41) em relação a essas regiões relata o seguinte:

Organizados ai esses quilombos, estenderam-se seus domínios às comarcas de Alcântara e Vianna, pondo assim em risco a propriedade e segurança individual dos seus habitantes tornando inacessíveis terrenos, aliás, fertilíssimos e apropriados a várias espécies de cultura.

Com a decadência econômica dos fazendeiros consoante a desagregação da produção açucareira e com a extinção do engenho de Gerijó, o maior da região de Alcântara, contribuiu para a expansão e consolidação dos quilombos nessa área, esses fatores ocasionaram uma espécie de estabilidade do sistema produtivo autônomo onde os quilombolas passaram a estabelecer vínculos estreitos com pequenos produtores se dedicando ao cultivo do arroz, mandioca e passaram a realizar a atividade de pesca e extrativismo.

A pequena autonomia de produção por parte dos quilombolas contribuiu para que nos anos seguintes surgissem as chamadas terras de preto convergindo para uma situação de

aquilombamento, ou seja, significava uma autonomia total por parte de seus antigos senhores. Essa conquista significava uma afirmação étnica é o que comenta Almeida (2006, p. 116):

O sentimento de índios e escravos de pertencerem afetiva e economicamente a territorialidades que controlavam efetivamente, viviam como suas e às quais emprestavam suas próprias auto atribuições, num momento em que não lhes era permitido por lei ter quaisquer propriedades e pecúlios, evidencia uma afirmação étnica.

Essas vertentes serviram para a construção das chamadas terras de santo, terras de caboclos e terras de preto, a última possui essa denominação, pois compreende os domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica por famílias de escravizados. Sobre as terras de preto Almeida (1989, p.174) comenta:

A expressão terra de preto alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma apropriação comum dos recursos. Registrados em regiões do Tocantins Goiano e da Serra Geral no norte de Goiás, no vale do Maracassumé, no Maranhão, e nas antigas áreas mineradoras de Goiás e São Paulo.

Portanto as terras de preto são aquelas ocupadas por grupos negros que muitas das vezes foram frutos de doação por antigos senhores de escravos fiéis, ou doadas a santos de devoção, ou ainda consistiam em terras devolutas que foram simplesmente ocupadas por famílias negras logo após a abolição.

Os quilombolas se apropriaram das terras e dos nomes da aristocracia agrária alcantareense, os nomes foram perpassando para as territorialidades e ocupações de terras a partir dos laços de parentesco e afinidade. O aparecimento de comunidades negras rurais de Alcântara são frutos da maior parte das terras que foram abandonadas e ficaram sob a administração de trabalhadores negros, escravos fugidos, índios e de mestiços que permaneceram nessa terra, dando origem a vários povoados e quilombos. Barreto Jr. (2007. p. 10) expõem o seguinte:

As populações negras remanescentes do desmantelamento das fazendas da macro-região de Alcântara iniciaram um processo lento e contínuo de reapropriação do território alcantareense, atribuindo a seus espaços novos valores e construindo uma nova organização social baseada na auto-suficiência e articulada na identidade étnica.

Passaram-se os anos e com eles ocorreram as transformações sociais e econômicas da região, as comunidades tradicionais que habitam atualmente Alcântara se organizaram em

povoados cuja economia se baseia na pesca, extrativismo, da agricultura de subsistência baseada na mandioca, arroz, milho e feijão e da criação de pequenos animais.

O século XIX para Alcântara reflete um verdadeiro vácuo em sua história já que ficou estagnada economicamente após o fim de investimentos capitalistas, além de não se destacar em qualquer investimento promissor, exceto no ano de 1980 com a chegada de um grande projeto a ser implantado no município, tirando Alcântara da escuridão e colocando-a no cenário social e político a nível nacional e mundial.

3.1 Quilombo: uma questão histórica e contemporânea

As comunidades formadas pelos negros e escravos que fizeram resistência e fugiram do trabalho que lhes eram impostos, receberam várias denominações nas diversas regiões do Novo Mundo, modificando-se ao longo do Brasil Colônia, Império e República. Dentre eles se destacou o termo “quilombo”, segundo Rocha (2010, p. 2.):

A palavra quilombo deriva de KI-LOMBO, vocábulo Mbundu e tratava-se de uma prática adotada pelos Umbangalas, povo extremamente belicoso que dominava a região de Angola. Tal prática, em sua origem, consistia em uma sociedade de iniciação, onde jovens rapazes eram preparados e iniciados na vida adulta. Ao adotarem esta prática, os Umbangalas a transformaram em uma sociedade de caráter militar e estabeleceram que qualquer homem poderia fazer parte desde que iniciados.

A palavra quilombo significa acampamento ou fortaleza e na linguagem portuguesa foi utilizada para denominar os povos constituídos por escravos fugidos, os significados de origem brasileira parecem ter se reduzido a um único elemento, a ideia de lugar, além de designar que seria uma sociedade de escravos fugidos cujas características variam no tempo.

Para o pesquisador Nei Lopes (2008, p. 66) “quilombo é um conceito próprio dos africanos, derivado do quicongo *lòmbo* – ‘sociedade’, ‘grupo’, ‘exército’ – ou do quimbundo *kilombo* – ‘união’ [...] assim eram designados acampamentos militares e também feiras e mercados no antigo Congo e Angola”. Depois da análise do significado da terminologia, é importante destacar as principais definições de quilombo formuladas nos últimos duzentos e cinquenta anos no Brasil.

As definições são amplas e diversificadas, sendo que o primeiro conceito foi oficializado em 1740, pelo Rei de Portugal em resposta ao Conselho Ultramarino, essa conceituação foi destaque de Moura (1986, p. 16) onde quilombo seria “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Apesar de ser uma definição curta, ela se subdivide em cinco elementos que merece ser analisado, o primeiro diz respeito a associação de quilombo com fuga, ou seja, a escravos fugidos. O segundo elemento é de que quilombo estava associado a uma quantidade mínima, ou seja, que passasse de cinco. Sobre essa problemática, Rios (2006, p. 6) explica:

Em primeiro lugar, não se exigia que o número de fugitivos fosse grande. Bastava, em geral, que superassem cinco, mas a lei colonial estabelecia a fuga como elemento essencial para definição de quilombos. Então, cinco ou mais escravos *fugidos* poderiam, em tese, caracterizar um quilombo.

Os oficiais da Câmara de São Salvador dos Campos de Goitacases em 1757 também apresentaram um conceito sobre quilombo, essa definição foi destacada por Treccani (2006, p. 45) que dizia o seguinte “estivessem arranchados e fortificados com ânimo a defender-se [para] que não sejam apanhados (...) achando-se de seis escravos para cima que estejam juntos se entenderá também [por] quilombos”.

A existência de quilombos colocava tanto receio aos brancos que qualquer ajuntamento de escravos fugidos já era considerado um quilombo, não importando se o número era inexpressivo, a prova disso pode ser encontrado no artigo 20 do Código de Posturas da Cidade de S. Leopoldo no Rio Grande do Sul aprovado pela lei Provincial nº157 de 9 de agosto de 1848 que foi destaque na obra de Goulart (1972, p. 187) afirmando que “Por quilombo entender-se-á a reunião no mato ou lugar oculto, de mais de três escravos”.

A legislação provincial maranhense com a Lei nº 236 de 20 de agosto de 1847 quis ser mais realista do que o próprio rei reduzindo de forma drástica a quantidade mínima de escravos fugidos de cinco para dois, o art. 12º da referida lei é destacado por Almeida (2006, p. 132) em que “Reputar-se-á escravo aquilombado, logo que esteja ao interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho”.

Analisando essas três últimas definições sobre quilombo, apesar de serem parecidas, apresentam contextos diferentes, pois um dos conceitos leva em consideração a distância do lugar de onde os escravos se estabeleciam, a outra comenta sobre a capacidade de residir e por último da capacidade de sobreviver por bastante tempo no mato, mas em todas elas é significativo a quantidade mínima de escravos para a formação de um quilombo.

Voltando a análise do conceito de 1740 promovido pelo rei de Portugal, o terceiro elemento presente nessa definição é a localização geográfica “em parte despovoada”, fazendo referência a grandes distâncias, gerando o caráter de isolamento. Assunção (1996) apresentou

três formas básicas de quilombos baseados em sua localização geográfica e em suas atividades econômicas.

O primeiro tipo de quilombo seria formado por pequenos grupos de escravos que se escondiam nas imediações das fazendas, já o segundo consistiria naqueles grupos mais afastados das imediações das fazendas que estabeleceram uma espécie de economia de subsistência mais permanente e que posteriormente poderia combinar essa prática com a venda de alguns excedentes.

Assunção (1996, p. 437) comenta que “O terceiro e último tipo seria aquele que combinava agricultura de subsistência com garimpo. O garimpo significava maiores recursos para a aquisição de bens e a participação em redes comerciais mais amplas [...]”. Este terceiro tipo seria o grande quilombo de base agrícola e minerador, este tipo costumava ficar afastado das áreas de povoamento urbano e rural.

O quarto elemento do conceito de 1740 trás a ideia de rancho “ainda que não tenham ranchos levantados”, ou seja, destaca a questão da moradia habitual, é possível notar que este elemento não era necessário nos termos estabelecidos pelo rei, ou seja, não se exigia que os fugitivos fixassem morada em qualquer quanto. Sobre o último elemento Almeida e Pereira (2003, p. 233) comentam:

O quinto elemento que se encontra nessa definição de 1740, seria a premissa de que não se encontram pilões nesses quilombos. Ora, o fato de possuir um pilão, remete para o alto consumo. Só tem pilão quem pode produzir, e o pilão é um ato de transformação, é um ato de cultura.

O pilão é um instrumento de reprodução, um instrumento do consumo essencial, mais na carta régia de 1740 também não era considerado um elemento constitutivo nos termos estabelecidos na definição, assim como não influenciava a quantidade de pilões encontrados nos quilombos. Mesmo em pleno século XX, em Alcântara o pilão é de fundamental importância para muitas famílias é descrito por Araujo (1990, p. 76) da seguinte maneira:

Herança de negros africanos, o pilão é uma peça indispensável em todos os núcleos familiares, pois é utilizado no beneficiamento do arroz, na produção do azeite de coco e de mamona; além de ser empregado para pisar (socar) café, milho, coco-babaçu para extrair vinho; ou qualquer outro produto que seja necessário moer. Em todos os povoados, existem artesãos, que sabem fazer pilões.

É possível notar ao analisar todos esses cinco elementos que importante era a existência de fugitivos, pois eles que colocavam em crise o sistema, bastava que qualquer

grupo formado por negros fugidos querendo permanecer livres para que caracterizasse um quilombo, segundo Guimarães (1988, p. 39):

O que vai definir este ou aquele local enquanto quilombo é a existência neles do elemento vivo, dinâmico, ameaçador da ordem escravista, enfim, o escravo fugido. A condição de escravo fugido é o fundamento da existência do quilombo, daí o fato de não podermos ignorá-lo enquanto parte integrante de todo que é o quilombo.

O que distingue o conceito de quilombo oferecido pelo rei de Portugal ao Conselho Ultramarino e a definição oferecida por Guimarães é o elemento “fuga”, para o escravo a fuga representava a negação de ser propriedade de seu senhor, além da recusa de agir e de obedecer de acordo com suas vontades e interesses, o quilombo representava uma rejeição ao sistema.

O que faz o quilombo não é o seu local e sim a existência do escravo fugido, seguindo essa linha de pensamento Schwartz (1987, p. 12) diz que “A palavra “Quilombo”, é um sinônimo para comunidades de escravos fugidos, referia-se a uma instituição Angolana e era talvez relacionada diretamente com a História de Palmares”.

O escravo buscava melhores condições de vida através da luta pela sobrevivência, estes são elementos que representaram a sua resistência, por isso que muitos quilombos mudavam de lugar, pois consistia em uma forma de dificultar a ação repressora do Estado e estreitarem as práticas agrícolas e aperfeiçoarem as estratégias econômicas. Em sua definição sobre quilombo Goulart (1972, p. 187) comenta sobre os lugares onde os escravos costumavam ficar:

Com denominações de **quilombo** ou **mocambo**, ficaram conhecidos aqueles núcleos de escravos fugidos, que se formavam por esses brasis a fora, via de regra em lugares de difícil acesso: píncaros, nas grotas, nos socavões, no âmago de espessas e intrincadas florestas. (grifos do autor).

O isolamento é uma questão contestada por vários autores, mas o que diz respeito a localização dos quilombos é que os locais eram cuidadosamente escolhidos justamente para evitar os ataques repressores e que garantisse uma fuga segura, por isso que eram espalhados nesse locais várias armadilhas e como já comentado era constante as mudanças de lugares, esses fatores acabam colocando em crise a ideia de isolamento social.

Em relação a região de Alcântara é importante dizer que entre 1811 e 1837 houve uma expansão dos quilombos devido várias fazendas estarem abandonadas com a deserção dos fazendeiros, onde até 1837 não havia registros de documentos relatando o combate aos

quilombos em ampliação em Alcântara e esse é o motivo de não ter sido registrado fugas em massa de escravos em relação as outras regiões.

Para combater as fugas foram criadas espécies de milícias com capitães do mato e soldados do mato, essas figuras se tornaram caçadores de escravos sendo um tipo de trabalho considerado especializado, pois tinha que haver conhecimento apurado da região além de saber das artimanhas utilizadas pelos escravos fugidos.

Outra prática de se combater os quilombos consistiu na obrigatoriedade de se denunciar a sua existência, pois caso não fosse relatado implicaria em penalidade de multa, é o que relata a lei nº 153 de 29 de novembro de 1848, em seu artigo 107º destacado por Treccani (2006, p. 65):

Toda a pessoa, que for convencida de ter notícia, ou mesmo conhecimento da existência de algum mocambo de pretos fugidos, e não tiver comunicado à autoridade competente mais próxima incorrerá na multa de vinte mil réis ou oito dias de prisão.

Devido a quantidade e a dispersão dos quilombos em Alcântara era comum a recusa de muitos soldados para procurar escravos fugidos devido a fragilidade do aparelho repressor, outro motivo era as gratificações previstas em lei serem insuficientes. Almeida (2006, p. 130) relata o seguinte: “Os soldados alegavam que não iriam participar da captura dos escravos fugidos devido ao fato de "terem trabalhado um ano inteiro sem terem sido (serem) pagos”.

No período da Balaiada não foi registrado o combate das tropas em relação aos quilombos em Alcântara e com a Lei nº 236, de 20 de agosto de 1847 houve uma tentativa de reorganizar os dispositivos que tratavam sobre a repressão de escravos fugidos, Almeida (2006, p. 131) destaca o artigo 5º desta lei que diz o seguinte:

Art. 5 - Os Capitães do Mato perceberão vinte mil reis por cada escravo que for achado em quilombo; dez mil reis pelo que andar a corso, e dois mil reis pelo que for achado nas cidades, Vilas ou povoações e até uma légua de distância das mesmas.

Tinha que haver pelo menos dois capitães do mato por distrito sendo que cada um não poderia ter mais de cinco soldados, e em relação as gratificações é possível perceber no artigo descrito que ficaram bem mais elevadas e no artigo 10º da mesma lei provincial segundo Almeida (2006) dizia que os objetos encontrados nos quilombos seriam distribuídos entre os capitães do mato e seus soldados.

Essa postura de caça acabou contribuindo para que a captura de escravos se tornasse um negócio altamente rentável e os quilombos se tornaram destaque sendo vistos como depósito de mão de obra.

Todas as definições apresentadas conceituam o quilombo como uma unidade viva, em um período que vigorava a escravidão no Brasil sendo relacionado como uma expressão de negação ao sistema e a população negra marcada pela resistência e isolamento.

A definição de quilombo só volta a ganhar destaque em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, pois ocorreu uma lacuna temporal, pois as Constituições de 1891, 1934 e 1967 não mencionaram mais esse conceito em sua redação, é como se o quilombo fosse um problema e tivesse acabado após a abolição, a verdade é que o problema nem foi tocado durante esses cem anos.

A Constituição de 1988, em seu artigo 68º do ADCT acabou reconhecendo o direito de propriedade das comunidades remanescentes de quilombo, a redação do referido artigo foi destacado por Sundfeld (2002, p. 19) “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

Ocorreu uma ressemantização do conceito, pois a Constituição trouxe a ideia de quilombo como sobrevivência, ou seja, como remanescente, o artigo assumiu um novo significado, o seu conceito histórico não foi mais vinculado a grupos formados de escravos fugitivos.

Hoje o termo é utilizado para fazer referência de terras que foram resultado da compra por negros libertos, da posse pacífica por ex- escravos de terras que foram abandonadas pelos proprietários durante a crise econômica, da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras entregues ou adquiridas por antigos escravos organizados em quilombos.

A Constituição de 1988 consagrou o reconhecimento de direitos étnicos e precisa ser compreendido como norma de direito fundamental, cabe ressaltar que este dispositivo não apresenta qualquer marco temporal sobre a ocupação e nem fala sobre ocupações originárias e atuais. Essa norma veio para apresentar um caráter reparador e afirmativo diante das violações expostas contra essas comunidades.

Emitir títulos para remanescente de comunidades quilombolas se tornou uma obrigação do governo federal, estadual e municipal, e aquela tão discutida reparação histórica e cultural para as comunidades negras começou a ser feita a partir das garantias do art. 68º do

ADCT, sendo possível a criação de um novo sujeito político que antes era invisível aos olhos da população brasileira. Treccani (2006, p. 100) relata:

Sua colocação no ADCT deve ser encarada não como uma norma que tenha um valor secundário, pois é fruto do mesmo Poder Constituinte originário como os demais. Sua transitoriedade (que está se prolongando há quase vinte anos) faz com que ela tenda a perder a sua importância social na medida em que o seu comando se efetiva. Se preconiza, assim, que, no futuro, quando todas as comunidades tiverem seu direito reconhecido, esta norma perca sua eficácia. Mas até então, porém, o artigo tem eficácia plena, vinculando as comunidades remanescentes de quilombo ao seu território etno-sócio-cultural. O reconhecimento de domínio desse território é elemento fundamental e indispensável para garantir a afirmação e continuidade das tradições deste grupo social.

Trata-se de um direito fundamental com eficácia plena e aplicabilidade imediata, pois, não é necessária nenhuma lei complementar para justificar seu conteúdo, ou seja, o direito a terra aos quilombolas é uma cláusula pétreia. Há de se reconhecer que o termo “remanescentes” é uma categoria jurídica e antropológica nova, apresentando várias interpretações quando analisada, já que antes de 1988 não era utilizada .

Até hoje o seu conteúdo e sua denominação não é muito utilizada e compreendida pela maioria das comunidades quilombolas, pois questionam que utilizando essa terminologia “remanescentes” da a entender que seria algo residual, ou seja, algo que não são mais e que permaneceu apenas nas lembranças do que seus ancestrais deixaram em suas raízes.

É crucial dizer que as comunidades remanescentes de quilombos não podem ser definidas por aspectos biológicos e raciais, a formação de remanescentes ocorre por criações sociais no assentamento na posse e usufruto comum de um território dando ênfase para a preservação de sua identidade.

Portanto o art. 68º do ADCT implicou em uma inovação no plano do direito fundiário assim como no plano social, historiográfico, antropológico e político nas esferas estaduais e federais, pois não consistiu somente em um reconhecimento jurídico mais se tratou de uma criação social.

O artigo 68º do ADCT é utilizado como principal ferramenta para abertura de novos caminhos na luta social pelos direitos quilombolas e o país finalmente assumiu o caráter de nação pluriétnica rompendo com o sistema constitucional pretérito que tratava a população de forma homogênea.

Com o Decreto nº 4.887/2003, foi concedido a essas populações o direito à autoatribuição como único critério para identificação das comunidades quilombolas, tendo como fundamentação a Convenção 169 da OIT, que prevê o direito de autodeterminação dos

povos indígenas e tribais. O artigo 2º do referido decreto, possui a seguinte disposição, Brasil (2003):

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1.º – Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombo será atestada mediante auto-definição da própria comunidade.

§ 2.º – São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3.º – Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

O critério para identificação dessas comunidades quilombolas é o da auto-atribuição ou também chamado de autodefinição. A autodefinição de uma comunidade quilombola está estritamente ligada com a relação que esse grupo possui com a terra, território, ancestralidade, tradições e práticas culturais.

O critério antropológico da auto identificação do grupo étnico elegido pelo Decreto n.º 4887, atualmente é bastante utilizado para a caracterização de uma comunidade tradicional, como já foi destacado foi reconhecido pela Convenção n.º 169 da OIT, ratificada pelo Congresso Nacional e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro como lei ordinária.

Para a ABA as comunidades quilombolas são grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução no seu modo de vida. Essa definição da ABA retrata elementos de territórios e identidade étnica, pois muitos quilombos foram formadas por escravos libertos que fizeram a opção de viver em locais afastados ou que foram esbulhados de seu local de convívio pela sociedade escravista. De acordo com Nunes (2007, p. 11-12):

Em 1996, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) definiu remanescentes quilombolas como grupo étnico, atribuindo como elementos de identificação a organização interna que promove a criação dos laços de afetividade e solidariedade entre os sujeitos sociais, cuja territorialidade é marcada pelo uso comum da terra. O novo conceito abrange a dinâmica das transformações no cenário fundiário que afetaram o modo de vida dessas populações, mais tarde os cientistas sociais passaram a denominá-las de comunidades negras rurais ou povoados negros, termos equivalentes às comunidades de remanescentes quilombolas.

Em outras palavras a ABA, segundo Correa (2009, p. 71) define o quilombo da seguinte maneira, “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado.”.

Como já foi retratado esse conceito aborda o fato de que os descendentes de escravos não precisavam ser fugidos ou rebelados, pois o principal objetivo dessa definição é a identidade cultural e as características do modo de vida do grupo, ou seja, o importante é levar em consideração as características culturais dos quilombos.

De acordo com o art. 2º § 2º do Decreto 4887/03, (BRASIL, 2003) que diz: “São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.”

A propriedade coletiva foi caracterizada pelo legislador não somente como local específico onde os integrantes habitam mais também o local utilizado para a exploração agropecuária, agrícola e extrativista como também o espaço destinado à recreação, atividades religiosas e outros fatores para a reprodução física, social e cultural a fim de preservar a identidade cultural dessas comunidades. Lima (2011, p. 34) comenta o seguinte:

A grande inovação trazida pelo Decreto consistiu na inserção do Instituto da Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras dos quilombos, assistida pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial (SEPPIR), que zelará pelos direitos étnicos e territoriais das comunidades remanescentes. Efetivamente, considerando a experiência do INCRA no tratamento das questões fundiárias, sua participação no procedimento de regularização quilombola é fundamental para dar operatividade ao dispositivo constitucional.

A identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos têm por competência o Ministério do desenvolvimento Agrário que se manifesta por meio do INCRA, sendo de fundamental importância destacar que essa competência não será exercida com prejuízos em relação às competências concorrentes dos Estados, Municípios e Distrito Federal que também já tratam do assunto.

Diante de tudo que foi relatado sobre o Decreto 4887/03 é notório o significativo avanço na resolução da problemática da propriedade quilombola na garantia de titulação de terras, mais esse decreto está sendo atacado no Congresso Nacional pela banca ruralista representada pelo partido dos Democratas - DEM na ADIN – Ação Direta de

Inconstitucionalidade nº 3.239 de junho de 2004 que requer a impugnação do Decreto 4887/03.

O principal argumento da ADIN 3.239 é sobre a suposta ocorrência da violação ao princípio da legalidade sobre o Decreto 4.887/03, o problema está no Decreto 3.912/01, pois a declaração de inconstitucionalidade de um ato normativo possui efeitos repristinatórios na medida em que implica na restauração da vigência da norma anterior, então se fosse revogado o Decreto 4887/03 se restauraria a eficácia do Decreto 3.912/01.

Ainda sobre a inconstitucionalidade do Decreto 4887/03 no que tange sobre sua materialidade atestam que o critério da autoatribuição permitiria que várias pessoas se qualificassem como quilombolas, ou seja, pessoas que não fossem remanescentes de comunidades quilombolas poderiam ser beneficiadas, sendo inconstitucional por fugir do conteúdo da norma.

A publicação do Decreto 4.887/03 definiu o INCRA como executor dos procedimentos de regularização das terras de territórios quilombolas, já a IN nº 57 em seu art. 1º trás os objetivos a serem traçados por esse dispositivo que segundo o INCRA (2009) diz o seguinte: “Estabelecer procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de comunidades dos quilombos”.

O que se observa neste artigo é que ele traz todos os elementos que o art. 68º do ADCT necessita para caracterizar o processo de titulação de terras quilombolas. O art. 3º da IN apresenta o conceito de remanescentes de comunidades de quilombos, esse artigo apenas transcreveu o que dizia o art. 2º do Decreto 4887/03, nos demais artigos trás o critério de auto-definição e estabelece a competência para o INCRA iniciar o processo de titulação.

No art. 7º da referida IN trás os procedimentos administrativos para a abertura do processo de titulação afirmando que este será aberto a partir da iniciativa de qualquer dos interessados, das entidades ou das associações representativas de quilombos ou ainda por ex-officio do INCRA, a comunidade em seu pedido deve apresentar informação da localização da área.

A partir da IN Nº 49 para o processo de titulação, passou a ser exigido à certidão de registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos elaborado pela FCP – Fundação Cultural Palmares, ou seja, essa comunidade só poderá ter a terra mediante essa certidão, pois sem ela o INCRA não dará início ao processo de identificação e titulação.

No processo de Delimitação e Identificação será necessário a intervenção de um grupo técnico interdisciplinar nomeado pelo INCRA que iniciará os estudos técnicos e científicos

além de relatórios antropológicos para constar informações culturais, sociais e econômicas sobre a comunidade fruto do processo de titulação, essas informações são organizadas no RTID- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

Na abertura do processo o INCRA deve notificar os seguintes órgãos para, caso seja necessário acrescentem informações que possam contribuir para o estudo de identificação do território: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e seu correspondente na Administração Estadual, SPU - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, FUNAI - Fundação Nacional do Índio, Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional – CDN, FCP, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e seu correspondente na Administração Estadual e Serviço Florestal Brasileiro - SFB.

Este relatório deve ser bem elaborado trazendo informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, sócio-econômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, frutos das informações colhidas no objeto de estudo.

No relatório antropológico devem constar as características históricas da comunidade, assim como informações culturais, ambientais, econômicas da área quilombola estudada, no art. 10º da IN N° 57 em seus incisos delimitam todas essas informações.

Com RTID concluído, este deverá ser analisado pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA, este comitê irá aprovar o relatório e em seguida liberá-lo para que se tenha publicidade conforme estabelece o art. 11º da IN N° 57 que deverá ser publicado por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União - DOU e no Diário Oficial da unidade federativa acompanhado de memorial descritivo e do mapa da área estudada, este resumo também deverá ser fixado na sede do município do território estudado.

E no caso de reprovação do RTID o comitê pode considerar que não foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pela norma do INCRA, podendo este comitê solicitar revisões ou complementações onde após as alterações necessárias o RTID passará novamente para análise por este comitê.

O RTID será encaminhado a outros órgãos e entidades para no prazo de 30 dias apresentarem suas manifestações sobre a materialidade do mesmo, se não houver manifestação o INCRA entende que não há restrições à titulação da terra em questão, se houver manifestação de algum dos órgãos elencados no art. 12º da IN N° 57 o INCRA terá o prazo de 30 dias para tomar as devidas providências.

O processo é encerrado com a publicação da portaria do Presidente do INCRA que reconhece e declara os limites da terra quilombola tendo o prazo de 30 dias para publicar essa portaria no DOU e na unidade federativa. O que se observa diante de todo esse procedimento para o processo de titulação diz respeito ao fato de ser muito burocratizado, oneroso e menos eficiente, algo que traz muito repúdio para as comunidades quilombolas.

Isso influencia drasticamente na quantidade de terras reconhecidas, o próprio INCRA critica esse procedimento afirmando que a lentidão se dar por uma opção política do governo federal ao criar uma série de rotinas administrativas injustificáveis, é um procedimento que requer calma, paciência e respeito.

Sobre a Convenção 169 da OIT é importante afirmar que ela trata sobre os povos indígenas e tribais e foi adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989 sendo o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos desses povos destacando que sua aplicação está voltada para eles levando em consideração suas condições sociais, culturais e econômicas que os distinguem de outros tipos de populações.

Traz como inovação a auto-identidade indígena ou tribal ao instituir essa inovação no instrumento como critério fundamental para a definição dos povos sujeitos na Convenção, pois nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade de um povo tribal.

Como principais elementos a Convenção 169 traz o direito a consulta prévia que consiste no direito de povos indígenas e tribais serem consultados de forma livre e informada antes de se tomar decisões que afetem seus bens, direitos e interesses além de garantir o direito de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam e utilizam.

A Convenção trouxe por inovação a adoção do termo “povos” em vez de “populações”, pois este último denota transitoriedade e o termo “povos” caracteriza melhor os segmentos com identidade e organização própria, já que possuem uma relação especial com a terra que habitam.

Esse tratamento sobre a denominação do termo “povos” está no art. 1º, 3 da Convenção 169, que segundo Brasil (2004) diz o seguinte: “A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional.”

A Convenção 169 demonstra uma dedicação especial com relação aos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou ainda que utilizam levando em consideração seus aspectos coletivos. É o que destaca OIT (2011, p. 15) sobre o art. 1º da dita Convenção que diz o seguinte sobre os povos tribais:

1. A presente convenção aplica-se:
 - a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;
2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

O que se evidencia é que tanto a Carta Constitucional de 1988 como a Convenção 169 da OIT são instrumentos fortes para a ratificação dos direitos quilombolas, sendo a Convenção fruto da luta historiográfica dos marginalizados na superação das relações de domínio colonial, trazendo avanços consideráveis para a reafirmação dos direitos humanos dessas comunidades além do esforço de reconhecimento da identidade pluriétnica do Brasil.

Diante de tudo que foi exposto foi possível notar que a denominação “quilombo” possui hoje um significado diferente de alguns séculos atrás, pois antes quilombos eram associados a escravos fugidos trazendo a ideia de revolta e de instabilidade, sendo um local de resistência física e cultural. Segundo Cunha (2005, p. 38), hoje os quilombos:

[...] são comunidades que apresentam características culturais específicas, seja no modo de tratar a terra – lavoura, forma de roçar, de caçar, de pescar – seja no modo de se relacionar, de viver de forma coletiva, de criar regras sociais internas, seja nas manifestações religiosas, e o principal ponto em comum entre estas comunidades é o fato de possuírem ancestralidade africana, ou seja, os antepassados das pessoas que formam hoje estas comunidades eram africanos ou descendentes de africanos.

O fato de não existir no local casa-grande, uma senzala ou até um pelourinho não significa que uma referida comunidade não seja quilombola, pois o importante é que as heranças culturais sejam fortes e presentes além de indicar que esses povos pertençam a um grupo específico, pois ao falar de cultura significa pensar nas relações econômicas, sociais e religiosas que estão associadas ao modo de viver.

Ao longo de todo conteúdo explanado sobre as definições de quilombo, foi possível perceber que este termo não se remete apenas ao passado, ele está inserido nos problemas atuais sendo uma questão persistente.

Falar sobre quilombolas no cenário político contemporâneo significa comentar sobre luta política e também sobre conflitos agrários, exigindo que as comunidades atuais tenham articulações cada vez maiores em busca de seus direitos.

3.2 Desapropriação e remanejamento das comunidades quilombolas

Conforme já relatado, o Maranhão começou a ser inserido no Programa Espacial Brasileiro a partir do dia 18 de setembro de 1980 com o Decreto n° 7.820, que foi assinado pelo até então governador do Estado João Castelo Ribeiro Gonçalves e os seguintes secretários de Estado: José Ramalho Burnett da Silva (Gabinete Civil), José Joaquim Guimarães Ramos (Indústria e Comércio), Fernando Rabelo Vieira (Planejamento), Antonio Brito (Fazenda), Carlos Magno Duque Bacelar (Justiça) e João Rodolfo Ribeiro Gonçalves (SETOP - Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas).

Foi declarando de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de aproximadamente 520.000 m² (quinhentos e vinte mil metros quadrados) ou 52.000 ha (cinquenta e dois mil hectares) de terras que seriam necessárias para a implantação de um Centro Espacial no município, e em 1991 essa área foi ampliada pelo governo federal de Collor para 62 mil hectares o que representa mais da metade das terras do município de Alcântara.

Esse Decreto foi publicado no DOU do Estado do Maranhão no dia 18 de setembro de 1980, e a população quilombola de Alcântara principal interessada só foi perceber o que ocorria através da denúncia feita por um membro do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís já no final de outubro do mesmo ano.

O Comitê de Defesa da Ilha de São Luís consiste em uma organização não governamental e de caráter ecológico que na época era coordenada por José Nascimento de Moraes, que se opôs ao Projeto do CLA.

Atualmente o Comitê é dirigido por Manoel Santos que é Advogado, jornalista e fundador do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, além de membro da FITERT – Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão e do Instituto Jackson Lago.

O Decreto 7.820 já citado anteriormente, em seu art. 3° de acordo com a Lei 2.786, de 21 de maio de 1956 diz que autorizava o Estado do Maranhão em caráter de urgência a fazer o processo de desapropriação e que tivesse imediatamente a emissão de posse provisória da área atingida.

Com a posse provisória garantida, o Governo do Estado, o Governo Municipal e a Aeronáutica, esta última que tinha o principal interesse no processo se mantiveram em silêncio sobre este assunto, pois o propósito era não criar reações negativas diante da opinião pública e também para não deixar preocupados os habitantes de Alcântara sobre a

desapropriação. Sobre a desapropriação o Decreto nº 7.820 descreve as seguintes limitações, segundo Brasil (1980):

Linha de delimitação estabelecida partindo da Foz do Igarapé do Puca, na Baía de São Marcos, subindo pela margem esquerda até a nascente. Do Igarapé deflete à esquerda em linha reta até encontrar a cabeceira da pista de pouso, daí seguindo a estrada que liga Alcântara a Itaúna, em direção a Itaúna, sempre pela margem direita, passando pelos vilarejos de Boa Vista, Rio Grande, Baixa Grande, Castelo, até chegar a localidade de Belém Novo, daí defletindo à direita, em linha reta até chegar ao Igarapé Raimundo Sú, daí seguindo pela sua margem direita até a sua foz na Baía de Cumã, daí seguindo pelo litoral à direita, até chegar ao ponto de partida – foz do Igarapé do Puca.

A área descrita atinge dois importantes igarapés para a população que habitavam neste local, pois várias famílias viviam da pesca e de outras atividades, para os trabalhadores rurais e pescadores de Alcântara essa área é considerada a mais produtiva de toda região e de onde as famílias tiravam seu sustento.

A área passou para o controle do Ministério da Aeronáutica responsável pela implantação do CLA para que todas as medidas necessárias fossem tomadas para a construção do Centro de Lançamento. Além disso, fossem tomadas todas as providências para o remanejamento das famílias que estavam localizadas nessa área.

O território foi dividido em duas áreas, a Área I, com 1/3 dos 52 mil hectares do território desapropriado que abrange praticamente toda a região litorânea do município e que foi destinado para a construção do CLA além de obras como rampa de lançamento, sendo que cerca de 538 famílias que ali habitavam teriam que ser removidas.

Essa área está dentro da chamada área de segurança que compreende cerca de 25.000 ha, das 538 famílias cerca de 312 foram remanejadas, isso nos anos de 1986 e 1987 para as denominadas agrovilas, termo este que será melhor abordado no transcorrer do trabalho. Choairy (2000, p. 64) salienta:

A outra área, denominada “Área II” é onde seriam construídos uma Vila destinada à moradia dos técnicos e oficinas do CLA, que Meireles (1983) chama de “cidade para 5 mil pessoas”, um aeroporto e onde seriam assentadas as famílias remanejadas de outra área. É também conforme depoimentos de oficiais da Aeronáutica, uma área de “reserva” para a possibilidade futura de expansão do empreendimento. Nessa área, segundo estimativa da COLONE, havia cerca de 1.500 famílias que, com a instalação e expansão futura do CLA, também seriam remanejadas.

As famílias que não fossem remanejadas de forma imediata, a Aeronáutica em diversos ofícios deu sua palavra de que permaneceriam em suas devidas casas até que

houvesse necessidade de expansão do CLA. Na imagem abaixo é possível visualizar a reportagem sobre as obras do Projeto Espacial.

Imagem 09 - Notícia sobre obras do CLA.



Fonte: Arquivo do Jornal O Estado do Maranhão.

De acordo com a imagem 09 de uma notícia do Jornal O Estado do Maranhão de 20 de agosto de 1985, o Ministério da Aeronáutica afirmou que nenhuma família abandonasse suas casas devido à construção do Projeto CLA.

Na época houve muito conflito com a questão de indenizações para essas famílias remanejadas, pois o Ministério da Aeronáutica não ofereciam condições próprias para esse deslocamento e por isso a construção do Projeto atrasou de forma significativa devido à intervenção do STR. Sobre a notícia da imagem 09, Pereira e Sousa (2007, p. 65-66) relatam:

Já no primeiro parágrafo, o lead da manchete, não dá margem para dúvida quanto à posição do jornal no processo de construção da notícia. Enquanto que no discurso oficial da Aeronáutica as palavras recebem conotação de quem quer acordo, acerto, exposto no trecho: “O Ministério não quer que nenhuma família abandone Alcântara [...]”, onde o ‘não quer’ inspira *desejo, bem querer, conciliação*. Na sequência, a alusão representa o posicionamento dos trabalhadores. Desta feita, as palavras denotam objeção, conflito, intransigência, desde as primeiras linhas, quando se expõe que o projeto está em curso, “mas pendência com o sindicato rural do município, que se opõe ao critério de indenização dos moradores da área do projeto, pode atrasar o empreendimento.” Logo no início desta parte do lead, é como se houvesse um salto do paraíso para as trevas, onde o mas enseja obstáculo, resistência obtusa. Em seguida o texto continua e o colóquio se opõe, não é dado o mesmo empreendimento de conciliar e negociar interesses, tão explicitamente evidenciado no *não quer* da Aeronáutica. Encerra impingindo aos alcantarenses a responsabilidade por atrasar o empreendimento. O primeiro termo, relativo ao atraso, designa o papel dos lavradores, já no segundo, reflete o caráter e função positiva dos detentores do comando do Programa Espacial, marcado pelo que a palavra *empreendimento* inspira. (grifos do autor).

As notícias nos jornais da época a respeito da Base e o seu processo de implantação são precárias em profundidade, pois as publicações só possuem em média em torno de quatro parágrafos bem sucintos e que beiravam o vazio, havia pobreza nas argumentações e unilateralidade das fontes.

Diante das análises de algumas notícias jornalísticas do Jornal “O Estado do Maranhão” deste período foi possível notar que embora o assunto fosse tecnicamente político, próprio de uma coluna política em comparação a outros temas da mesma época que receberam tratamento destacado, o assunto sobre a implantação da Base em nenhum momento mereceu uma coluna completa e de destaque do jornal.

O Programa Espacial era algo tão grandioso, possuindo uma necessidade imperial, que assustava e resignava os quilombolas já que estes estavam como pedra no caminho do progresso e da ciência.

Os moradores neste momento estavam com dúvidas e com pesar de terem que abandonar o seu ambiente natural que já estavam acostumados, pois era o baú de lembranças de suas vidas, além de ser o solo sagrado de seus mortos.

As famílias neste período estavam cheias de angústia e o discurso oficial dos militares dizia que o momento era apropriado para a prosperidade e que não havia o que temer, além de afirmar que os remanejados teriam expectativa de uma vida melhor, dando garantia de várias promessas com compromissos até registrados em cartório.

De acordo com a imagem 10 logo a cima, cuja notícia é do Jornal “O Estado do Maranhão” do dia 12 de outubro de 1985, o Ministério da Aeronáutica não via impasse para a desapropriação de 547 famílias. Na notícia ainda se observa dados importantes como o fato da desapropriação ser feita por etapas.

A primeira etapa compreendeu os povoados de Cajueiro e Pepital além de 10 pequenos povoados, sendo a segunda etapa feita logo à rodovia MA-106 e a outra etapa próxima a praia da Ponta da Areia em Alcântara onde neste local seriam remanejado as famílias dos pescadores.

A Aeronáutica afirmava que estava preocupada em manter a identidade dessas famílias após o remanejamento e que as comunidades poderiam opinar sobre o local para o qual seriam deslocadas, sobre as casas e sobre a cultura que passariam a ter, tanto que a Aeronáutica planejou a operação “Juntos Venceremos”. Sobre essa operação Meirelles (1983, p. 33) comenta o seguinte:

Esse Encontro, denominado “Operação Junto Venceremos”, em que estiveram presentes representantes de 14 povoados, além do Sindicato, o padre da Paróquia de Alcântara e três técnicos da Cáritas Brasileira, objetivava discutir o processo de desapropriação da área levada a cabo pela Aeronáutica. Mas, a reunião acabou transformando-se num confronto de perguntas e respostas entre os lavradores e o staff da Aeronáutica, que chegou ao local de supetão, na tentativa de “esfriar” a discussão.

A Aeronáutica considerou esse encontro uma espécie de missão, onde além da presença do staff, estavam presentes o Coronel Monteiro, o Capelão da Aeronáutica e o Major Idelfonso Rodrigues, onde este último até afirmou que foi ao encontro para dar assistência espiritual ao projeto.

Além dele estava presente o ex- coordenador do ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, Hélio Maranhão, o seu assessor, o ex- padre Francisco, o promotor João Leitão e o candidato a prefeito pelo PDS – Partido Democrata Social, Malael Moraes. Nesse

encontro estavam presentes mais de 140 lavradores no pátio do Grupo Escolar de Santa de Maria, cheios de perguntas e incertezas.

A grande preocupação da maioria dos moradores, diz respeito para onde iriam, muitas das perguntas eram respondidas de forma evasiva pelo Coronel Monteiro que era auxiliado pelo padre Hélio Maranhão e pelo ex – padre Chico, afirmando que os moradores iriam para as agrovilas com casas, terras para cultivar e que toda a assistência necessária seria dada pela Aeronáutica.

Nesse encontro os moradores ainda afirmaram para o staff que para eles pouco importava uma casa bonita para morar, pois o que adiantaria se não havia terras suficientes para lavrar e sem água para pescar. Segundo Meirelles (1983, p. 33) durante esse encontro um dos moradores disse o seguinte: “um trabalhador ficar sem terra e sem água era mesma coisa que perder os braços e as pernas”. “Mas o aleijado também sobrevive”- retrucou o coronel...

O que se observou desde o princípio foi que a Aeronáutica procurou atrair a Igreja, o STR e os outros meios de oposição, para primeiramente distribuir favores e depois conquistar a comunidade sobre o processo de desapropriação, já que essa tática é conhecida por neutralizar as tensões políticas e sociais.

Sobre essa questão do CLA querer agradar os moradores, Rocha (2006, p.66) em “A festa inacabada” diz o seguinte: “O conjunto de ações que chamo de assistencialistas baseava-se, principalmente, na doação de roupas, calçados e brinquedos para as crianças em datas comemorativas, como natal e dia das crianças.”

O intuito era agradar os moradores, além das ações citadas acima, o CLA ainda promoveu a distribuição de medicamentos para o hospital local, interferiu nas festas religiosas e em datas como o 7 de setembro atuando através de patrocínios. Além dessas medidas, a aeronáutica ainda procurou atrair os jovens para o serviço militar, é o que comenta Oliveira (2014, p. 50):

Até porque a estratégia do governo foi pegar jovens da sede do município e jovens da região onde ia haver os deslocamentos, então tinham jovens dessas comunidades. Então o nosso trabalho era fazer esse intercâmbio, fazer facilitar essa comunicação. Se o sujeito tá vendo que filho dele, ele vai sair, mas ele tá vendo que o filho dele tá ali, tá trabalhando, tá ganhando dinheiro, tá bonito, tá fardado, né, e aí isso vai mexer no imaginário de que meu filho vai ter uma ascensão com o projeto, isso de uma certa forma era um método de poder, né, não acontecer esse conflito. Nós fomos usados para facilitar justamente que houvesse uma aceitação, lógico, somos filhos da cidade. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges).

O objetivo era desvirtuar qualquer tipo de tensão social sobre o processo de desapropriação. Meirelles (1983, p. 38) comenta outro tipo abordagem feita pelo CLA:

A Aeronáutica colocou à disposição de uma comissão de moradores da sede e do interior um avião para visitarem a Barreira do Inferno, em Natal, e constatar ali, os benefícios trazidos pelo campo de lançamento de foguetes. Essa visita tinha o objetivo de convencer o grupo e fazê-lo portador de informações de que, o exemplo da Barreira do Inferno, Alcântara iria lucrar com o atual projeto espacial. A comissão foi, mas não exaltou o que viu.

Apesar de todas as vantagens e táticas apresentadas, a Aeronáutica não conseguiu o apoio da Paróquia representada através do CPT, do STR e de algumas lideranças que representavam os moradores da região, virando o jogo, a Aeronáutica passou a considerá-los adversários, interferindo de todos os modos possíveis em suas ações.

Um exemplo nítido dessa interferência, diz respeito, as eleições sindicais de novembro de 1982, onde a Aeronáutica financiou um dos concorrentes a chapa à presidência do Sindicato, já que a chapa da oposição não concordava com a implantação de um centro espacial na região de Alcântara.

Com essa atitude foi possível notar pelos moradores, políticos e demais interessados que se fossem contra a instalação do centro, teriam que ir contra a Aeronáutica de forma considerável e sofreriam sanções.

O CLA afirmava que não tinha interesse em mudar a atividade agrícola do município, que daria apoio técnico necessário a essas famílias e queria a melhor qualidade de vida destas, o que se viu anos mais tarde foi totalmente o contrário.

As promessas de assistência técnica e apoio no transporte da produção nunca foram cumpridos e foram apenas distribuídas cestas básicas num período de duas semanas e depois os remanejados foram abandonados à própria sorte.

Outros encontros foram realizados para discutir sobre os problemas do remanejamento, os moradores reinteraram que a simples visualização do perímetro deixava claro como suas vidas seriam se deixassem suas terras, afetando sua reprodução material e social. Andrade e Souza Filho (2009, p. 72) destacam o seguinte relato:

Seu Leonardo dos Anjos, por exemplo, repetidas vezes, tem denunciado que o número de hectares previsto para o sítio 2 é superior àquele correspondente à extensão do povoado Brito. Dorinete Serejo, jovem liderança do povoado Canelatiua, tem insistido em dizer que o chamado “corredor” e a denominada “porta” para o mar, tão anunciada pelos planejadores, só lhes estariam disponíveis com a maré baixa, ou seja, no restante do dia as famílias estariam sem acesso aos alimentos que o mar lhe proporciona.

A ATECH empresa responsável pela realização de trabalhos técnicos na área de desapropriação insistiu por muito tempo em utilizar a recomendação da AEB, ou seja, de

omitir para os quilombolas sobre possíveis ameaças e desvantagens do processo desapropriatório.

Apesar dessa recomendação contrariar claramente a legislação pertinente a nível nacional e internacional, a AEB preferiu não manifestar qualquer informação para o MABE - Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Alcântara e das demais famílias que viviam nos povoados envolvidos na área de desapropriação.

Algumas semanas antes do Encontro de Santa Maria aconteceu um fato interessante que ficou conhecido como “Pedra não briga com ovo”, o Coronel Monteiro foi visitar um povoado quando uma moradora o interceptou e apontou algumas desvantagens do Projeto para implantação do CLA.

Demonstrando seu autoritarismo o Coronel respondeu que a Aeronáutica era pedra e os moradores eram ovo, se houvesse choque o ovo que sairia quebrado, foi nesse tom que o coronel explicou aos moradores sobre as alternativas para o procedimento do processo desapropriatório e que não tinha a necessidade de interferência de terceiros, pois a Aeronáutica assumiria toda e qualquer responsabilidade. Sobre esse autoritarismo Meirelles (1983, p. 37) comenta:

Alcântara mudou de dono. Com a implantação do escritório do Grupo de Implantação do Centro de Lançamento, a presença de oficiais graduados da Aeronáutica, de técnicos e engenheiros de Andrade Gutierrez – construtora contratada para executar parte do Projeto e de uma pequena equipe de cientistas sociais da COLONE, responsável por uma pesquisa sócio-econômica na área, significa, por si só, uma mudança na estrutura do poder local, principalmente na sede. Desde que chegaram, foram lhes dado pelas autoridades locais, plenas facilidades para agirem como bem entendessem.

Ocorreu que o poder local perdeu sua autonomia para a Aeronáutica, o exemplo disso foi a figura de João Leitão, promotor que exercia uma função elevada na Corregedoria de Justiça do Estado, de chefe político passou a “office-boy” da direção executiva do GICLA, ou seja, passou a cumprir funções extra – oficiais. Segundo Meirelles (1983, p. 37) o Major-Engenheiro Castelo Branco disse o seguinte sobre a questão de autonomia:

“A meu ver não há essa quebra de autonomia. Ou pelo menos não é essa a nossa intenção, embora saibamos que o poder local nos encara como se fossemos autoridades máximas. Mas não pretendemos interferir na administração local. Nas eleições mesmo, ficamos afastados, sem apoiar A ou B. Agora, a Prefeitura sabe que podemos contribuir para melhorar o município em alguns aspectos”.

Os políticos da época estavam conscientes que um bom relacionamento com a Base lhes trariam muitas vantagens, o mesmo pensamento tinha a Prefeitura de Alcântara, que encaravam o CLA como se fossem uma segunda Prefeitura. Para os moradores o CLA seria uma “nova Prefeitura”, e idealizavam que pudessem melhorar as estradas, o abastecimento de água, de luz, e turismo.

A Prefeitura estava com o propósito de entregar essas obrigações para a Base visando unicamente em poupar seus orçamentos, uma vez que, estava evidente que o CLA estava disposto a fazer o que nunca a Prefeitura tinha feito ao longo dos anos, sobre a falta de desenvolvimento em Alcântara Choairy (2000, p. 73) argumenta:

Até o final dos anos 80, a cidade de Alcântara não contava com fornecimento de energia elétrica pela rede estadual, mas por um gerador que era desligado às 22h. A presença do CLA na região forçou a implantação da rede de distribuição de água e do sistema de discagem direta para telefonia, que chegaram juntos ao município, em 1992.

Além do promotor João Leitão, outras autoridades como prefeitos, vereadores, secretariado foram praticamente obrigados pela Aeronáutica a cumprirem suas ordens devido os riscos políticos, caso fossem contrários ao processo de implantação do CLA no município de Alcântara. Sobre esse assunto Rocha (2006, p. 68) comenta:

Mas, esse poder precisa de sustentação, o que só é possível por meio de um sistema institucional que imponha essa autoridade e a Aeronáutica possuía todo esse aparato necessário: advogados, soldados, coronéis, assistentes sociais; aparato esse que impõe e reconduz o poder simbólico e não o exerce sem pressão, “nem sem ao menos uma parte de violência” (Foucault, 2003, p.14), que no caso estudado, é de violência simbólica.

Apesar de todos os impasses o Encontro realizado em Santa Maria foi produtivo, serviu de alerta, uma vez que, um ano mais tarde, em junho de 1983, os quilombolas se reuniram e realizaram um abaixo assinado contra o Ministério da Aeronáutica, em razão do processo desapropriatório.

Desse abaixo assinado foram enviadas cópias para o Presidente da República, às autoridades federais e eclesiásticas, aos políticos da Câmara, Senado e Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, a imprensa, as entidades democráticas e ao Governador do Maranhão. As reivindicações, segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia Série: Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos (2007, p. 8) eram:

Para nossa sobrevivência, QUEREMOS:

1. Como lavradores que somos, terra boa e suficiente para trabalhar, e fora da área do Decreto de Desapropriação.
2. Praia, pois a grande maioria de nós tira também da pesca parte do sustento da família;
3. Ficar juntos, por causa dos laços de parentesco e amizade que nos unem em nossos povoados;
4. Água, que nunca falta, onde agora estamos;
5. Lugar para pasto de animais;
6. Título definitivo de propriedade desta terra, uma vez aprovado por nós o novo local.

No novo local, QUEREMOS:

1. Não a dependência de agrovilas;
2. Casa própria com o tamanho de acordo com as necessidades de cada família, com material a preço de custo, fornecido pela Aeronáutica para as famílias que desejarem ampliar as suas casas;
3. Ensino fundamental;
4. Posto de saúde, com alguém do povoado, escolhido por nós, treinado para atender aos primeiros socorros e visita semanal do médico competente;
5. Boas estradas de acesso;
6. Casa de forno;
7. Igreja;
8. Cemitério;
9. Luz elétrica;
10. Tribuna para festejos e reuniões;
11. Campo de futebol;
12. Assistência técnica.

Diante dessas reivindicações, em 1983, os representantes do CLA, da Prefeitura Municipal, e das Secretarias de Saúde, Educação, Agricultura e dos Trabalhadores do Estado, junto com os representantes do STR e de 15 povoados, firmaram um acordo no 1º Ofício de Notas de Alcântara.

A Aeronáutica deu sua palavra de que iria providenciar o mais rápido possível o atendimento dos pedidos do abaixo assinado, ocorre que após três anos da data mencionada nenhum dos pedidos havia sido atendido. Esse acordo tem apenas valor moral e não jurídico, tanto que a maioria dos pedidos são passíveis de serem editados ou até mesmo não atendidos.

Pelo fato de não haver qualquer posicionamento da Aeronáutica sobre os pedidos solicitados, os moradores das comunidades atingidas organizaram passeatas e audiências em Alcântara e em Brasília além de ocupar o CLA em março de 1986, momento em que ocorreu a visita de uma comitiva ministerial para tentar acalmar os quilombolas.

Nas imagens abaixo seguem os quadros que mostram os povoados que se localizam na área de desapropriação para a instalação da Base de Lançamento de Foguetes, assim como o número de habitações e de habitantes, são dados que tiveram referência por informações dadas pela FUNASA – Fundação Nacional de Saúde em São Luís e do Censo Demográfico de 2000 elaborado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Imagem –11 Dados da desapropriação dos povoados de Alcântara

Povoados referidos às comunidades que se localizam na área desapropriada para instalação da base de lançamento de foguetes

	Nome do Povoado	Nº de Prédios/2001	Habitantes/2001	Data do RG
1	Águas Belas	27	19	25/07/95
2	Bacurajuba (Bacurajuba)	7	19	25/07/95
3	Baracatua	37	101	25/07/95
4	Bebedouro	3	8	25/07/95
5	Boa Vista III	10	27	25/07/95
6	Bom Jardim	9	25	12/06/95
7	Bom Viver (Bom de Ver)	26	71	25/07/95
8	Brito I	35	96	25/07/95
9	Cajapari	6	16	25/07/95
10	Cajatua (Cajativa/Cajutua)	9	25	25/07/95
11	Camirim	10	27	25/07/95
12	Canaveia	19	52	25/07/95
13	Candelua	65	178	25/07/95
14	Capijuba	1	3	25/07/95
15	Capim Açú	20	55	25/07/95
16	Capoteiro	1	3	25/07/95
17	Caratua	9	25	25/07/95
18	Cavem II	3	8	25/07/95
19	Corre Fresco	17	47	25/07/95
20	Engenho I	14	38	25/07/95
21	Esperança	13	36	25/07/95
22	Flórida	2	5	25/07/95
23	Ilha da Camboa (Camboa)	5	14	25/07/95
24	Iririzal	25	68	25/07/95
25	Itapuana	63	172	25/07/95
26	Itauú	83	227	25/07/95
27	Janá	22	60	25/07/95
28	Ladeira II	26	71	25/07/95
29	Lago	27	74	25/07/95
30	Macajubal I	21	57	25/07/95
31	Macajubal II	32	88	25/07/95
32	Mãe Eugênia	11	30	25/07/95
33	Mamona I	60	164	25/07/95
34	Mamona II	13	36	25/07/95
35	Mangueiral	35	96	25/07/95
36	Marinheiro	2	5	25/07/95
37	Marmorana	14	38	25/07/95

	Nome do Povoado	Nº de Prédios/2001	Habitantes/2001	Data do RG
38	Mato Grosso	6	16	25/07/95
39	Murari	15	41	25/07/95
40	Mutiti	11	30	25/07/95
41	Nova Espera	22	60	25/07/95
42	Nova Ponta Seca	21	57	25/07/95
43	Novo Cajueiro	65	178	25/07/95
44	Novo Maruda	111	304	25/07/95
45	Novo Peital (Pepital)	50	137	25/07/95
46	Novo Peni	130	356	25/07/95
47	Novo Só Assim	30	82	25/07/95
48	Oitina	350	958	25/07/95
49	Pacuri	25	68	25/07/95
50	Palmeiras	7	19	25/07/95
51	Pavão	18	49	25/07/95
52	Peñ-Açu	35	96	25/07/95
53	Perizinho	39	107	25/07/95
54	Peroba de Baixo	29	79	25/07/95
55	Peroba de Cima (*)	68	186	25/07/95
56	Piquia	1	3	25/07/95
57	Ponta D'areia	124	340	25/07/95
58	Porto da Cinza	3	8	25/07/95
59	Porto do Boi I	56	153	25/07/95
60	Praia de Baixo	9	25	25/07/95
61	Prainha	82	225	25/07/95
62	Pumirim	1	3	25/07/95
63	Quinetina	70	192	25/07/95
64	Retro	15	41	25/07/95
65	Rio Grande I	85	233	25/07/95
66	Rio Grande II	7	19	25/07/95
67	Rio Verde	6	16	25/07/95
68	Samucangaua	48	131	25/07/95
69	Santa Helena	1	3	25/07/95
70	Santa Maria	122	334	25/07/95
71	Santa Rita II	7	19	25/07/95
72	Santana dos Caboclos	55	151	25/07/95
73	São Benedito I	22	60	25/07/95
74	São Francisco II	4	11	25/07/95
75	São João de Cortes	190	520	25/07/95
76	São Lourenço (* *)	7	19	25/07/95
77	São Paulo	2	5	25/07/95
78	São Raimundo III	4	11	25/07/95
79	Tacua I	10	27	25/07/95
80	Tapicuem (Itapicuem)	6	16	25/07/95
81	Tatucoca	1	3	25/07/95
82	Terra Mole	50	137	25/07/95
83	Terra Nova	17	47	25/07/95
84	Trajano	34	93	25/07/95
85	Tapucara	1	3	25/07/95
86	Vai com Deus	4	11 (***)	25/07/95
87	Vila Maranhense	1	3	25/07/95
88	Vila Nova I (Vila do Meio)	51	140	25/07/95
89	Vila Nova II	45	123	25/07/95
90	Vista Alegre	14	38	25/07/95
	TOTAL	2949	8398	

FONTE: Ministério da Saúde/FUNASA/ Distrito de Pinheiro, Relação de Localidades/ Município de Alcântara, 13/08/2001.

Para elaboração deste quadro foi tomado por base o fato da população de Alcântara neste período ser de 21.291 habitantes, sendo 5.665 na zona urbana e 15.626 na área rural. Segundo a FUNASA foram levantados 139 povoados de comunidades quilombolas sendo que 90 destas comunidades estavam localizadas na área de desapropriação para instalação do CLA e 49 comunidades situadas nos limites dessa área. Segundo Almeida (2006, p. 162):

Além dos 49 localizados fora dos limites da área desapropriada para fins de instalação da base de lançamento de foguetes, que também integram o território das comunidades remanescentes de quilombos, foram registrados 13 outros povoados, a partir dos materiais cartográficos elaborados para fins da perícia, igualmente fora da área desapropriada. Eles não aparecem no cadastro da Funasa, certamente por terem sido agregados a povoados maiores, mas podem ser separáveis tanto quanto aqueles que assinalam apenas um ou cinco "prédios", porque assim são vistos e há os que se definem como a eles pertencendo. Passaremos a seguir a enumerá-los: Bordão, Bejú-Açu, Baixo do Grilo, Caçador, Centro da Eulália, Fora Cativoiro, Iscoito, Jacroa, Maracati, Maria Preta, Santa Luzia, Segurado e São José. No caso de Iscoito, Beju-Açu e Baixo do Grilo não obtivemos maiores informações. Mantivemos os dois últimos baseado nas cartas da Diretoria do Serviço Geográfico, do Departamento de Engenharia e Comunicações do Ministério do Exército, de 1981, correspondentes à área, e no mapa do Iterma, de julho de 2001, também apoiado nas cartas da DSG-ME, mas assinalando: uma casa em Beju-Açu e cinco no Baixo do Grilo. Em se tratando de Iscoito, a informação foi obtida, sem pormenores, em reunião realizada em Peroba de Cima para elaboração dos materiais cartográficos desta perícia.

Cabe ressaltar que para essa desapropriação não foi levado em consideração o fato de que cada família tinha seu povoado de pertencimento, assim como sua comunidade de referência e acatava regras de cooperação simples e de uso comum dos recursos disponíveis, como, por exemplo, os povoados mais próximos ao mar e de igarapés praticavam a comercialização para os povoados mais centrais e dali tiravam seu sustento.

A denominação de "prédios" que estão presentes na imagem 11, são edificações, que estivessem ocupados ou não, pouco importando o material empregado para sua elaboração destinada para construção de residências, escolas, postos de saúde e ambulatórios, tribunais, local de reuniões e eventos comunitários.

Havia resistência por parte do STR e da CPT, reivindicando uma área maior de glebas para as famílias remanejadas além de indenização das benfeitorias das casas nos povoados, mas a Aeronáutica afirmou que a proposta oferecida era inegociável, devido à necessidade urgente de se implantar as rampas de lançamento e que a proposta oferecida foi baseada em estudos técnicos que comprovavam a viabilidade econômica para as famílias atingidas.

É importante destacar que os moradores das agrovilas (para onde os remanescentes foram deslocados) não possuem documentos das casas e dos lotes, vivem como se fossem locatários e sob uma insegurança constante, já que são regidos por disposições administrativas que afeta no padrão de sucessão familiar, pois, inviabiliza de que os filhos possam erguer suas habitações próximas a dos pais, pratica popular do passado. Assunto este que será melhor, abordado mais adiante onde será discutido a situação de ameaças dos quilombolas após o remanejamento.

3.3 A organização dos remanescentes quilombolas no processo de luta

Os moradores passaram a se organizar como forma de resistir a presença da Aeronáutica na região de Alcântara, as principais entidades que se mobilizaram pela situação, foram o STR e a CPT com apoio do PT – Partido dos Trabalhadores, um partido recém criado pelo município de Alcântara.

O STR criou um grupo chamado “Equipe Central” visando desenvolver reuniões nos povoados para conscientizar a população sobre o processo desapropriatório. Além disso, outras entidades passaram a apoiar o STR, dentre elas é importante enumerar as seguintes: a CPP - Comissão Pastoral dos Pescadores, Cáritas Brasileira, CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços, FASE e a OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief.

Além disso, os moradores ainda contaram com o apoio do SMDH e com a presença de um advogado com atuação permanente para realizar uma pressão maior junto aos vários órgãos oficiais que estavam relacionados ao Projeto do CLA.

A OXFAM foi a responsável por financiar o Projeto “Juntos Venceremos” dando suporte jurídico e formação política e sindical para os trabalhadores rurais de Alcântara. Sobre a posição do STR em relação a instalação da Base em Alcântara, Choairy (2000, p.82) diz o seguinte sobre os dois posicionamentos políticos que se mostraram de imediato:

Estabeleceram-se duas frentes de atuação política. Uma delas estava vinculada ao poder público municipal e aos órgãos oficiais, e se colocou em defesa do empreendimento sob qualquer circunstância, concebendo-o como uma forma de garantir o **progresso** e o **desenvolvimento** para o município; a outra, estava ligada à ação política do STR de Alcântara que, mesmo não se opondo ao Projeto, preocupava-se com os procedimentos que seriam adotados para o remanejamento e assentamento das populações locais, que residiam, principalmente, na denominada “área de segurança”. (grifo do autor).

O STR de Alcântara se tornou referência no processo de defesa dos moradores atingidos pela instalação da Base se consolidando como órgão responsável por suas

reivindicações, sendo importante destacar que nem todos os moradores estavam mobilizados junto ao STR e das entidades de apoio.

Isso permitiu com que a Aeronáutica pudesse neutralizar algumas ações do STR, mas apesar disso, o STR criava um grupo político forte para confrontar os interesses do CLA, este último passava a agir nas brechas que o órgão deixava, pois a população se encontrava em posicionamentos contrários.

Havia aqueles que concordavam em sair de suas casas e ir para o projeto de relocação do CLA, aqueles que concordavam em sair mais somente após as promessas cumpridas, aqueles que não queriam sair, os que já haviam saído e por fim os que retornaram aos seus antigos lares esperando ganhar uma indenização e um lote prometido.

O depoimento de Alfredo Moraes Ribeiro de 73 anos, morador da Comunidade de Itapera, segundo a Rede Social (2002) diz o seguinte sobre o assunto:

“Meus pais e avós nasceram e moraram aqui. A paz reinava todo tempo neste local. Hoje nós vivemos ameaçados, massacrados. Os funcionários da Base chamaram a gente até de burro. A conversa deles era meter medo no pessoal. Será que nós somos obrigados a sair? Que democracia é esta? Ou será que é monarquia, colonização? Isto dói na alma.”

Essa variedade de posturas tornava difícil a atuação do STR, pois como a maioria dos moradores eram posseiros, a proposta do CLA em oferecer uma terra titulada se tornou um atrativo e muitos acabavam esquecendo que teriam que abdicar de alguns direitos do qual nem imaginavam quais seriam, por isso a importância do trabalho de conscientização realizado pelo STR.

O STR e as entidades de apoio não tinham a intenção de criar barreiras para a instalação da Base e nem questionar a política espacial do Brasil, a preocupação dessas entidades era garantir que os direitos dos moradores não fossem violados, principalmente pelo fato de que o CLA não apresentava uma proposta oficial sobre as glebas e os lotes residenciais.

Observando as dificuldades no processo de desapropriação das famílias alcantarenses, o CLA começou a trilhar um caminho fora da lei, começaram a divulgar que haveria várias dificuldades jurídicas como inventários e definições de herdeiros e isso traria muitas despesas para as comunidades.

Sendo assim a Aeronáutica afirmava que seria mais favorável os proprietários negociarem a compra dos terrenos diretamente com os militares, foi justamente essa atitude

que a Aeronáutica teve, de procurar os moradores um a um e tentar convencê-los o mais rápido possível.

O relato do Senhor Inocêncio morador da Agrovila “Só Assim” demonstra a realidade dos habitantes quando a Aeronáutica chegou com a proposta de compra e venda das terras, segundo A Situação dos Direitos Humanos das Comunidades Negras e Tradicionais de Alcântara (2003, p. 25), o senhor Inocêncio diz o seguinte:

“Minha terra tá no centro do Centro de Lançamento de Alcântara. Daí, fui obrigado a vendê a terra porque quando chegou uns documentos que era pra vendê, pra vendê, pra vendê. Eu era uns dos que não queria. Mas era obrigado a vender, porque a gente nunca teve este costume de deslocamento em Alcântara. Eles indenizaram a casa e as roças a preço de banana. (...) Foram mais de vinte viagens até o quartel, brigando, reivindicando meus direitos porque eu não podia jogar meus filhos fora. (...) Minha vontade é terra pra trabalhar. Hoje não tem terra pra mim nem pra quem trabalhava comigo”.

A Aeronáutica elaborou dois documentos de compra e venda de terrenos e benfeitorias de caráter irrevogável, mas com várias garantias para os moradores que assinassem. Foi construído várias equipes de funcionários da Aeronáutica junto com assistentes sociais para fazerem o trabalho de convencimento as famílias e prepara-lós para a mudança.

O STR e as entidades de apoio imediatamente se mobilizaram e instruíram os moradores a não assinarem nenhum tipo de documento enquanto não fosse apresentado de forma oficial o novo local e as novas casas que a Aeronáutica havia prometido. Tornou-se necessário o STR e as entidades de apoio acionarem instâncias sindicais superiores.

Foram acionados a FETAEMA- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e o CUT - Central Única dos Trabalhadores onde foi solicitado a mobilização de forças na luta pelas reivindicações dos segmentos atingidos pela instalação da Base.

A resposta da Aeronáutica feita a CONTAG foi de que as informações prestadas pelo STR e as entidades de apoio eram mentirosas, pois segundo o Ministério da Aeronáutica (1984, OF, N°331/GM4/1189) essas entidades não passavam de “contumazes agitadores e fabricantes das preocupações lançadas em Alcântara”.

O Ofício N.331/GM4/1189 de 19 de julho de 1984 encaminhado do GICLA à CONTAG, foi considerado o primeiro documento em que a Aeronáutica demonstrou suas principais intenções sobre os remanejados, pois seus técnicos elaboraram um Plano de Recolocação das populações. Sobre o tamanho das glebas a serem distribuídas para as famílias Choairy (2000, p. 92) comenta:

Quanto ao tamanho das glebas e dos lotes, ponto fundamental das discussões com os órgãos de representação dos segmentos atingidos, a Aeronáutica afirmava que seria fruto de um trabalho conjunto com a Secretaria de Agricultura do Estado, através da Empresa Maranhense de Terra – EMATER.

A EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural através de uma pesquisa sócio- econômica e de uma análise do solo iria inclusive elencar o tipo de culturas a serem desenvolvidas pelas famílias, já que o Plano de Recolocação queria mudar também as atividades agrícolas em Alcântara.

As famílias costumavam plantar arroz, milho, mandioca, feijão e exercer a atividade de pesca e de extração de carvão mineral para sobreviver, com o Plano de Recolocação deveria ser exercido a atividade “Hortigranjeira”.

Do ponto de vista da Aeronáutica era irracional o tipo de atividade agrícola utilizada anteriormente pelas famílias, com o seu Plano de Recolocação a exploração da terra e dos demais meios eram mais racionais.

O documento da Aeronáutica estava na verdade repleto de contradições e era um grande golpe contra os trabalhadores de Alcântara, para cada família seria dado 15 hectares de terra e o STR defendia que queria apenas o cumprimento do Estatuto da Terra que previa 35 hectares. Sobre o conflito fundiário de 1980 em Alcântara, Oliveira (2014, p. 55) destaca:

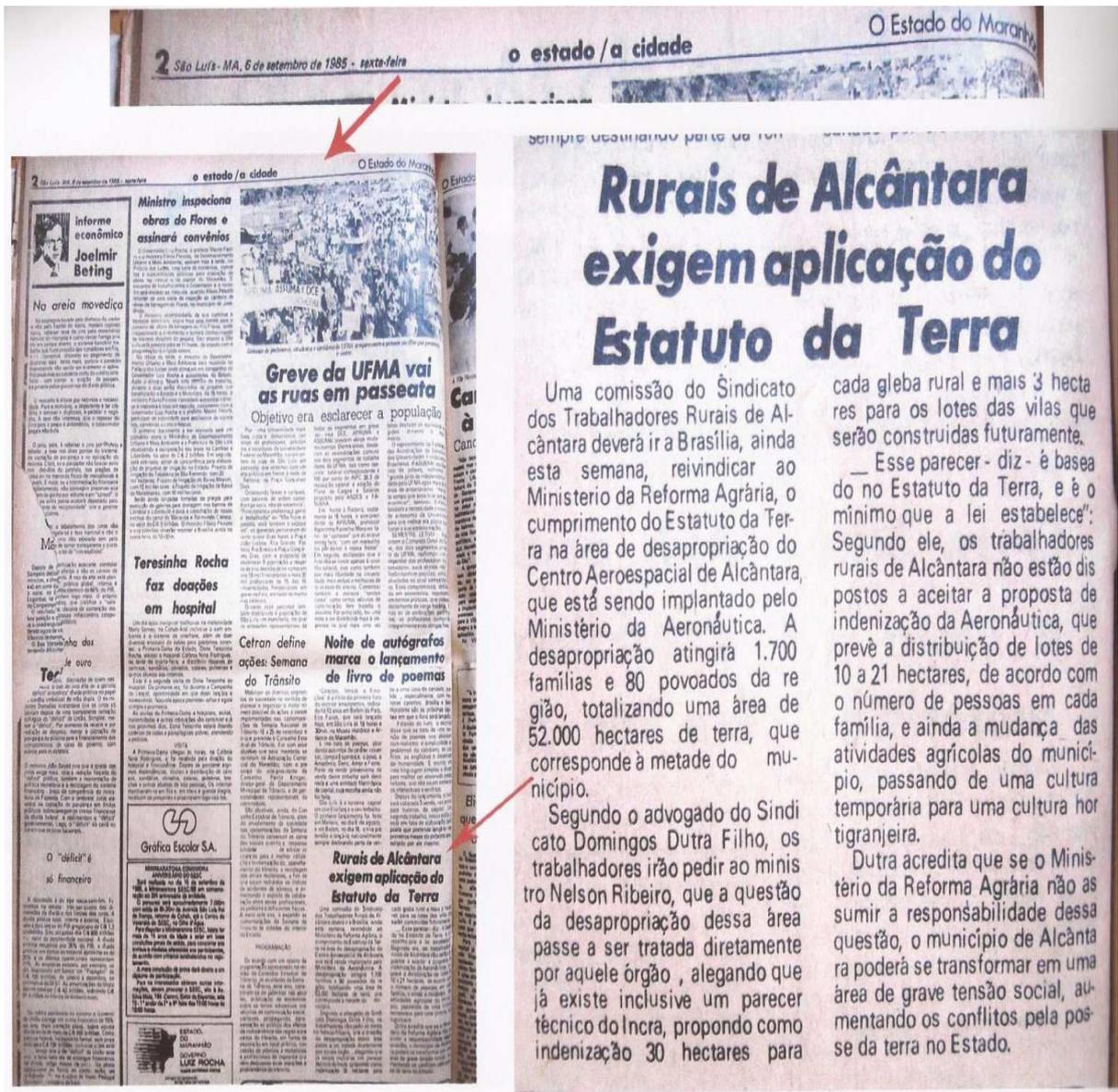
É importante sublinhar que, no início da década de 1980, a noção de direito à territorialidade étnica ainda não havia sido despertada. A defesa dos direitos fundiários estava ligada mais diretamente ao direito à indenização pelas terras desapropriadas e à remoção para local adequado à manutenção de suas atividades econômicas e de seus laços comunitários.

Sendo assim o STR se recusou a aceitar a proposta das agrovilas e da mudança de cultura para a hortigranjeira. Essa notícia foi evidenciada pelo Jornal o Estado do Maranhão, no dia 6 de setembro de 1985, onde revela que os quilombolas não estavam dispostos a aceitar a indenização proposta pela Aeronáutica.

O STR entendia que no caso de Alcântara o módulo rural da região seria de 35 ha para cada família, o que equivale a fração mínima de parcelamento de uma propriedade rural, requerendo que o INCRA se manifestasse sobre o assunto.

O principal argumento de recusa seria de que o Estatuto da Terra não estaria sendo respeitado tirando o fato que teriam mudanças nas atividades agrícolas para uma atividade hortigranjeira, se tratando, portanto de uma atividade não habitual para os moradores, essa notícia é possível ser observada na imagem abaixo.

Imagem – 12 Notícia sobre aplicação do Estatuto da Terra



Fonte: Arquivo do Jornal O Estado do Maranhão.

A posição do STR foi de negar qualquer competência da Aeronáutica para questões agrárias e que o assunto fosse tratado apenas pelo INCRA, o órgão competente para a questão. O INCRA desautorizou o Plano de Recolocação recomendando que o Estatuto da Terra fosse cumprido e que fossem estabelecidas as formas de reconhecimento das posses e modalidades de titulação. A lei 4.504/64 trás em seu estatuto a redação sobre módulo rural com o seguinte comentário segundo Brasil (1964):

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:
 II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área

máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

O INCRA desenvolveu seu trabalho e chegou a conclusão através da Informação técnica de 21 de outubro de 1985 de que o cumprimento da fração mínima de parcelamento deveria ser de 30 ha para cada família, contrariando o MAer que estabeleceu glebas em torno de 14 a 22 hectares.

A partir do parecer do INCRA as tensões entre o STR e a Aeronáutica aumentaram, o MAer passou a pressionar os órgãos do setor fundiário a fim de que encontrasse uma solução dentro dos seus interesses. Já o STR intensificou as reuniões com os moradores tendo como temática principal o tamanho das glebas.

O morador José Ferreira de Carvalho de 80 anos da Comunidade “Santa Maria” comenta sobre o tamanho das glebas, é o que destaca a Rede Social (2002):

“Tem muita vida, muita criança aqui. Vamos tirar nossos filhos dessa terra pra botar onde? Aqui eu tenho tudo no mundo. Então, para onde eu vou? Criei 12 filhos. O que vou fazer na cidade? Vou chorar dez anos. E um menino chora três dias pra desmamar da mãe. Tirar nós daqui é pra matar. Era melhor matar nós com os foguetes. Eu fui olhar a casa da agrovila e não me agradei. Era muito baixa. O coronel disse que não podia dar 30 hectares porque Alcântara é muito pequena. Ele disse que a casa e os 17 hectares iam ter documento. Mas não tem nada, nem a casa nem a terra.”

E o MAer não parava, passou a visitar as famílias estimulando-as a saírem do seu local de origem e assinarem os contratos de compra e venda dos terrenos, o STR denunciava várias dessas ações e considerava o valor pago pelas indenizações irrisórios, fora que a Aeronáutica ainda não havia definido a quantidade de glebas e nem o local onde seriam remanejados.

Já no início do ano de 1986, o STR convocou uma Assembléia Geral dos Trabalhadores rurais atingidos pelo decreto de desapropriação que teve participação de várias instituições tais como: CPT, CUT, DCE- UFMA - Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do MA, FETAEMA, PT, Cáritas Brasileira, Prelazia de Pinheiro e vários representantes de cada povoado o clima era de insatisfação geral devido o STR não conseguir resultados positivos com suas reivindicações.

A Assembleia ocorreu no povoado de “Peptal” no dia 15 de janeiro de 1986, mais um dia antes foi recebido um telex do Ministro do EMFA dizendo que concordava em conceder as glebas de 30 ha para as famílias para serem recolocadas, o objetivo principal da Assembléia teve que ser modificado de última hora.

O telex não passou de um jogo, pois, já estava sendo gerado um decreto visando transformar a área desapropriada em área militar e isso gerou muitos conflitos. O INCRA realizou mais um trabalho e constatou que era inviável oferecer 30 ha para cada família o STR então propôs o lote de 25 ha, mais o INCRA afirmou que continuava inviável propondo atribuir a cada família um lote de 20 hectares.

O GICLA se manifestou mais uma vez sobre esses hectares e propôs que a divisão dos lotes ficaria em 18 ha para cada família, uma vez que a Aeronáutica iria proporcionar diversos benefícios para a população como infra-estrutura básica, casa de alvenaria, lavanderia, assistência técnica dentre outros, e isso tudo iria gerar muitos gastos, sendo então essa proposta considerada “generosa” pelos militares.

Essa proposta do MAer de oferecer 18 ha, chegou bem perto da primeira que seria de 14 a 22 ha, e mais uma vez foi criado um impasse sobre a distribuição desses lotes e mais difícil ficava as negociações. Percebendo que tão cedo não seria resolvida essa situação, a Aeronáutica adotou uma medida que foi considerada pelo STR como um “golpe”.

Percebendo que não iria conseguir cumprir as normas estabelecidas pelo INCRA, a EMFA conseguiu através do Decreto N° 92.571 de 18 de abril de 1986, assinado pelo Presidente, José Sarney, ter seus interesses concretizados diante de uma situação jurídica já conformada, é o que destaca os artigos 1° e 2° do Decreto já mencionado, segundo Brasil (1986):

Art. 1°. As terras da União que, na área afetada ao Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, serão reservadas ao surgimento de propriedades rurais, receberão disciplinamento que atenda às peculiaridades daquele centro e ao desenvolvimento social e econômico da região na qual se inserem.

Art. 2°. Adotar-se-á, nos projetos especiais de que trata o artigo anterior, para a propriedade familiar rural, a dimensão básica de quinze hectares, a qual representará o módulo rural a eles concernente.

Esse Decreto para o STR foi um duro golpe, pois, imobilizou todas suas ações dando apenas 15 ha para módulo rural concernente ao projeto de relocação. O STR teve todas as suas condutas dentro da lei, lutou de forma limpa enquanto o MAer não pôde contrariar a lei de forma explícita, procurou alterá-la em prol de seus interesses.

Contrariou e ignorou todos os laudos e pareceres técnicos, o GICLA que é o órgão responsável pela implantação do projeto do CLA procedeu com o plano inicial constituindo uma equipe de especialistas em sociologia, psicologia, urbanismo, agropecuária e relações públicas que seriam responsáveis pelo deslocamento das famílias.

Dessa forma houve um enfraquecimento na organização dos remanescentes quilombolas na luta por seus direitos, após Decreto nº 92.571, surgiram os efeitos dessa articulação tais como: a Igreja Católica transferiu para outras regiões diversos padres e leigos que assessoravam o STR.

A justificativa foi de que a Igreja não queria mais se indispor com o Estado, além de que vários dirigentes do STR também foram deslocados para outras funções fora da região de Alcântara e por último a atuação dos advogados na causa foi prejudicada devido à ação do Decreto.

Em São Luís a resistência ficou por conta do Comitê de Defesa da Ilha de São Luís, este foi o único movimento na ilha contra a instalação do CLA. Esse comitê contava com a adesão dos partidos opositores, de estudantes e dos setores democráticos. Tinha por coordenador o professor Nascimento Moraes que combatia a Base por meio dos jornais, na rádio educadora e através de panfletos.

Entretanto essas medidas eram consideradas fracas em relação a propaganda que os militares faziam abordando os benefícios da instalação da Base, fora que os meios de comunicação que a Aeronáutica utilizava abrangia quase toda a população. Sobre esse assunto Meirelles (1983, p. 26) comenta:

Em contrapartida, o Diretor Executivo do Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (GICLA), Coronel José Armando Monteiro, tem utilizado alguns espaços – como a Associação Comercial e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para divulgar as vantagens da Base Espacial. Evita, porém, debater o assunto publicamente. Mas, a cada palestra do Coronel, o Comitê procura dar uma resposta.

O Coronel Monteiro evitava discutir sobre o CLA publicamente, tanto que foi convidado em 1983 para participar de uma mesa redonda na Regional da SBPC em São Luís e não compareceu e sequer enviou um representante, caracterizando mais uma vez que a Aeronáutica preferia adotar a tática do silêncio e esconder suas reais intenções.

Portanto, diante de tudo que foi exposto sobre o processo de luta e organização dos quilombolas, foi possível perceber que o STR junto com o CPT através de suas mobilizações políticas, tornaram-se os órgãos oficiais responsáveis pela interlocução da implantação do CLA, pois desde o início o STR adotou uma postura de resolução de conflito dentro dos limites legais e dentro também de suas limitações procurou assegurar os direitos dos moradores atingidos pela Base.

3.4 Comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade e ameaça

A partir de 1986 com a implementação do Plano de Recolocação de Populações deu-se o início aos deslocamentos compulsórios como já foi comentado. Esse processo de Recolocação se deu por três fases e a terceira fase estava prevista para outubro de 1988 sendo que foi realizada de modo incompleto.

Foi feita a transferência de povoados localizados nas áreas mais urgentes para utilização do CLA. Até o ano de 1992, 270 famílias de 21 povoados localizados na área de segurança foram remanejadas assentadas em sete distritos residenciais denominados agrovilas. Segundo Choairy (2000, p. 108):

As sete agrovilas denominam-se: Marudá, Cajueiro, Peru, Espera, Só Assim, Peptal e Ponta seca. São núcleos residenciais que contam com casa de alvenaria, quintal, posto médico, lavanderia comunitária, casa de farinha comunitária, tribuna (salão de festas), igreja, escola e poço artesiano. Além disso, contam, para cada família, com um lote de 15ha, em áreas próximas ao núcleo residencial, os quais foram sorteados entre famílias recolocadas em cada agrovila.

A agrovila “Espera” ainda ganhou uma área destinada ao desenvolvimento de trabalhos comunitários. Cada família deslocada teve direito a esses benefícios, passando a contar com fornecimento de energia elétrica e receberam indenizações em dinheiro, depositado em caderneta de poupança no Banco Local.

Os valores dessas indenizações começaram a ser questionados pelo STR e por sua assessoria jurídica por serem considerados muito inferiores ao que realmente valia as benfeitorias, uma vez que essas benfeitorias envolviam os roçados, fruteiras, casas e cercados, isso no caso dos moradores que eram proprietários, pois quem era foreiro, posseiro ou agregado não tinha direito a indenização das benfeitorias.

A chegada do CLA ocasionou uma mudança no sistema de produção, uma vez que os moradores que ficaram aguardando o processo de deslocação estavam desestimulados e não se animavam para fazer roças maiores, contudo o STR orientava para que plantassem o máximo que pudessem já que as benfeitorias seriam cadastradas no processo de desapropriação e a indenização seria maior.

Quanto ao valor da indenização o STR orientou essas famílias para que recebessem somente uma parte do valor depositado com o propósito de renegociar os valores para que essas pessoas ainda pudessem ser beneficiadas. O resultado desse impasse foi que os valores de muitas das indenizações estão até hoje em discussão na justiça.

Várias famílias acabaram fechando acordo e receberam a indenização se mudando de Alcântara ou indo morar na periferia da sede do município, ainda teve famílias que migraram sem receber qualquer tipo de indenização. Nesse momento foi afetado o sistema de troca e venda de produtos, pois como os moradores viviam no impasse de plantar ou não, foram obrigados a ter gastos maiores no comércio da sede ou indo para São Luís.

Concluído o processo de levantamento das famílias, o CLA iniciou o processo de cadastramento e a colher a assinatura dos moradores, foi nesta situação que os quilombolas perceberam que a mudança era um fato e não mais uma possibilidade. Dona Leandra moradora de “Peptal” comenta como foi feita a abordagem pelo CLA para colher as assinaturas, é o que enfatiza Rocha (2006, p. 56):

Dona Leandra: O que aconteceu, quando foi um belo dia o pessoal da Aeronáutica passaram no Peptal onde nós morava e falaram: olha é o seguinte, nós já andamos, já fizemos todo trabalho com vocês e agora chegou a hora de vocês assinar, vocês tem que assinar, porque nós já fizemos todo levantamento e nós vamos precisar desta área pra fazer um centro de lançamento e vocês não podem ficar aqui, porque vocês vão ficar atingido pelo foguete.

Os moradores foram surpreendidos e colocados em uma situação de que deveriam assinar este documento, o próximo passo seria conhecer a casa modelo, esse procedimento foi feita toda em silêncio, assistentes sociais visitaram as famílias sem qualquer reunião agendada e começaram a perguntar como que os moradores queriam que fossem construídas as casas.

O modelo da casa foi finalmente apresentada aos moradores através de uma maquete onde logo em seguida construíram uma casa idêntica e a Aeronáutica montou um cronograma de visitas para que as famílias a serem remanejadas pudessem visitar essa casa, a partir das visitas gradativamente foram informados de que ganhariam casas semelhantes nas agrovilas, esse último termo possui a seguinte definição, segundo a Rede Social (2002):

As agrovilas ou distritos agrícolas são conjuntos habitacionais que foram construídos pelo Centro de Lançamento de Alcântara para o remanejamento de comunidades tradicionais seculares que moravam e trabalhavam em povoados próximos à Base. Foram colocadas nas agrovilas várias famílias de diversas comunidades. Em algumas delas, foram reunidas diferentes comunidades num mesmo local, o que contribuiu para os conflitos internos, que não ocorriam naquele território.

As moradias nas agrovilas ganharam um aspecto urbano, pois foram construídas casas de alvenaria com 72 m², a distribuição para cada família foi feita por sorteio isso num primeiro momento, caso um morador estivesse insatisfeito poderia realizar a troca desde que o

outro concordasse. Como se observa nas imagens 13 e 14 logo abaixo, à área para a prática da agricultura era muito pequena com um solo arenoso de baixa fertilidade devido à grande acidez.

O sorteio foi realizado pela Aeronáutica onde levaram os chefes de família para a agrovila e no local que seria a casa de farinha foi feito esse procedimento. Nesse sorteio não foi levado em consideração as relações de vizinhança já tradicionalmente consolidada pelos povoados. Muitas famílias ficaram separadas, como filhos longe das mães, de irmãos, além de terem que se adaptar a um novo modelo de vida imposto pela Aeronáutica como novas distâncias e também novos vizinhos.

Como será descrito a seguir, foi muito difícil para esses moradores viverem em um lugar sem água, árvores, animais, sem terem uma referência do lugar, da vizinhança, ou até mesmo onde ficava a estrada que levasse para a sede de Alcântara, ou seja, esses moradores foram obrigados a viverem com famílias de diferentes lugares, trazendo consequências sociais e emocionais.

Imagem – 13 Casas das agrovilas.



Fonte: Braga, (2011, p. 125)

Imagem – 14 Casas antes e depois do deslocamento



Fonte: Mapa de Almeida, (2002) adaptado por Braga (2011).

Foram muitas as dificuldades encontradas pelos moradores após a mudança para as agrovilas, dentre elas é importante comentar primeiramente a distância do mar que prejudica a pesca, essa distância para as agrovilas chega de 12 a 13 km, muitos moradores pescavam pelo consumo próprio e outros vendiam uma parte para a produção pesqueira.

Antes os animais eram criados soltos e conseguiam engordar com facilidade, pois podiam comer o que achassem, nas agrovilas são criados presos, comem ração e como a

situação econômica dos moradores não é nada fácil a criação desses animais fica muito comprometida.

Além disso, as terras foram consideradas impróprias para a agricultura, os lotes dos solos eram fracos, inférteis e ácidos. Esses problemas foram de cara percebidos, o que levou muitas famílias a tomarem decisões sérias, é o que Choairy (2000, p. 110) realça:

Até mesmo famílias instaladas e agrovilas abandonaram seus lotes e casas, sendo corrente no meio sindical, a justificativa de que isto se dava em função das condições das terras oferecidas. Esse argumento pode se confirmar através de um documento encaminhado, pelo STR ao Presidente da República, ao EMFA, ao MAer e ao MIRAD, no qual solicita a paralisação da construção de agrovilas de Só Assim e Peptal, que são próximas uma da outra, e, conforme o documento, estavam sendo construídas em áreas impróprias às atividades desenvolvidas pelos segmentos camponeses a serem instalados (agricultura, pesca e extrativismo). (ALCÂNTARA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Of. 02/86, 16/01/86).

Na época podia se encontrar várias casas que mesmo que tivessem donos estavam abandonadas, há relatos de que mesmo abandonando suas casas e seus lotes em busca de algo melhor, depois de um tempo os moradores acabaram voltando, percebe-se que a recolocação desencadeou várias consequências às comunidades que foram remanejadas. Pereira e Sousa (2007, p. 40) relatam:

O remanejamento gerou mudanças sociais, econômicas e políticas, vários povoados foram aglutinados em uma só agrovila e isto ocasionou mudanças significativas nas relações sociais que foram historicamente construídas pelos laços de convivência, parentesco, vizinhança, amizade e compadrio. Esse agrupamento nas agrovilas ocasionou um modo de convivência totalmente novo, ocasionando um processo traumático. Nas agrovilas não tem sido possível a manutenção da grande maioria dos ritos e festas aos santos. Os empecilhos para esta manutenção são vários: aglutinação de inúmeros povoados na mesma agrovila, sendo que cada comunidade professa sua fé para santos diferenciados; a distância entre as agrovilas e os babaçuais; a diminuição do cultivo de mandioca, milho, arroz, e feijão; a dificuldade de manter a “engorda” dos porcos, a diminuição da criação de animais como galinhas, e a proibição, por parte da Aeronáutica, de fazer caieiras.

Cabe destacar segundo a citação logo a cima, que as caieiras são fornos rústicos, armados geralmente em locais próximos onde se corta a madeira, e a queima dessa madeira ocasiona o carvão. Como é possível perceber, foram muitas as consequências do processo de recolocação, e o que ficou evidenciado foi que a Aeronáutica não levou esses fatores em consideração, apenas reuniram em um só núcleo vários povoados quebrando a tradição de muitos deles. Essa percepção é possível ser visualizada na imagem abaixo.

Imagem – 15 Áreas das agrovilas



Fonte: Neto, Ribeiro, Santos (2010)

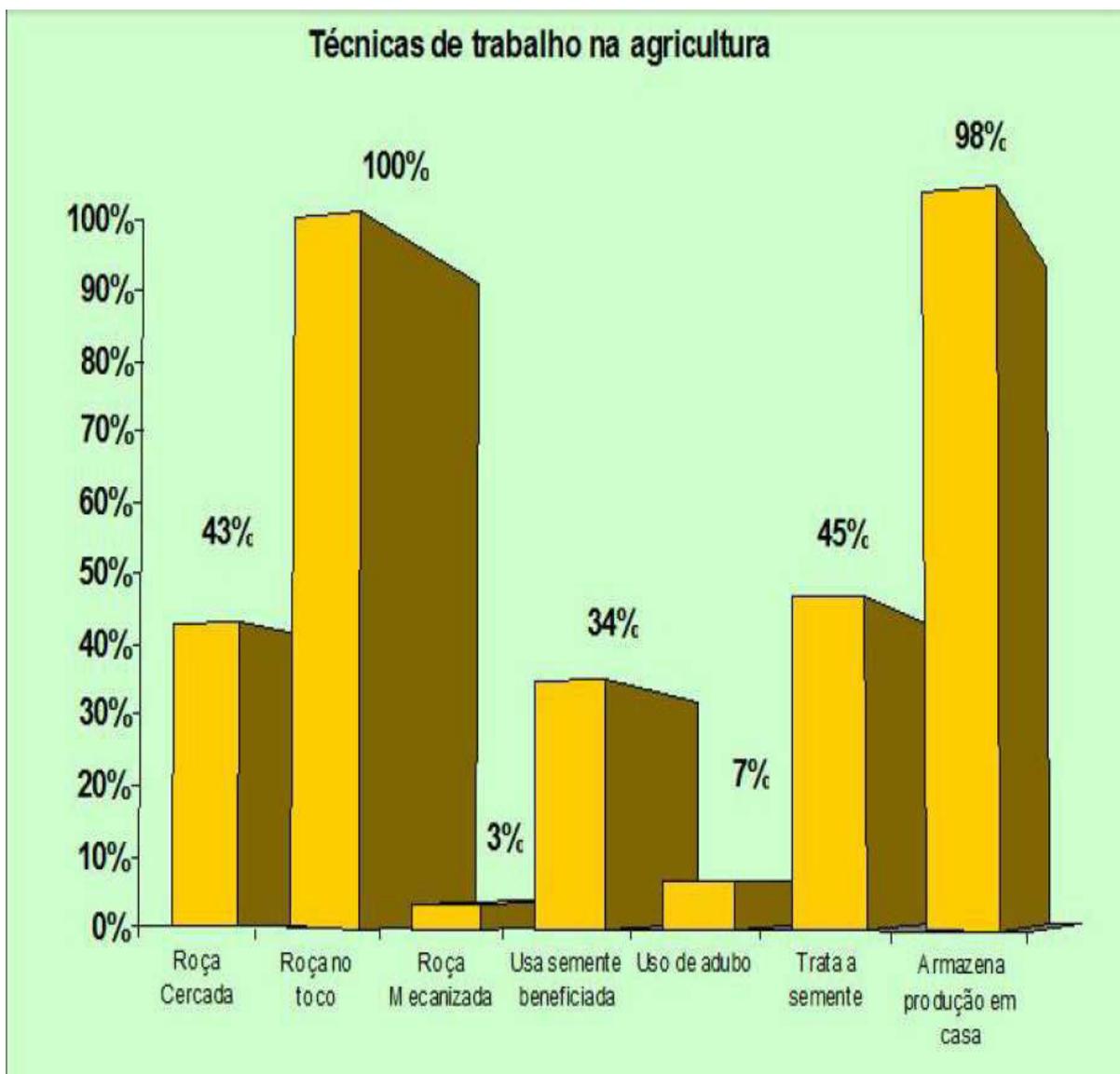
Na imagem 15 temos as sete agrovilas, que foram estruturadas pela Base Militar do CLA, são elas: Marudá, Cajueiro, Peru, Espera, Só Assim, Peptal e Ponta Seca, cada agrovila como pode ser visualizada possui a sua disposição física diferente uma das outras, dentre elas é importante destacar a agrovila “Só Assim”, que possui uma estrutura oval com casa de alvenaria com coberturas de telhas, energia elétrica, água encanada, casa de farinha, tribuna, igreja, lavanderia e um poço artesiano.

Todas as casas das agrovilas eram de tamanhos iguais assim como seus lotes, não importando o número de pessoas em cada família. As festas antes realizadas com facilidade muitas já não existem mais, a tradição permaneceu apenas nos povoados maiores, nos

menores acabaram, pois, como já foi relatado muitos povoados foram misturados nas agrovilas.

Outro problema encontrado foi a distância dos babaçuais que influencia na dificuldade de se utilizar o coco babaçu e conseguinte no azeite que servia para fazer as comidas típicas. Na imagem abaixo pode ser observado o uso das técnicas de agricultura utilizadas antes do deslocamento das famílias.

Imagem 16 - Técnicas de Trabalho na Agricultura



Fonte: DLIS (2003)

As principais culturas de subsistência eram através do plantio da mandioca (98,35%), milho (55,37%), arroz (43,80 %) e o feijão (99,92%), havia também a roças de melancia, jerimum e batata-doce. Como se observa na imagem a cima praticamente 100% das

comunidades usavam técnicas tradicionais como a derrubada de mato e sistema de roça “no toco”.

Essa realidade foi totalmente modificada com o deslocamento para as agrovilas devido os padrões ambientais que o local apresentava e isso acabou modificando também nos padrões de identidade, pois com a falta de título da terra, fez com que muitos moradores imaginassem que estavam trabalhando em terras alheias.

Houve justamente uma ruptura de padrões de identidade quando vários povoados passaram a habitar essas agrovilas, as maiores como Peru e Marudá receberam um número maior de povoados, passando a usar a denominação do maior povoado e os demais sendo utilizados como nomes de ruas destas agrovilas.

Alguns povoados acabaram perdendo o nome, diante disso algumas famílias puderam escolher sua vizinhança e tenderam a buscar por antigos vizinhos e parentes, isso mais tarde seria crucial para a construção de suas identidades. Choairy (2000, p. 112) comenta a importância das relações afetivas:

Embora não haja a intenção de generalizar a um ponto extremo, é importante perceber o grau de simbolização a que chegam as representações sobre o ser de um lugar, através de uma relação afetiva, emocional, que coloca o lugar em que nasceram, foram criados ou vivem por muito tempo, como parte de sua própria identidade, isto é, de um grupo ou de um indivíduo. A ocupação de um espaço/lugar/território/povoado assume representações referidas a um reordenamento simbólico que se elabora historicamente no conjunto da comunidade residente.

Assim com este aspecto simbólico ainda tínhamos as consequências econômicas e políticas que repercutiram de forma imediata, como às terras serem inadequadas para a agricultura, impossibilidade do exercício de atividades como pesca e coleta de babaçu devido às grandes distâncias. Ant’ana

Havia também a restrição de certos acessos para a prática de pesca, já que neste período só se realizava sob o controle administrativo do CLA que distribuiu crachás para os que exerciam essas atividades e os monitoram com uma guarita disposta na entrada desta área registrando cada movimento dos pescadores. O direito de ir e vir, sagrado preceito constitucional para estes homens é soberbamente negado, configurando um ato de violência perpetrado contra eles. É o que relata Sant’ana Júnior (2006, p.6):

A distância da “beira da costa” atinge a produção de pescados, mariscos, tanto dos moradores das agrovilas quanto daqueles que não foram relocados. No caso dos moradores da agrovila, a distância provoca a necessidade de grandes deslocamentos para obter o alimento, às vezes de bicicleta, às vezes

a pé, o que nem sempre é possível para todas as unidades familiares. Por outro lado, gera uma concorrência quanto ao acesso dos recursos naturais tradicionalmente explorados pelos povoados que não foram relocados, na medida em que os moradores das agrovilas são compelidos a buscar seu sustento nestas. Esta situação tem provocado impactos no ambiente, comprometendo a renovação natural dos recursos existentes.

Como já relatado anteriormente, neste local entregue pela Aeronáutica os moradores não possuem títulos de terras, já que a área é propriedade da União e foi desapropriada com a finalidade de receber as famílias deslocadas. Por isso que a Direção Geral do CLA entendia que era de sua competência a gestão do uso do solo das agrovilas e não do plano diretor municipal. Plataforma (2003, p. 24) comenta:

A Direção Militar do CLA é quem decide e autoriza, ou não, a reforma e a construção de casas, a abertura e o funcionamento de pequenos comércios, a demarcação e subdivisão de terrenos bem como impede a entrada de novas pessoas para fins de moradia, subtraindo de forma gravíssima o poder civil local.

O CLA não permite edificar novas casas junto às que são existentes na agrovila e nem modificar, isso influencia nos filhos das pessoas que foram realocadas que não tem o direito de permanência no lugar ou o recebimento das terras a título de herança, as agrovilas foram pensadas para serem uma extensão do quartel militar.

Após o deslocamento compulsório os jovens casais são proibidos de edificar novas residências. A única solução encontrada foi migrar para as periferias de São Luís já que estavam proibidos erguer casas nos territórios de seus ancestrais. A presença dos filhos de Alcântara nos bairros da capital pode ser visto no São Francisco, Camboa, Ilhinha, Vila Embratel, Vila Nova e principalmente na Liberdade. Naquela época se deslocar para São Luís não era algo comum para um alcantareense. Segundo Meirelles (1983, p. 43):

Antes mesmo de serem remanejados, várias famílias do interior de Alcântara, desgostosas e assustadas com a presença da Base, abandonaram suas terras, indo, principalmente, para a periferia de São Luís. A maioria delas tem ido para a Camboa, onde moram muitos familiares, sendo também o lugar por onde é feito o comércio de barco com o interior do município. Para se ter uma ideia, a Camboa, que tem recebido uma leva considerável de alcantarenses, já pode ser considerada hoje um gueto de Alcântara.

A implantação da Base e o deslocamento de algumas famílias fez com que houvesse uma ascensão dos índices de violência da cidade, a gravidez precoce das meninas e dificuldades econômicas já que estavam acostumados com a agricultura e foram impostos a um modelo econômico e social diferente em São Luís.

Isso gerou um forte movimento de exclusão destas pessoas na capital, assim como alterações nas relações sociais, culturais, religiosas e ambientais não só para os atingidos mais para aqueles que viviam em conjunto com os remanejados. Pereira e Sousa (2007, p. 42) relatam essa situação:

Seduzidas pela expectativa de uma vida melhor, longe da miséria e da pobreza a que estão submetidas, sem perspectiva e preparo, vem se tornando comum, garotas de 13 a 17 anos serem mães precocemente. Por si só a gravidez precoce já um problema, e agrava-se pelo fato que, irremediavelmente, os filhos estes romances passageiros sequer conhecerão seus pais. Não há números concretos, mas é muito comum, em boa parte das famílias de Alcântara ter um caso ou outro dos chamados *filhos da Base*, como são conhecidas as crianças que são concebidas a partir de relacionamentos fortuitos dos homens que passam a serviço no CLA, com as meninas alcantarenses. (grifos do autor).

Os oficiais que coordenam as Unidades Militares em Alcântara permanecem apenas por 02 anos, assim o Coronel da implantação não é o mesmo da instalação e muito menos o do primeiro foguete lançado, sendo assim cada oficial que chega trás seus oficiais inferiores e com isso temos uma rotatividade na região o que explica a permanência dos chamados “filhos da Base”, pois após o lapso temporal de 02 anos essa equipe é renovada.

Essa é uma das principais preocupações do MOMTRA – Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara com a problemática da precocidade da gravidez das adolescentes na cidade, essa organização vem lutando para debelar o problema ou tentar reduzi-lo através de seminários, encontros e eventos mostrando os transtornos e riscos que estes envolvimento podem trazer para a vida destas adolescentes.

Outro problema enfrentado fruto da instalação da Base diz respeito ao aumento da violência, prostituição e consumo de drogas em Alcântara, pois o intercâmbio com as periferias de São Luís provocou uma degradação social nas relações sociais principalmente no comportamento dos jovens.

Sem perspectiva de trabalho e sem espaço para terem acesso à informação e educação, foram seduzidos pelo crime e no caso das meninas pela utilização do próprio corpo como instrumento de trabalho para assim tirarem seu sustento. Sobre as mudanças nas relações de trabalho Meirelles (1983, p. 42) enfatiza:

O início das Obras da Base em Alcântara (terraplanagem, construção do quartel, etc) alterou o sistema de trabalho local. Em menos de um ano, pescadores, atraídos pelos salários das construtoras, transformaram-se em serventes de obra, esperançosos de uma melhoria de vida. Só que, pela formação calcada de resquícios indígenas e cablocos, essa nova camada de trabalhadores, escolados no Tucuruí, Jari, entre outros projetos e

construtoras. Acabaram não se adaptando ao novo ritmo de trabalho imposto.

Como não se acostumaram com o trabalho os alcantarenses foram de imediato demitidos e a frustração foi tanta que não tiveram mais ânimo para voltar as suas antigas ocupações. Por isso grande parte das massas carentes de São Luís são as vítimas da degradação social de antigos moradores dos povoados e quilombos que vieram se aventurar em São Luís e não obtiveram êxito nas expectativas de empregos e oportunidades.

Outra consequência com a chegada do CLA foi a insegurança gerada no município de Alcântara, pois os peões contratados pela construtora Andrade Gutierrez andavam armados pelas ruas e agiam de modo grosseiro. Como estratégia de defesa os alcantarenses passaram a andar armados. Meirelles (1983, p. 42) evidencia esse incidente:

Há clima para isso: já houve casos de brigas de faca, espancamento e estupro. Nesses incidentes, ao que comenta, foram vistos elementos da Andrade Gutierrez. Um pescador, que preferiu não se identificar por questão de segurança, conta que viu no alojamento quatro trabalhadores vindos de Santa Helena e Pinheiro, exibirem seus revólveres para os colegas.

Os carros e caminhões que serviam a Base e que passaram a circular em Alcântara também trouxeram perigo, pois muitos circulavam em alta velocidade, ou seja, são situações criadas que se tornaram corriqueiras em um município desprovido de medidas preventivas e que foram introduzidas estimulando a insegurança local.

Diante de tudo que foi exposto sobre as situações de vulnerabilidade e ameaça ocasionadas pela chegada do CLA, é possível entender que houve uma ilusão de progresso, principalmente na sede do município onde muitos depositaram a crença de que iriam melhorar de vida.

A Aeronáutica prometia melhorias a muito tempo desejadas, como escola, hospital, um comércio de maior porte e grandes obras. Obras que seriam construídas nas proximidades da sede onde seria chamada de “Nova Alcântara”, o que ocorre é que essas melhorias foram a principio pensadas para usufruto dos técnicos e de suas famílias e não no bem estar dos moradores que ali já habitavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 1980 Alcântara era considerada pelos militares um vazio demográfico, o que mais tarde veio se tornar um problema jurídico e fundamentalmente social com a Constituição de 1988, quando apresentou a discussão em torno dos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais pertinentes aos direitos dos quilombolas e o reconhecimento dos seus territórios, fazendo com que Alcântara fosse reconhecida como um grande território étnico no momento em que o CLA chegou na região.

O principal objetivo deste trabalho foi realizar de forma sistemática uma análise sobre o processo histórico de Alcântara, destacando a região de Tapuitapera até a sua fundação, posteriormente a criação do CLA até chegar aos conflitos fundiários e socioculturais no município desde a gênese do problema até chegar a enfoques políticos e jurídicos. A principal análise está em torno de conflitos territoriais envolvendo a desapropriação, deslocamentos compulsórios e a sobreposição do território quilombola em relação ao Programa Espacial.

Ficou bastante nítido que a instalação do CLA provou impactos negativos para os povos recolocados nas agrovilas, já que perderam parte de suas terras cultiváveis e passaram a conviver com um maior número de pessoas gerando um aumento considerável sobre os recursos naturais disponíveis alterando as condições locais para obter alimentos.

Alcântara se tornou uma arena política devido à estratégia de sigilo realizado pelo GICLA, pois a partir do momento que adotou essa postura fez com que órgãos como o STR e a CPT buscassem lutar e fazer uma mobilização política em torno das famílias afetadas, pois desde o início o STR buscou adotar uma postura de resolução regulada pelo conflito existente estando limitado em alguns aspectos do campo jurídico, mais é dentro dos limites que se busca força para se construir uma relação política baseados em elementos de confiança, legitimidade e interesse público.

Em uma luta é necessário que ambas as partes apresentem armas limpas, pois só assim irá ocorrer um resultado justo, não foi o que aconteceu entre o CLA e o STR e as entidades defensoras dos direitos quilombolas, pois o CLA buscou meios de alterar e incorporar leis e regras a seu benefício, essa representação se dar com a edição do Decreto N° 92.571 de 18 de abril de 1986 que dificultou o STR no processo de mobilização dos segmentos atingidos.

Um exemplo do abuso por parte dos militares diz respeito ao que a Constituição de 1988 em seu art. 5º, XXIV que prevê para desapropriação de área por necessidade pública ou por interesse social, o Estado no caso desapropriou a partir do ano de 1980 mais da metade do território de Alcântara não dando importância para a identidade étnica da população atingida.

E o art. 68 do ADCT veio dar uma luz para essas comunidades, seguido do Decreto 4887/03, IN N° 57 e a Convenção 169.

De fato houve uma violação de direitos que não podem ser apagados e de olho nisso surgiram vários dispositivos legais que passaram a buscar a valorização dos direitos quilombolas, a começar pela Constituição Federal de 1988 como já citada, e depois para o art. 68 do ADCT que passou a reconhecer e a assegurar a propriedade definitiva aos quilombolas, instigando o Estado a emitir títulos possessórios, foram ainda assegurados seus direitos subjetivos e fundamentais sobre a terra amparados pelo art. 5º, inciso, XXII (direito fundamental a propriedade), art. 215, § 1º, 216 § 1º e § 4º, (direito fundamental à cultura), todos na Constituição Federal de 1988.

É de grande relevância destacar que depois da análise desses dispositivos legais o Estado não produz os efeitos jurídicos necessários na realização de suas tarefas não alcançando o resultado esperado do interesse dos quilombolas, pois como já relatado a chegada do CLA em 1983 trouxe um conflito insuperável já que não levaram em consideração a diversidade cultural desses povos.

O fato do governo afirmar que as agrovilas oferecidas seria um avanço e traria melhorias não significa que resolveria todos os problemas dessas famílias que valorizavam seus padrões culturais e o isolamento gera como resultado outra formação étnica uma vez que vários povoados com diferentes modos e costumes foram misturados, dificultando sobretudo a manutenção de suas características culturais, sociais, econômicas e religiosas.

Alcântara sempre teve suas dificuldades sociais e econômicas, a presença do CLA só veio interferir num sistema economicamente carente, autônomo e assentado como grande maioria das comunidades quilombolas do Brasil que vivem de economia de subsistência, vivendo isolados do mundo capitalista industrializado.

O que o CLA fez foi impor sua presença e misturou os sujeitos residentes implicados no espaço geográfico, alterando o equilíbrio e estabilidade nos planos sociais e culturais agravando o quadro já bastante complexo devido os fatores de identidade territorial, direito consuetudinário e falta de sincronia com as famílias existentes.

Por isso que ao falar sobre a situação das comunidades quilombolas de Alcântara foi necessário refletir a fim de contribuir de forma positiva para o desenvolvimento do assunto já que se trata de um tema de grande relevância social que ainda não teve um ponto final em sua história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão.** São Luís: IPES, 2008. P. 85.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e PEREIRA, Deborah Duprat de Britto. **As populações remanescentes de quilombos – direitos o passado ou garantias para o futuro?** In: Seminário Internacional "As Minorias e o Direito". Brasília: CJF, 2003. 272 p. (Série Cadernos do CEJ; v. 24). Disponível em: <http://daleth.cjf.jus.br/revista/SerieCadernos/Vol24/artigo09.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2014.

_____. **Os quilombolas e a Base de Lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico.** Brasília: MMA, 2006. v. 2.P. 99.

_____. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito.** IN: Uso Comum nas regiões de colonização agrária. Belém: NAEA/UFGPA, 1989. p. 174.

ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito. A base de lançamento e seus impactos sobre as populações tradicionais de Alcântara. In: CARNEIRO, Marcelo Sampaio; COSTA, Wagner Cabral da (Org.). **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio.** São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.

A SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS COMUNIDADES NEGRAS E TRADICIONAIS DE ALCÂNTARA. **O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil.** Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. P. 25.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **Quilombos maranhenses.** In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 434.

BARRETO JR., Ivo Matos (Org.); RAMASSOTE, Rodrigo Martins (textos). **Do barro às vivências.** Paisagem Cultural e Cultura Material nos quilombos de Alcântara (Catálogo de Exposição). São Luís: IPHAN/ 3ª SR, 2007. P. 10.

BRAGA, Yara Maria Rosendo de Oliveira. **Território étnico: conflitos territoriais em Alcântara, Maranhão.** São José dos Campos: Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, 2011.

BRASIL. **Convenção N° 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 11 de novembro de 2014.

_____. **DECRETO Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 07 de novembro de 2014.

_____. **DECRETO Nº 7.820**, de 12 de setembro de 1980. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra necessária à implantação, pelo Ministério da Aeronáutica, de um Centro Espacial, no município de Alcântara, desde Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, v.73, n179, p. 14, 18 de set.1980. pt.1

_____. **DECRETO Nº 88.136, DE 01 DE MARÇO DE 1983.** Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=104440&norma=127720>. Acesso em: 19 de novembro de 2014.

_____. **DECRETO Nº 92.571, DE 18 DE ABRIL DE 1986.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-92571-18-abril-1986443106-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em 07 de fevereiro de 2016.

_____. **LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2016.

CARVALHO, Rafael. **Alcântara: um dia na cidade histórica perto de São Luís.** Disponível em: <http://essemundoenosso.com.br/2013/12/10/alcantara/>. Acesso em: 17 de novembro de 2014.

CHOAIRY, Antônio César Costa. **Alcântara vai para o espaço:** a dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. São Luís: Edições UFMA; PROIN(CS), 2000.

COBAE/EMFA. **Informações Gerais sobre a Cobae e a MECB**, Brasília: EMFA, 1992.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **A política indigenista no Maranhão Provincial.** São Luís: SIOGE, 1990, P. 40.

CORREIA FILHO, Francisco Lages. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, Estado do Maranhão:** relatório diagnóstico do município de Alcântara. Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011.

CORREA, Luiza Andrade. **COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO:** Análise Comparativa da Jurisprudência. São Paulo: Monografia apresentada à Escola de formação da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP. 2009. P. 71. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/153_Monografia%20Luiza.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

COSTA FILHO, Edmilson. **Política Espacial Brasileira:** a política científica e tecnológica no setor aeroespacial brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

D' ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Usp, 1975. P. 146.

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**. Belém: UFPA, 2 v. 1970

DLIS. Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. **Diagnóstico Participativo do Município de Alcântara**. In: FÓRUM DLIS. Alcântara: Projeto AEB/MCT/PNUD, 2003.
FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da Economia Mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: UFMA, 1998.

GAIOSO, Raimundo José de Souza. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. São Luís: SUDEMA, 1970, P. 260.

GOULART, José Alípio. **Da Fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista. 1972. P. 187.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A Negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVII**. São Paulo: Ícone, 1988. P. 39.

INCRA. **Instrução Normativa N° 57 de 20 de outubro de 2009**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/in_57_2009_quilombolas.pdf. Acesso em: 11 de novembro de 2014.

LIMA, Carlos. **Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – MA**. São Luis: Plano Editorial SECMA, 1998.

LIMA, Sebastião Henrique Santos. **Entre as Lógicas do Estado e as Comunidades Quilombolas: Reflexões sobre os percursos administrativos da regularização fundiária**. Porto Alegre: 2011, p. 34.

LOPES, Antônio. **Alcântara: subsídio para a história da cidade**. São Paulo: Siciliano, 2002.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

MEIRELLES, Sérgio. **Alcântara na era espacial**. São Luís: Caritas Brasileira, 1983.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: Quilombos Insurreição Guerrilhas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense. 1986. P. 16.

ARAÚJO, Mundinha. **Breve memória das comunidades de Alcântara**. São Luís, SIOGE, 1990. P. 76.

NASCIMENTO, José Elbio Carvalho. **Centro de Lançamento de Alcântara: Tecnologia Derretida**. São Luís: Lithograf, 2005.

NETO, Ozimo Mendonça; RIBEIRO, Anita Penha; SANTOS dos, Shirley Cristina. **Espaço e Identidade: a comunidade negra rural quilombola Só Assim/Agrovila Só Assim – Alcântara, MA**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças- Espaço de Socialização de Coletivos. Porto Alegre: 2010.

NUNES, Marcelo Silva. **CONFLITOS NAS TERRAS DO CALVÁRIO: um estudo sobre a luta pela posse da terra em Boa Vista, Rosário – MA (1988-2004)**. Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís: UEMA, 2007, p.11-12.

OIT. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011, P. 15.

OLIVEIRA, Saulo Carneiro de. **A POLÍTICA AEROESPACIAL BRASILEIRA E O CONTROLE JURÍDICO- POLÍTICO DO ESPAÇO: a atuação do Estado brasileiro e a resistência local na defesa dos territórios étnicos de Alcântara - MA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional). São Luís: UEMA, 2014, p.50.

PEREIRA, Adriana Fernanda Gomes; SOUSA, Luís Henrique Silva de. **As Vozes não ouvidas: estudo de caso do Jornal O Estado do Maranhão sobre o remanejamento das comunidades quilombolas no processo de implantação do Centro de Lançamento de Alcântara**. São Luís: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 2007. P. 21.

PFLUEGER, Grete. **De Tapuitapera a Villa D'Alcântara: Cidades Portuguesas, Planejadas ou Espontâneas?** Olinda, PE: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), 2008.

PIRES, Marco Túlio. **Foguete brasileiro-ucraniano só deve ser lançado em 2014**. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/foguete-brasileiro-ucraniano-deve-ter-lancamento-adiado-para-2014>> Acesso em: 07 de dezembro de 2015.

PLATAFORMA Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. **A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara**. O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil. Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo, Instituto Pólis, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008. P. 82.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA SÉRIE: MOVIMENTOS SOCIAIS, IDENTIDADE COLETIVA E CONFLITOS, **FASCÍCULO 10 Quilombolas atingidos pela Base Espacial de Alcântara**, São Luís: PNCSA, 2007. P. 8.

REDE SOCIAL de Justiça e Direitos Humanos de São Paulo. **Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara, Maranhão**. Agosto de 2002.

REIS, Milena das Graças Oliveira. **Filhos da Santa, terras de negro numa arqueologia quilombola: as dinâmicas de um território chamado Itamatatua**. Dissertação de Mestrado em: Arqueologia Pré- Histórica e Arte Rupestre. Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 2008/2010.

REUTERS, Axel Bugge. **O foguete VLS-1, construído pela Agência Espacial Brasileira, na rampa de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, 19/8/2003**. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,investigacao-da-explosao-em-alcantara-foi-inconclusiva,9213,0.htm> > Acesso em: 07 de dezembro de 2015.

RIOS, Aurélio Virgílio. **Quilombos na perspectiva da igualdade étnico-racial: raízes, conceitos, perspectivas**. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/artigos/documentos-epublicacoes/artigos/docs_artigos/quilombos_na_perspectiva_da_igualdade_etnico_racial.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2014. P. 6.

ROCHA, Ana Teresa Ferreira. **A festa inacabada: a implantação do centro de lançamento de Alcântara e a constituição de sujeitos liminares**. São Luis, 2006: EDITORA, DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM CIENCIAS SOCIAIS)-UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO. P. 68.

ROCHA, Nádia Lina Magalhães da. **Gestão de projetos sustentáveis nas comunidades quilombolas**. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Gestão de Projetos na Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro. 2010. P. 2.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Trajano: a difícil relação entre projetos espaciais, definição de territórios e manejo de recursos naturais. In: ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006. P. 149-150.

SCHWARTZ, Stuart B. **Mocambos Quilombos e Palmares; Resistência escrava no Brasil Colonial**. Estudos econômicos. São Paulo: IPE-USP, V. 17, número especial, 1987. P. 12.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça Programa Raízes, 2006.

SILVA, Gilmar Pereira. **Memórias Históricas Escritas pelo Doutor César Augusto Marques**. Caxias: Editora JM, 2010. P. 41.

SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). **SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO, Comunidades Quilombolas. Direito à terra** (art. 68 do ADCT), Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC/Editorial Abaré, 2002.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento.** São Luís: FIPES, 1981. P. 17.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. P. 544.

VIANNA, Helio. **História do Brasil.** 6ª ed. vol. I, São Paulo, Melhoramentos, 1967.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu Passado Econômico, Social e Político.** 3ª. Ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977. P. 21.